



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2024)

CONTRATANTE	PREFEITURA DE NOVA LARANJEIRAS - ESTADO DO PARANÁ		
OBJETO	Contratação de empresa especializada em licenciamento de software de gestão de saúde pública web, formação profissionais na área de tecnologia para saúde, consultoria em saúde no processo de controle e avaliação e suporte técnico no local		
CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO	SERVIÇOS	REGIME DE EXECUÇÃO	CONTÍNUA
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 87.856,56 (oitenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	BLL COMPRAS <a href="https://bllcompras.org.br">https://bllcompras.org.br</a>		
DATA E HORA INÍCIO DAS PROPOSTAS	16/04/2024 às 9h00min (horário de Brasília)		
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS	26/04/2024 às 14h00min (horário de Brasília)		
DATA E HORA FASE DE LANCES	26/04/2024 às 14h00min (horário de Brasília)		
PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTAÇÃO	Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo Operador do Sistema (Agente de Contratação): <a href="https://bllcompras.com">https://bllcompras.com</a> - Documentos Complementares (Pós disputa)		
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO por LOTE		
MODO DE DISPUTA	ABERTO		
PREFERÊNCIA ME/EPP / EQUIPARADAS	SIM	AMPLA CONCORRÊNCIA	
		SIM	
INTERESSADO	SECRETARIA DE SAÚDE		
AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO (DECRETO Nº 247/2023)	VALDECIR ALVES DE MEDEIROS <b>EQUIPE DE APOIO:</b> EMERSON NAIRNEI, ANILTON JEFERSON ALVES DOS SANTOS, FÁTIMA TRENTTO E MARCELO DOS SANTOS.		
ANEXOS	Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Memorandos e Orçamentos.		
PUBLICAÇÃO	Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ( <a href="https://pncp.gov.br/app/editais">https://pncp.gov.br/app/editais</a> ); Portal da Transparência do Município ( <a href="https://novalaranjeiraspr.equiplano.com.br:7076/transparencia/licitacoes">https://novalaranjeiraspr.equiplano.com.br:7076/transparencia/licitacoes</a> ); Mural das Licitações Municipais - <a href="https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/AML/ConsultarProcessoCompraWeb.aspx">https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/AML/ConsultarProcessoCompraWeb.aspx</a> ; Diário Oficial do Município - Jornal Correio do Povo do Paraná ( <a href="http://www.jcorreiodopovo.com.br">www.jcorreiodopovo.com.br</a> );		



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### Sumário

1 - DATA, HORA E LOCAL DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	4
2 - DO OBJETO .....	4
3 - ESCLARECIMENTOS INICIAIS .....	5
4 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	5
5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	6
6 - CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO .....	8
7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA .....	8
8 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	10
9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	10
10 - DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
11 - DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
12 - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	18
13 - DAS AMOSTRAS .....	18
14 - DOS RECURSOS .....	20
15 - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO .....	21
16 - DA CONTRATAÇÃO .....	21
17 - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO .....	22
18 - MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	22
19 - DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO .....	22
20 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	22
21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	25
ANEXO 1 - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA .....	27
ANEXO 2 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR .....	30
1. INTRODUÇÃO .....	30
2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE .....	30
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	32
4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES .....	35
5. LEVANTAMENTO DE MERCADO .....	35
6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO .....	35
7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO .....	35
8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO .....	37
9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS .....	37
10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO .....	39
11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES .....	39
12. IMPACTOS AMBIENTAIS .....	39
13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	39
ANEXO 3 - TERMO DE REFERÊNCIA .....	41
1. DADOS DO SOLICITANTE .....	41



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

---

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	42
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO OCICLO DE VIDA DO OBJETO.....	45
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	46
5. EXECUÇÃO DO OBJETO .....	47
6. GESTÃO DO CONTRATO .....	94
7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO .....	95
8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR .....	95
9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO .....	96
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	96
11. DECLARAÇÃO .....	97
ANEXO 4 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL .....	114
ANEXO 5 - MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	116
ANEXO 6 - DECLARAÇÃO UNIFICADA.....	129
ANEXO 7 - DECLARAÇÃO DE QUE SE ENQUADRA NO CONCEITO LEGAL DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE .....	131
ANEXO 8 - MODELO DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO AS NORMAS DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO.....	132



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_/2024)**

A Prefeitura do Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 95.687.648/0001-12, com sede social na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, cidade de Nova Laranjeiras-PR, CEP 85350-000, telefone (42) 3637-1148, e-mail [licitacao.pmdl@cnet.com.br](mailto:licitacao.pmdl@cnet.com.br), através do seu agente de contratações, torna público o edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 244, de 27 de dezembro de 2023, Decreto Municipal nº 250, de 27 de dezembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

**1 - DATA, HORA E LOCAL DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

1.1 - A sessão de abertura da licitação para a fase de lances, julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, será conforme segue:

**Local:** <https://bllcompras.com/Home/Login> "Acesso Identificado"

**Recebimento das Propostas:** A partir **09h00min** do dia **16/04/2024** até às **14h00min** do dia **26/04/2024**.

**Abertura e Julgamento das Propostas:** Das **14h00min** até às **14h10min** do dia **26/04/2024**.

**Início da Sessão de Disputa de Preços:** **14h10min** do dia **26/04/2024**.

**Referência de Tempo:** Horário de Brasília (DF).

1.2 - Até a data e horário fixado para abertura da sessão, qualquer interessado credenciado na plataforma eletrônica, poderá incluir, alterar e excluir sua proposta.

**2 - DO OBJETO**

2.1 - O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada em licenciamento de software de gestão de saúde pública web, formação profissionais na área de tecnologia para saúde, consultoria em saúde no processo de controle e avaliação e suporte técnico no local**, conforme características, quantitativos, e preços relacionados a seguir, e demais exigências estabelecidas neste edital e seus anexos:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Cód	Nome do produto/serviço	Quant	Un	Preço	Preço total
1	33924	CONSULTORIA CONTROLE E AVALIACAO	12,00	UN	78,07	936,84
2	33909	HOSPEDAGEM SISTEMA EM SERVIDOR CLOUD (Valor mensal)	12,00	UN	691,13	8.293,56
3	33911	INSTALACAO, TREINAMENTOS, E CUSTOMIZACAO DO SISTEMA	1,00	UN	3.324,00	3.324,00
4	33910	MIGRACAO DADOS INFORMACOES SISTEMA ATUAL	1,00	UN	8.460,00	8.460,00
5	33915	MODULO ALMOXERIFADO DA SAUDE (valor mensal)	12,00	UN	440,00	5.280,00
6	33923	MODULO COMUNICACAO Automatizada com Cidadão - WhatsApp e e-Mail. (valor mensal)	12,00	UN	509,30	6.111,60
7	33922	MODULO DASHBOARD Informação de Indicadores	12,00	UN	480,00	5.760,00



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

		Assistenciais e de Gestão. (valor mensal)				
8	33912	MODULO DE PRONTUARIOS UNIDADES BASICAS DE SAUDE UBS (Valor mensal)	12,00	UN	880,00	10.560,00
9	33914	MODULO FARMACIA BASICA E JUDICIAL (Valor mensal)	12,00	UN	540,00	6.480,00
10	33917	MODULO GESTAO BENEFICIOS (valor mensal)	12,00	UN	144,02	1.728,24
11	33920	MODULO GESTAO DE ATIVIDADES Agente Comunitário de Saúde com Disponibilização de Aplicativo Móvel (APP) para Registro de Visitas. (Valor mensal)	12,00	UN	520,00	6.240,00
12	33919	MODULO GESTAO DE FILAS DE ESPERA E REGULACAO (valor mensal)	12,00	UN	340,00	4.080,00
13	33916	MODULO GESTAO TRANSPORTE DE PACIENTES (valor mensal)	12,00	UN	486,25	5.835,00
14	33921	MODULO PORTAL TRANSPARENCIA DA SAUDE (valor mensal)	12,00	UN	120,00	1.440,00
15	33913	MODULO PRONTUARIO para Unidades de Atendimento Especializado - Policlínica. (Valor Mensal)	12,00	UN	880,00	10.560,00
16	33918	MODULO SALA DE VACINAS (valor mensal)	12,00	UN	230,61	2.767,32
TOTAL						87.856,56

### 3 - ESCLARECIMENTOS INICIAIS

3.1 - Esta licitação será conduzida pelo agente de contratação, o Sr. **VALDECIR ALVES DE MEDEIROS**, designado pela autoridade competente como Pregoeiro, através do Decreto nº 247, de 27 de dezembro de 2023.

3.2 - A sessão pública será realizada pela internet através do sistema BLL COMPRAS, disponível no sítio eletrônico <https://bllcompras.com/Home/Login>.

3.3 - Sem prejuízo das publicações legais, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, serão divulgadas no sistema eletrônico do pregão e no sítio oficial da Prefeitura [www.novalaranjeiras.pr.gov.br](http://www.novalaranjeiras.pr.gov.br), cabendo aos interessados inteira responsabilidade de acompanhamento, não cabendo alegação de desconhecimento sobre quaisquer informações publicadas.

3.4 - Quaisquer indícios de acordo, combinação, manipulação ou ajuste entre os licitantes, a não efetivação da concorrência, a visível divisão de objetos, sob qualquer forma, ensejará na anulação/revogação da licitação, sem prejuízos as penalidades previstas na legislação vigente.

3.4.1 - Os casos mencionados serão informados ao Ministério Público.

3.5 - O Diário Oficial do Município é o Jornal Correio do Povo do Paraná acessível no sítio eletrônico [www.jcorreiodopovo.com.br](http://www.jcorreiodopovo.com.br).

### 4 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

4.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: protocolo digital acessível no sítio eletrônico oficial no sistema BLL COMPRAS - <https://bllcompras.com/Home/Login>, em campo próprio para este fim, relacionado ao processo desta licitação ou pelo e-mail [licitacao.pmnl@cnett.com.br](mailto:licitacao.pmnl@cnett.com.br).

4.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.6 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste edital e seus anexos, que esteja devidamente credenciada no sistema da BLL COMPRAS (<https://bllcompras.com/Home/Login>), cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste edital.

5.2 - A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

5.3 - Não poderão disputar esta licitação:

5.3.1 - Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos.

5.3.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.3.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.3.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta pela administração.

5.3.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão licitante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

5.3.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si e aqueles que constituam grupo econômico.

5.3.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.3.8 - Agente público da Prefeitura de Nova Laranjeiras-PR.

5.3.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

5.3.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

5.3.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.12 - O impedimento de que trata o item 5.3.4 - será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.4 - A vedação de que trata o item 5.3.8 - estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.5 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no Art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.5.1 - O tratamento favorecido a que se refere o item anterior assim como a possibilidade de participação nos itens exclusivos, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.6 - Considerando a hipótese de inexistência de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de fornecer o objeto desta licitação, fundamentado no inciso II do Art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, os itens **NÃO SERÃO** destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### 6 - CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 - O pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, através do sistema da BLL COMPRAS (<https://bllcompras.com/Home/Login>).

6.2 - Para ter acesso ao sistema eletrônico BLL COMPRAS, o responsável legal do interessado deverá obrigatoriamente, efetuar o seu cadastro, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema: <https://bllcompras.com/Home/Register>.

6.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

6.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, agente de contratação ou Prefeitura por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas supracitados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.6 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

6.7 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.8 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2 - Os licitantes encaminharão a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema:

7.3.1 - Que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

7.3.2 - Que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

7.3.3 - Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

7.3.4 - Que inexistente impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante.

7.3.5 - Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.6 - Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.3.7 - Que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

7.3.8 - Que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

7.3.9 - Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

7.3.10 - Sim ou Não, para a declaração, sob as penas da Lei, que não ultrapassa o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

7.3.10.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.3.10.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.4 - A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste edital.

7.5 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

7.6 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes, após a fase de envio de lances.

7.7 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.8 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 8 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1 - O licitante deverá encaminhar sua proposta no sistema eletrônico mediante o preenchimento da quantidade do objeto ofertado e o seu respectivo preço e marca, com no máximo 4 (quatro) casas decimais.

8.1.1 - Fica vedado a oferta de quantidade inferior ao total previsto no termo de referência deste edital.

8.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, BDI, frete, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

8.6 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**8.6.1 - Anexo à Proposta de Preços, a proponente deverá obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, informar através de Planilha de Mensal de Execução dos Serviços, de forma impressa, contemplando todos os serviços, emprego de materiais/produtos e mão de obra (conforme o caso), com valores: individuais, totais e globais, que compõem sua proposta de preços, conforme Planilha (Modelo ANEXO 08).**

### 9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

9.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

9.3 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.4 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.5 - Iniciada a fase de lances, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6 - O lance deverá ser ofertado pelo **preço global do lote**.

9.7 - O critério de julgamento será o de **menor preço por lote**.

9.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

9.9 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.10 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.11 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01** (um centavo).

9.12 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor da sua proposta inicial.

9.13 - Para o envio de lances foi adotado o modo de disputa “**aberto**”, assim os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

9.13.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.13.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.14 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.15 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.16 - O sistema aplicará automaticamente os critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

9.17 - Encerrado os lances, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.18 - Definido a ordem de classificação, o pregoeiro iniciará a fase de julgamento das propostas.

## 10 - DA FASE DE JULGAMENTO

10.1 - Definido a ordem de classificação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no item 5.3 - deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 - SICAF;

10.1.2 - Cadastro de Restrições ao Direito de Contratar, mantido pelo TCE-PR;

10.1.3 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<http://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

10.2 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de julgamento.

10.3 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.5 -deste edital.

10.4 - Caso a proposta do primeiro colocado seja superior ao preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, e, não havendo êxito, poderá fazer a negociação com os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

10.5 - Finalizado as negociações, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, anexe no sistema, em formato “.pdf”, a proposta com os preços adequados ao último lance ofertado após a negociação realizada, e se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, sob pena de desclassificação e aplicação das penalidades cabíveis.

10.5.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.6 - O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

10.7 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.7.1 - Não seja anexada no sistema, devidamente adequada ao último lance ou valor negociado, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro;

10.7.2 - Contiver vícios insanáveis;

10.7.3 - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital e no seu termo de referência;

10.7.4 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem com valor global superior ao valor estimado para contratação;

10.7.5 - Permanecer com o preço superior ao estimado para contratação fixado neste edital e seus anexos;

10.7.6 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.7.7 - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.8 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.9 - Caso a proposta atenda ao edital, a proposta será aceita pelo pregoeiro, e iniciado a fase de habilitação.

## 11 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1 - A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

11.1.1 - Apresentação de Cópia do documento de identidade do sócio ou de seu representante legal.

11.1.2 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.1.3 - Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

11.1.4 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

11.1.5 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

11.1.6 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

11.1.7 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

11.2 - A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

11.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - **Cartão CNPJ**;

11.2.2 - Prova de Inscrição no **Cadastro de Contribuintes Municipal**, através da apresentação do Alvará, quando vencido, comprovado com a CND Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

11.2.3 - Prova de Inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual**, se houver, quando vencido, comprovado com a CND Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

11.2.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** através da apresentação de **Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União** administrados pela Secretaria da Receita Federal e com validade na data da abertura da sessão pública;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

11.2.5 - Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual** através da apresentação de **Certidão Negativa de Tributos Estaduais** expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda com validade na data da abertura da sessão pública;

11.2.6 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** através da apresentação de **Certidão Negativa de Tributos Municipais** expedida pela Prefeitura Municipal da sede da Proponente, com validade na data de abertura da sessão pública;

11.2.7 - Prova de regularidade para com o **FGTS** através da apresentação de **Certidão de Regularidade do FGTS (CRF)** expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de abertura da sessão pública;

11.2.8 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011;

11.2.9 - Fica dispensada a apresentação dos documentos acima (11.2.2-; 11.2.4-; 11.2.5-; 11.2.6-; 11.2.7-; e 11.2.8-), para os fornecedores com cadastro válido no SICAF, mediante apresentação da **Declaração emitida através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**;

11.3 - A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.4 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de inabilitação.

11.5 - Nos termos do Art. 39, § 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, a verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.6 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema (anexados em campo próprio na plataforma), em formato digital, no prazo de no máximo 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

11.7 - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor, em momento posterior ao julgamento das propostas.

11.7.1 - Os documentos anexados no SICAF ou sistema BLL COMPRAS (conforme o caso), para fins de habilitação serão considerados cópia fiel dos seus originais, sob a fé e a responsabilidade do próprio licitante.

11.8 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

11.8.1 - Certidão negativa de feitos sobre **Falência e Concordata** expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

11.8.2 - Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

11.8.3 - As Certidões/documentos que não tiverem prazo de validade informado, terão como data de validade 90 (noventa) dias após a sua emissão.

11.9 - A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

11.9.1 - Atestado de Capacidade Técnica emitido por órgão de direito público, juntamente com o contrato de prestação de serviços, para comprovar que a licitante presta ou prestou serviço semelhante de licenciamento de software web para gestão de saúde pública, com personalização da plataforma;

11.9.2 - Atestado de Capacidade Técnica emitido por órgão de direito público, juntamente com o contrato de prestação de serviços, para comprovar que o licitante presta ou prestou capacitação/formação dos profissionais direcionadas ao uso do sistema e-SUS em todos os seus módulos de registros, como também prestou suporte técnico aos profissionais no uso do sistema, fato este necessário para demonstrar o conhecimento do processo de registro adequado de produção do SUS, considerando que o sistema terceiro deve respeitar o processo de envio de dados pelo sistema e-SUS Transmissor, seguindo as regras de registro e envio;

11.9.3 - Atestado de Capacidade Técnica emitido por órgão de direito público, juntamente com o contrato de prestação de serviços, para comprovar que o licitante possui conhecimento e que já prestou o serviço de apoio no processo de controle e avaliação e envio de produção do SUS com uso dos sistemas SCNES, BPA, Transmissor, Sla, FPO;

11.9.4 - O licitante deverá comprovar que possui equipe técnica qualificada para prestação dos serviços, comprovando o vínculo empregatício do (s) profissional (is) com a empresa, através de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho. A equipe deverá dispor de, no mínimo:

11.9.4.1 - Um enfermeiro para atuar como mediador e interlocutor das atividades de treinamento e apoio no processo de organização dos fluxos de saúde que impactam no processo tecnológico;

11.9.5 - Declaração com endereço online de acesso ao sistema e contrato de uso caso não seja próprio, para comprovação que o licitante possui Ambiente Virtual de Aprendizagem para capacitação dos profissionais;

11.9.6 - À critério da comissão, poderá ser solicitado o acesso ao sistema para verificação dos conteúdos que devem estar disponíveis minimamente para cumprir com os módulos do edital.

11.10 - **DECLARAÇÃO(ÕES)**

11.10.1 - Declaração unificada - conforme modelo do **ANEXO 06**.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

11.10.2 - Declaração de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa) - conforme modelo do **ANEXO 07**.

11.10.3 - Declaração de Conhecimento às Normas de Prevenção à Corrupção, conforme **ANEXO 08**.

11.10.4 - A(s) Declaração(ões) constante(s) no(s) Anexo(s) deste edital deverá(rão) ser assinada(s) por seu representante legal, sendo o sócio ou seu procurador.

11.11 - **Após a entrega dos documentos para habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame (Lei 14.133/21, art. 64).

11.12 - **Os documentos exigidos no item 8 do termo de referência deste edital e as declarações do modelo constante do anexo 06 deste edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**

11.13 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, as declarações exigidas no cadastramento da proposta.

11.14 - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem..

11.16 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.17 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.18 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei e edital, sendo facultado à



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

## 12 - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### Proposta

12.1 - O pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá promover diligências para esclarecer e sanar eventuais erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, quando se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

### Documentos de habilitação

12.2 - O pregoeiro, na análise dos documentos de habilitação, poderá promover diligências para esclarecer e sanar eventuais erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

### Realização de diligências

12.3 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens 12.1 - e 12.2 - o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## 13 - DA AMOSTRA

13.1 - Para avaliação de requisitos do software, a comissão, juntamente com a Secretaria de Saúde, irá realizar **prova de amostra de funcionalidades do software**, sendo que:

13.1.1 - Após a classificação dos licitantes, deverá a empresa licitante melhor classificada (VENCEDORA) procurar a Secretaria Municipal de Saúde no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, para tomar informações de local e data para apresentação da amostra do software, cronograma de trabalho proposto, e demais informações;

13.1.2 - A prova de conceito será realizada no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após ser declarado um vencedor no processo licitatório;

13.1.3 - A prova de conceito visa avaliar o cronograma de trabalho, como também o software e suas funcionalidades;

13.1.4 - Será considerado apta, a empresa que atender minimamente 90% dos itens constantes no Roteiro de Prova de Conceito - ANEXO I;

13.1.5 - Para avaliação das funcionalidades do software deverá a licitante VENCEDORA disponibilizar ambiente web próprio com uma base de demonstração;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

13.1.6 - De forma que a demonstração do software ocorrerá de maneira presencial, a infraestrutura de internet será disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras ou estabelecimento escolhido por tal no dia da amostra de software;

13.1.7 - A infraestrutura de computadores e periféricos necessários para amostra será de responsabilidade da VENCEDORA;

13.2 - Considerando que os sistemas de saúde no mercado são em grande parte parecidos, uma vez que devem respeitar os requisitos de registro de dados e envio de informação ao Ministério da Saúde, a comissão se atentará na avaliação de itens adicionais ao processo padrão, metodologias e layout de registro e funções que auxiliem no dia a dia dos profissionais, todas estas descritas no roteiro de prova de conceito;

13.3 - A comissão de avaliação a seu critério selecionará itens e solicitará simulações de configurações, cadastros, processos de atendimento e funcionamento dos módulos que são mais importantes e estão fora dos padrões mínimos do ministério da saúde, de forma a atestar as funções aqui solicitadas;

13.4 - As demais licitantes que quiserem participar da prova de conceito deverão procurar a Secretaria Municipal de Saúde no prazo de até **02 (dois)** dias úteis após o certame licitatório para tomar informações de local e data da apresentação (não é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde a comunicação individual das informações às empresas licitantes) e informar o interesse de participação;

13.4.1 - Visto que será disponibilizado documentação técnica específica para o dia como também constará os participantes da POC (Prova de Conceito) em ata, os participantes que não informarem o interesse de participação, poderão participar ainda que assumem a preclusão do direito de eventuais manifestações, questionamentos ou interposições de recurso referente a amostra do software.

13.5 - Serão admitidos somente um participante por empresa licitante, com exceção da equipe vencedora, que poderá participar com até 03 (três) participantes;

13.6 - As demais licitantes que participarem o farão como espectadores, não podendo manifestar-se durante a sessão de amostra, como também não poderão filmar, gravar, utilizar meios de comunicação durante a amostra, causar tumulto ou outra ação que prejudique a sessão, podendo manifestar-se apenas no final da sessão para que conste em ata.

13.7 - A critério das empresas participantes inscritas previamente na sessão de amostra de software, estas terão **02 (dois)** dias úteis para interposição de recurso contraprova de conceito, que será julgada em até **10 (dez)** dias pela comissão de julgamento da prova de conceito;

13.8 - Considerando que a equipe da prova de conceito será formada por profissionais técnicos de suas áreas dentro dos itens de avaliação da prova de conceito, a decisão por aceitação do software levará em conta requisitos técnicos da amostra, sendo ato administrativo discricionário sua aceitação e inquestionável por outros departamentos ou empresas participantes;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

13.9 - Em caso de não aprovação da licitante vencedora na amostra de software, esta será desclassificada, sendo convocadas as demais licitantes na ordem de classificação para o mesmo processo até que se tenha alguma licitante aprovada.

### 14 - DOS RECURSOS

14.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

14.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4 - Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio do sistema.

14.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior o Prefeito Municipal, o qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10 - Os autos do processo administrativo do certame permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do Município <https://novalaranjeiraspr.equiplano.com.br:7076/transparencia/licitacoes>.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### 15 - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1 - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2 - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3 - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.1.4 - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15.2 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade administrativa, civil ou criminal de quem lhes tenha dado causa.

15.3 - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.4 - Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

### 16 - DA CONTRATAÇÃO

16.1 - A contratação será formalizada pela administração por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021..

16.3 - A convocação para assinatura será feita através de e-mail [licitação.pmnl@cnett.com.br](mailto:licitação.pmnl@cnett.com.br), no qual constará como anexo o contrato, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, por assinatura física ou digital.

16.4 - O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.5 - A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e neste edital.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

16.6 - A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela administração, implicará na instauração de procedimento administrativo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

### 17 - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

17.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano da data da realização do certame.

17.2 - Após interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados por simples apostilamento, mediante aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3 - Havendo necessidade comprovada, o contrato poderá ser revisado para restabelecer a sua exequibilidade perdida em razão de eventos posteriores, cujos riscos não tenham sido assumidos pelo contratado.

17.3.1 - A decisão sobre a revisão será proferida pelo gestor do contrato no prazo de até 10 (dez) dias, contados do pedido formal do contratado, instruído de justificativas, planilhas, memória de cálculo e todas as evidências capazes.

17.4 - Estando em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pelo órgão competente e enviados ao setor financeiro do Município para o pagamento devido.

### 18 - MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1 - O regime de execução, forma de fornecimento, modelo de gestão e de execução do contrato constam no termo de referência deste edital e minuta do contrato.

### 19 - DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

19.1 - As disposições da forma e prazo de pagamento contam no termo de referência deste edital e minuta do contrato.

### 20 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1 - Deixar de apresentar a documentação exigida no edital ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame, **inclusive a declaração unificada;**

20.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**20.1.2.1 - não anexar no sistema a proposta reajustada conforme o último lance ofertado;**



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- 20.1.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 20.1.2.3 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 20.1.2.4 - Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.
- 20.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 20.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato.
- 20.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 20.1.5 - Fraudar a licitação;
- 20.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 20.1.6.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 20.1.6.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 20.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 20.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 20.1.9 - Executar o objeto em descompasso com o edital e seus anexos, ou não cumprir os prazos e obrigações assumidas.
- 20.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 20.2.1 - Advertência;
  - 20.2.2 - Multa;
  - 20.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e
  - 20.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 20.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 20.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 20.3.2 - as peculiaridades do caso concreto



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

20.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

20.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

20.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 20.1.1 -, 20.1.2 - e 20.1.3 -, a multa será de 0,5% a 15% do valor do objeto;

20.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 20.1.4 -, 20.1.5 -, 20.1.6 -, 20.1.7 - e 20.1.9 -, a multa será de 15% a 30% do valor do objeto.

20.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1 -, 20.1.2 -, 20.1.3 - e 20.1.9 -, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4 -, 20.1.5 -, 20.1.6 -, 20.1.7 - e 20.1.8 -, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1 -, 20.1.2 - e 20.1.3 - que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3 -, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração.

20.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - Será divulgado o termo de julgamento no sistema eletrônico e no sitio eletrônico oficial do Município.

22.2 - Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.4 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.7 - Este edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sitio eletrônico do Município [www.novalaranjeiras.pr.gov.br](http://www.novalaranjeiras.pr.gov.br).

22.8 - Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.8.1 - ANEXO 1 - Documento de Formalização da Demanda;

22.8.2 - ANEXO 2 - Estudo Técnico Preliminar;

22.8.3 - ANEXO 3 - Termo de Referência;

22.8.4 - ANEXO 4 - Modelo de proposta comercial;



## **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**

### **ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

---

22.8.5 - ANEXO 5 - Minuta do contrato;

22.8.6 - ANEXO 6 - Declaração unificada;

22.8.7 - ANEXO 7 - Declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte;

22.8.8 - ANEXO 8 - Modelo de Declaração de conhecimento as normas de prevenção à corrupção.

Nova Laranjeiras, Pr, 12 de Abril de 2024.

**VALDECIR ALVES DE MEDEIROS**

Pregoeiro

Decreto nº 247/2023



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

## ANEXO 1 - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

<b>Setor Requisitante:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
<b>Responsável pela Demanda:</b>	<b>Raquel Bones dos Reis Muffatto</b>
<b>Telefone:</b>	(42) 3637 1148
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:saude.raquelmuffatto@gmail.com">saude.raquelmuffatto@gmail.com</a> <a href="mailto:coordsaudenl@gmail.com">coordsaudenl@gmail.com</a>

**Objeto** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA WEB, FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA PARA SAÚDE, CONSULTORIA EM SAÚDE NO PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO LOCAL.

( ) Serviço não continuado ( ) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra ( **X** ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra ( ) Material de consumo ( ) Material permanente / equipamento

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade
01		a - Valor Migração - Pagamento Único	UND	01
02		b - Valor Implantação - Pagamento Único	UND	01
03		c - Valor Licença de Software - Pagamento Mensal	UND	12
04		h - Valor Total Anual ((a+b)+(g x 12))	UNID	1

<b>Estimativa preliminar do valor da contratação:</b>	<b>R\$ 81.180,00 ANUAL</b>
<b>Resultados Pretendidos:</b>	<b>Adequação da legislação</b> <b>Diminuição do uso do papel</b> <b>Licenciamento de software</b> <b>Unificação dos sistemas de informação</b> <b>Melhoria dos processos de trabalho com a customização do software</b> <b>Consultoria nos processos de controle e avaliação</b> <b>Melhoria contínua do serviço</b>
<b>Setor / Unidade requisitante:</b>	SECRETARIA DE SAUDE
<b>Responsável pela demanda:</b>	Raquel Bones dos Reis Muffato



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

Indicação do(s) integrante(s) da equipe	
Responsável Técnico, titular e substituto:	VALDECIR ALVES DE MEDEIROS DECRETO Nº 247/2023
Gestor do Contrato, titular e substituto:	Raquel Bones dos Reis Muffato – Secretaria de Saúde; DECRETO Nº 249/2023
Fiscal do Contrato, titular e substituto:	BRUNO SCHAFRANSKI DECRETO Nº 248/2023
Justificativa:	O presente projeto tem como objetivo aprimorar a saúde pública municipal, visando a melhoria dos fluxos e processos de trabalho, a implementação de protocolos padronizados e a capacitação dos profissionais. Além disso, busca-se a modernização das ferramentas tecnológicas, a eficiência na gestão de recursos financeiros e insumos, a redução de retrabalho e o aumento da agilidade no atendimento e tomada de decisões. O projeto também visa oferecer suporte qualificado aos profissionais da saúde no dia a dia.
Data pretendida para a celebração da contratação:	30/04/2024
Previsão de entrega, após celebração do contrato:	60 dias úteis, após a celebração do contrato (emissão da nota de empenho de despesa).
A contratação pretendida está prevista no Plano Anual de Contratação:	NÃO HÁ
Opção legal:	(x) Modalidades da Lei nº 14.133/2021: (especificar a modalidade) ( X ) Pregão ELETRONICO ( ) Dispensa/Inexigibilidade ( ) Adesão à IRP de outro Órgão
Informações adicionais:	NÃO HÁ
Anexos:	TERMO REFERENCIA E ESTUDO TECNICO PRELIMINAR



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

..... <b>LEISA ALINE HULSE</b> OFICIAL ADIMINISTRATIVO	..... <b>Raquel Bones dos Reis Muffato</b> Secretaria de Saúde
--	--



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### ANEXO 2 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. INTRODUÇÃO

1.1. O estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação, Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

##### 2.1. Adequação da legislação

2.2. O município de Nova Laranjeiras/PR, através do Fundo Municipal de Saúde, através deste certame necessita não só, mas inicialmente promover a adequação dos seus contratos com a nova lei de licitações, visto que os contratos anteriores não podem mais ser renovados;

##### 2.3. Diminuição do uso do papel

2.4. Este certame irá proporcionar a diminuição significativa do papel do papel com o uso de prontuários eletrônicos dentro das normas que garantam a descontinuidade da impressão dos papeis reduzindo custos e promovendo impacto ambiental positivo.

##### 2.5. Licenciamento de software

2.6. A utilização de softwares de gestão na área da saúde deixou de ser uma estratégia de melhoria da gestão e passou a ser necessidade. A cada dia que passa e a demanda da saúde aumenta vê-se como uma necessidade a implementação de tecnologias para agilizar os processos de trabalho e unificar as informações. Departamentos como laboratório de análises clínicas, gestão de frotas e transporte de pacientes, farmácia, almoxarifado, como muitos outros são dependentes quase que 100% de sistemas de gestão e serviço visto que as atividades caso fossem feitas de forma manual, comprometeria a capacidade de atendimento, aumentaria a necessidade por recursos humanos, diminuiria a eficiência, geraria riscos na qualidade e veracidade das informações tornando catastrófico o atendimento à população.

2.7. Não distante dos exemplos acima, ainda se tem a obrigatoriedade do envio de dados de "produção" aos departamentos responsáveis pelo controle e avaliação do ministério da saúde que usam os dados para fins de liberação de recursos, pagamentos, avaliação de metas e indicadores, credenciamento e qualificação de equipes, desta forma tornando o uso de software pelos municípios uma necessidade ímpar, aderida por quase 100% dos municípios do Brasil;

2.8. Para elucidar, o próprio Ministério da Saúde possui disponível para implantação o Software e-SUS PEC, ferramenta de registro de atendimento, utilizada amplamente por vários municípios e utilizada anteriormente por esta municipalidade. A decisão pela desistência do seu



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

uso ocorreu em função da falta de disponibilidade de módulos de outros departamentos uma vez que o mesmo só abrangia a atenção básica municipal, não possuindo controle de farmácia integrado, gestão de frotas entre outros módulos que tornavam a informação disseminada dificultando a gestão de informação, além de não possuir possibilidade de customização e adequação as necessidades e especificidades municipais e acesso difícil ao suporte técnico.

### **2.9. Unificação dos sistemas de informação**

2.10. Ainda, a unificação de sistema de informações traz inúmeros benefícios para gestão e para os profissionais de saúde que poderão contar com ferramentas integradas entre todos os departamentos, tendo informações de todos os departamentos da saúde permitindo a tomada de decisão mais assertiva, gerando agilidade e eficiência.

2.11. Com a nova metodologia tecnológica, espera-se integrar todas as unidades de saúde do município e compartilhar informações do usuário entre os setores, concedendo acesso ao médico de medicações dispensadas na farmácia, medicações disponíveis na farmácia, compartilhamento de alergias, condições e comorbidades entre os estabelecimentos de saúde do SUS do município.

2.12. Outra grande evolução é permitir a integração do prontuário médico com o setor de regulação, que enviará as solicitações e encaminhamentos médicos diretamente ao setor evitando assim o retrabalho de digitação que é realizado atualmente. Desta forma, fica evidente que os profissionais poderão otimizar seu tempo, prestando atendimentos com maior qualidade, eficácia e implantar novos protocolos. Com a reestruturação, o sistema mesmo enviará mensagem e o paciente confirmará presença em agendamentos, reduzindo o absenteísmo que chega a ser 30% atualmente, resultando em desperdício de recursos e agendamentos que já são restritos.

2.13. O cidadão se beneficiará desta mudança com o acesso online a receituários, atestados, prontuários além de outros documentos. Os receituários poderão ser emitidos de maneira digital e enviados diretamente ao smartphone do paciente, como também receberá avisos automáticos via WhatsApp para comunicação de consultas agendadas entre outras, além de ter atendimento mais acessível e ágil em todos os departamentos.

### **2.14. Melhoria dos processos de trabalho com a customização do software**

2.15. A customização é necessária para execução deste processo uma vez que, considerando a constante mutação dos cenários da saúde, vê-se que softwares comuns chamados de “software de prateleira” não conseguem mais atender às necessidades de grandes estruturas de saúde ou estruturas que buscam ser inovadoras no cuidado de seus pacientes. Ainda, a constante evolução dos serviços de saúde e a grande evolução tecnológica atrelada também ao tempo de vitalidade do processo licitatório, sabe-se que não é mais prudente a contratação de um “software de prateleira” uma vez que as necessidades dos profissionais por relatórios, modificações do processo de trabalho, forma usual do software não pode ser “engessada” para não comprometer o dinamismo do trabalho da saúde ao longo do contrato. A customização permite levar em consideração cada cenário do município, considerando o espaço,



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

infraestrutura, equipe e população, possibilitando que cada parte do software seja moderna, robusta e condizente com sua necessidade e ao mesmo tempo se adapte a cada setor e não ao contrário.

2.16. Ainda, customização de software, desempenha um papel vital na maximização do valor e na adaptação de soluções tecnológicas às necessidades específicas da administração. Na área da saúde, a cada ano que se passa, novas regras, leis, normativas são inseridas no processo de trabalho, trazendo a necessidade da adaptação, criação, melhoria dos softwares já contratados, deste modo, ao considerar a contratação de tempo de desenvolvimento de software como parte de um contrato de licenciamento, existem diversas vantagens notáveis que justificam esta abordagem proativa e estratégica.

### **2.17. Consultoria nos processos de controle e avaliação**

2.18. A consultoria no processo de controle e avaliação, visa garantir que os registros efetuados através do sistema sejam consistentes a ponto de serem “aceitos/validados/aprovados” no processo de validação de produção enviada ao ministério da saúde, garantindo assim melhor aproveitamento do software contratado.

2.19. O município atualmente não possui quadro suficiente para realizar o acompanhamento deste processo visto que são necessárias várias pessoas com entendimento em áreas diversas (atenção básica, média, alta, epidemiologia, odontologia, vigilância sanitária), tornando inviável a criação de um departamento interno que consiga atender todas as necessidades.

2.20. Com o serviço de consultoria, espera-se que o detentor do software auxilie o município no processo dispondo de especialistas em cada área uma vez que o mesmo é detentor do conhecimento envolvido em cada módulo, tornando mais confiável o processo.

### **2.21. Melhoria contínua do serviço**

2.22. A contratação proporcionará o aumento da disponibilidade dos serviços de saúde à população com a utilização de ferramentas tecnológicas de comunicação com o cidadão para diminuição do absenteísmo, como também da utilização de ferramentas automatizadas que excluem a necessidade de presença do paciente para realização de processo burocráticos que podem ser sanados por meio de processos digitais, com também melhorar a qualidade das informações disponíveis para tomada de decisão da equipe de gestão, fatos estes que dão continuidade ao processo evolutivo da saúde já iniciado.

2.23. Novas obrigações e necessidades acompanham o processo de evolução da saúde, necessitando cada vez mais possuir softwares de gestão mais robustos conforme o nível de complexidade de cada departamento, além da necessidade de adequações dos processos de trabalho que permitam atender as exigências de forma que não sejam necessárias novas contratações ou que haja perda na eficiência, disponibilidade e humanização do atendimento.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **3.1. Qualificação Técnica**



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

3.1.1. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (Cartão CNPJ), a fim de comprovar a habilitação para prestar o serviço de acordo com suas atividades empresariais;

3.1.2. Carta de Capacidade Técnica emitido por órgão de direito público, juntamente com o contrato de prestação de serviços, para comprovar que a licitante presta ou prestou serviço semelhante de licenciamento de software web para gestão de saúde pública, com personalização da plataforma;

3.1.3. Carta de Capacidade Técnica emitido por órgão de direito público, juntamente com o contrato de prestação de serviços, para comprovar que o licitante presta ou prestou capacitação/formação dos profissionais direcionadas ao uso do sistema e-SUS em todos os seus módulos de registros, como também prestou suporte técnico aos profissionais no uso do sistema, fato este necessário para demonstrar o conhecimento do processo de registro adequado de produção do SUS, considerando que o sistema terceiro deve respeitar o processo de envio de dados pelo sistema e-SUS Transmissor, seguindo as regras de registro e envio;

3.1.4. Carta de Capacidade Técnica emitido por órgão de direito público, juntamente com o contrato de prestação de serviços, para comprovar que o licitante possui conhecimento e que já prestou o serviço de apoio no processo de controle e avaliação e envio de produção do SUS com uso dos sistemas SCNES, BPA, Transmissor, Sla, FPO;

3.1.5. O licitante deverá comprovar que possui equipe técnica qualificada para prestação dos serviços, comprovando o vínculo empregatício do (s) profissional (is) com a empresa, através de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho. A equipe deverá dispor de, no mínimo:

3.1.5.1. Um enfermeiro para atuar como mediador e interlocutor das atividades de treinamento e apoio no processo de organização dos fluxos de saúde que impactam no processo tecnológico;

3.1.6. Declaração com endereço online de acesso ao sistema e contrato de uso caso não seja próprio, para comprovação que o licitante possui Ambiente Virtual de Aprendizagem para capacitação dos profissionais;

3.1.6.1. À critério da comissão, poderá ser solicitado o acesso ao sistema para verificação dos conteúdos que devem estar disponíveis minimamente para cumprir com os módulos do edital;

3.2. Para avaliação de requisitos do software, a comissão, juntamente com a Secretaria de Saúde, irá realizar **prova de amostra de funcionalidades do software**, sendo que:

3.2.1. Após a classificação dos licitantes, deverá a empresa licitante melhor classificada (VENCEDORA) procurar a Secretaria Municipal de Saúde no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, para tomar informações de local e data para apresentação da amostra do software, cronograma de trabalho proposto, e demais informações;

3.2.2. A prova de conceito será realizada no **prazo de até 05 (cinco) dias úteis** após ser declarado um vencedor no processo licitatório;

3.2.3. A prova de conceito visa avaliar o cronograma de trabalho, como também o software e suas funcionalidades;

3.2.3.1. Para avaliação das funcionalidades do software deverá a licitante VENCEDORA



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

disponibilizar ambiente web próprio com uma base de demonstração;

3.2.3.2. A infraestrutura de internet será disponibilizada pela Prefeitura Municipal ou estabelecimento escolhido por tal no dia da amostra de software;

3.2.3.3. A infraestrutura de computadores e periféricos necessários para amostra será de responsabilidade da VENCEDORA;

3.2.3.4. Considerando que os sistemas de saúde no mercado são em grande parte parecidos, uma vez que devem respeitar os requisitos de registro de dados e envio de informação ao Ministério da Saúde, a comissão se atentará na avaliação de itens adicionais ao processo padrão, metodologias e layout de registro e funções que auxiliem no dia a dia dos profissionais, todas estas descritas no roteiro de prova de conceito;

3.2.3.5. A comissão de avaliação a seu critério selecionará itens e solicitará simulações de configurações, cadastros, processos de atendimento e funcionamento dos módulos que são mais importantes e estão fora dos padrões mínimos do ministério da saúde, de forma a atestar as funções aqui solicitadas;

4.3. As demais licitantes que quiserem participar da prova de conceito deverão procurar a Secretaria de Saúde no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o certame licitatório para tomar informações de local e data da apresentação (não é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde a comunicação individual das informações às empresas licitantes);

4.4. Serão admitidos somente um participante por empresa licitante, com exceção da equipe vencedora, que poderá participar com até 03 (três) participantes;

4.5. As demais licitantes que participarem o farão como espectadores, não podendo manifestar-se durante a sessão de amostra, como também não poderão filmar, gravar, utilizar meios de comunicação durante a amostra, causar tumulto ou outra ação que prejudique a sessão, podendo manifestar-se apenas no final da sessão para que conste em ata.

4.6. A critério das empresas participantes da sessão de amostra de software, estas terão 02 (dois) dias úteis para interposição de recurso contra-prova de conceito, que será julgada em até 05 (cinco) dias pela comissão de julgamento da prova de conceito;

4.7. Considerando que a equipe da prova de conceito será formada por profissionais técnicos de suas áreas dentro dos itens de avaliação da prova de conceito, a decisão por aceitação do software levará em conta requisitos técnicos da amostra, sendo ato administrativo discricionário sua aceitação e inquestionável por outros departamentos ou empresas participantes;

4.8. Em caso de não aprovação da licitante vencedora na amostra de software, esta será desclassificada, sendo chamada a próxima licitante classificada para o mesmo processo até que se tenha alguma licitante aprovada.

4.9. Uma vez que os itens possuem correlação entre si para garantir um processo eficiente e obtenção de resultados positivos, sendo os serviços dependentes um do outro para a obtenção da melhor performance, a empresa participante deve cotar todos os itens sob pena de desclassificação.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. A estimativa de quantidades foi baseada em serviços continuados e não continuados, sendo o valor global do lote uma estimativa dos orçamentos.

4.2. Os serviços foram estimados para 12 (doze) meses conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	QTD
1	Hospedagem do sistema em servidor CLOUD	12
2	Migração dos dados e informações do sistema atual	1
3	Instalação, Treinamento e Customização do Sistema	1
4	Módulo de Prontuário para Unidades Básicas de Saúde - UBS	12
5	Módulo de Prontuário para Unidades de Atendimento Especializado - Policlínica	12
6	Módulo Farmácia Básica e Judicial	12
7	Módulo de Almoxarifado da Saúde	12
8	Módulo De Gestão De Transporte De Pacientes	12
9	Módulo Gestão de Benefícios	12
10	Módulo de Sala de Vacinas	12
11	Módulo de Gestão das Filas de Espera e Regulação	12
12	Módulo de gestão de Atividades do Agente Comunitário de Saúde com Disponibilização de Aplicativo Móvel (APP) para Registro de Visitas	12
13	Módulo de Portal da Transparência da Saúde	12
14	Módulo De Dashboard de Informação de Indicadores Assistenciais e de Gestão	12
15	Módulo de Comunicação Automatizada com Cidadão - WhatsApp e e-Mail	12
16	Consultoria Controle e Avaliação	12

4.3. Para a implantação, deverão ser considerados os itens 2 e 3, pois são obrigatórios para a implantação do software e início do uso do mesmo;

4.4. Para os demais anos, o valor aditado de contrato excluirá os itens 2 e 3;

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. O que está sendo proposto neste ETP não é possível fornecer integralmente pela própria Secretaria de Saúde e/ou seus servidores, uma vez que não possuem expertise técnica do processo tecnológico, como também, avaliando o mercado viu-se várias cidades com serviços semelhantes contendo bons resultados.

### 6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A estimativa do valor da contratação é de R\$ 81.180,00 (oitenta e um mil cento e oitenta reais) anuais. Esta estimativa foi calculada de acordo com uma pesquisa prévia acerca das soluções para os problemas evidenciados neste ETP, baseados em softwares similares mesmo que não customizáveis utilizados em outras cidades, além de orçamento de empresa regional.

### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução encontrada para o problema evidenciado é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA WEB, FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA PARA SAÚDE,



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

CONSULTORIA EM SAÚDE NO PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO LOCAL, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde.

7.2. O presente projeto tem como objetivo aprimorar a saúde pública municipal, visando a melhoria dos fluxos e processos de trabalho, a implementação de protocolos padronizados e a capacitação dos profissionais. Além disso, busca-se a modernização das ferramentas tecnológicas, a eficiência na gestão de recursos financeiros e insumos, a redução de retrabalho e o aumento da agilidade no atendimento e tomada de decisões. O projeto também visa oferecer suporte qualificado aos profissionais da saúde no dia a dia;

7.3. Uma vez que os itens possuem correlação entre si para garantir um processo eficiente e obtenção de resultados positivos, sendo os serviços dependentes um do outro para a obtenção da melhor performance, a empresa participante deve cotar todos os itens sob pena de desclassificação.

7.3.1. Para atender às necessidades, serão considerados os seguintes elementos mínimos:

7.3.1.1. Realizar a migração das informações completas do sistema e-SUS e sistema contratado atual a fim de não haver perda de informações;

7.3.1.2. Realizar a instalação dos sistemas em servidor próprio do município garantindo o acesso seguro e confiável aos sistemas;

7.3.1.3. Mapear os processos e adaptar o software utilizando da customização para atender as necessidades municipais;

7.3.1.4. Capacitar os profissionais para utilização dos sistemas de saúde com foco na diminuição do esforço profissional, eficiência nos processos de trabalho da saúde com uso de tecnologia, qualidade no registro de informações e economia dos insumos da saúde;

7.3.1.5. Realizar o suporte diário por meio de suporte remoto e presencial aos profissionais de saúde e gestão do município;

7.3.1.6. Realizar educação continuada semanal aos profissionais de saúde do município disponibilizando horário fixo para treinamento de novos profissionais ou reciclagem dos profissionais atuais;

7.3.1.7. Disponibilizar licença mensal de softwares de gestão de saúde pública web customizável, buscando maior agilidade, eficiência e eficácia nos processos de trabalho da saúde, conforme quantitativos e especificações mínimas expostas no item 5 deste Estudo Técnico Preliminar.

7.4. Para que a contratação ocorra de forma satisfatória é necessário que a empresa disponha de mão de obra especializada, com a utilização dos meios específicos, visando a realização de um trabalho seguro, confiável e que atenda prontamente às necessidades apontadas neste ETP.

7.5. Desta forma, a contratada será a responsável pela perfeita execução dos serviços, devendo prestar suporte técnico remoto por 24 horas/dia, inclusive finais de semana, bem como o treinamento e acompanhamento das equipes para implantação.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

8.1. O critério de julgamento da licitação será de **menor preço por LOTE**.

8.2. A escolha desta forma de julgamento se dá pelo motivo dos itens serem correlatos, e para trazer efetividade e agilidade aos procedimentos do processo licitatório é eficaz que seja um fornecedor responsável pelos serviços; ou seja, não há como uma empresa implantar o sistema e outra empresa ofertar os serviços de licença dos softwares, ou, ainda, capacitar os profissionais, visto que a capacitação e a educação continuada têm base no sistema de gestão de saúde pública.

### 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Estima-se que o uso de software unificado associado ao processo Educação Continuada em Saúde proporcione maior eficiência e economia para a municipalidade, através de:

#### 9.2. Eficiência Operacional:

9.2.1. Redução do tempo de atendimento em todos os departamentos da saúde.

9.2.2. Agilidade nos processos internos, desde o registro do paciente até a entrega de medicamentos, liberação de exames.

#### 9.3. Qualidade nos Registros e Dados:

9.3.1. Melhoria na precisão e completude dos registros de atendimentos.

9.3.2. Obtenção de dados mais confiáveis para análises epidemiológicas e planejamento de ações de saúde.

#### 9.4. Visibilidade e Controle:

9.4.1. Criação de painéis de acompanhamento para monitoramento em tempo real.

9.4.2. Identificação imediata de possíveis críticas na saúde e tomada de decisões ágeis.

#### 9.5. Customização do Software:

9.5.1. Adequação dos módulos e telas às necessidades locais.

9.5.2. Desenvolvimento de relatórios específicos para análise local.

9.5.3. Integração com outros sistemas de forma personalizada.

#### 9.6. Integração entre Departamentos:

9.6.1. Compartilhamento de informações entre unidades de saúde.

9.6.2. Redução de retrabalho com a integração do prontuário médico e setor de regulação.



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (42) 3637-1148

9.6.3. Melhoria na comunicação entre diferentes setores, como consultório médico e farmácia.

9.7. Benefícios para Profissionais e Gestores:

9.7.1. Otimização do tempo dos profissionais de saúde.

9.7.2. Redução do absenteísmo em consultas agendadas.

9.7.3. Implantação de novos protocolos e melhoria na qualidade dos atendimentos.

9.8. Acesso Online para a População:

9.8.1. Disponibilização de receituários, atestados e prontuários de forma digital.

9.8.2. Comunicação ágil via WhatsApp para consultas agendadas e outros avisos.

9.9. Suporte Técnico e Capacitação:

9.9.1. Garantia de suporte técnico local eficiente.

9.9.2. Capacitação constante dos profissionais para interpretação e uso efetivo do sistema.

9.10. Educação Permanente em Saúde:

9.10.1. Atualização contínua dos profissionais com metodologias participativas.

9.10.2. Incorporação de consultoria remota e presencial para superar desafios específicos.

9.11. Melhoria Contínua e Inovação:

9.11.1. Adaptação rápida a desafios emergentes na área da saúde.

9.11.2. Busca por inovações e implementação de melhorias contínuas no sistema.

9.12. Ampliação do Acesso e da Qualidade da Assistência:

9.12.1. Maior eficiência na gestão de insumos e serviços.

9.12.2. Estratificação de dados para tomada de decisão mais assertiva.

9.13. Participação Ativa da População:

9.14. Envolvimento da comunidade por meio da pesquisa de satisfação integrada ao sistema.

9.15. Registro Adequado e Envio de Produção:

9.15.1. Sincronismo e habilidade organizacional para garantir assistência humanizada.

9.15.2. Envio efetivo de produção ao Ministério da Saúde, evitando perdas financeiras.

9.16. Impacto na Saúde Financeira do Município:

9.16.1. Maior eficiência na utilização de recursos públicos.

9.16.2. Evitar desperdícios e custos adicionais devido a retrabalho e falta de integração.



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

#### 9.17. Alcance da Qualidade no Atendimento à População:

9.17.1. Conformidade com as regulamentações vigentes.

9.17.2. Promoção de uma gestão de saúde mais eficiente, ágil e sustentável.

9.18. Este demonstrativo reflete os resultados almejados pela implementação das propostas descritas, proporcionando uma transformação significativa na gestão da saúde em Nova Laranjeiras/PR.

### 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. Todas as Unidades Básicas de Saúde e demais setores que farão uso destes softwares estão devidamente equipados com computadores de qualidade.

10.2. Um servidor a ser designado pela Secretaria de Saúde será responsável por fiscalizar a entrega dos serviços constantes neste ETP.

### 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1. Não há

### 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. O sistema auxiliará na diminuição do papel, como também na maior economia de insumos da saúde, fato que causa impacto ambiental positivo.

### 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. O certame tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA WEB, FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA PARA SAÚDE, CONSULTORIA EM SAÚDE NO PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO LOCAL, para o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

13.2. O interesse público será alcançado, pois o foco é o paciente, com uma maior rapidez na regulação de exames e consultas, informações integradas no prontuário, redução do absenteísmo através da melhoria na comunicação (mensagem automática via WhatsApp ou - mail), e a maior transparência da saúde.

13.3. A modalidade de licitação será o PREGÃO ELETRÔNICO, visto que se trata de aquisição de bens e serviços comuns; o critério de julgamento será o de menor preço por lote.

14.4. As despesas decorrentes da presente serão informadas no edital

14.5. Através deste Estudo Técnico Preliminar, verificou-se que a contratação atende à necessidade a que se destina, com a solução do problema em questão. Justifica-se, pois, é de



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.587.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (42) 3637-1148

---

extrema importância a otimização os processos, a organização das atividades nas Unidades Básicas de Saúde de modo que os servidores possam focar na atenção ao paciente, a integração dos atendimentos com intuito de agilizar os mesmos e reduzir custos, bem como o gerenciamento de relatórios de indicadores do Programa Previne Brasil para garantir maior retorno financeiro ao município. Assim, conclui-se que há viabilidade e razoabilidade na realização desta contratação.

Nova Laranjeiras 01 de MARÇO de 2024.

**Secretária de Saúde**

Raquel Bones dos Reis Mufatto



### ANEXO 3 - TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DADOS DO SOLICITANTE

<b>Órgão:</b> Secretaria de Saúde	<b>CNPJ:</b> 09.195.958/0001-50
<b>Nome:</b> Raquel Bones dos Reis Mufatto	<b>Cargo:</b> Secretária de Saúde
<b>Telefone:</b> (42) 36371148	<b>E-mail:</b> <a href="mailto:saude.raquelmufatto@gmail.com">saude.raquelmufatto@gmail.com</a>

#### 1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem como finalidade subsidiar o processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA WEB, FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA PARA SAÚDE, CONSULTORIA EM SAÚDE NO PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO LOCAL para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de NOVA LARANJEIRAS/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

##### **LOTE 1**

Item	Descrição	Unidade	QTD	Valor Unit	Valor Total
1	Hospedagem do sistema em servidor CLOUD	Mês	12	R\$ 840,00	R\$ 10.080,00
2	Migração dos dados e informações do sistema atual	Unidade	1	R\$ 2.040,00	R\$ 2.040,00
3	Instalação, Treinamento e Customização do Sistema	Unidade	1	R\$ 8.460,00	R\$ 8.460,00
4	Módulo de Prontuário para Unidades Básicas de Saúde - UBS	Mês	12	R\$ 880,00	R\$ 10.560,00
5	Módulo de Prontuário para Unidades de Atendimento Especializado - Policlínica	Mês	12	R\$ 880,00	R\$ 10.560,00
6	Módulo Farmácia Básica e Judicial	Mês	12	R\$ 540,00	R\$ 6.480,00
7	Módulo de Almoxarifado da Saúde	Mês	12	R\$ 440,00	R\$ 5.280,00
8	Módulo De Gestão De Transporte De Pacientes	Mês	12	R\$ 440,00	R\$ 5.280,00
9	Módulo Gestão de Benefícios	Mês	12	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
10	Módulo de Sala de Vacinas	Mês	12	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00
11	Módulo de Gestão das Filas de Espera e Regulação	Mês	12	R\$ 340,00	R\$ 4.080,00
12	Módulo de gestão de Atividades do Agente Comunitário de Saúde com Disponibilização de Aplicativo Móvel (APP) para Registro de Visitas	Mês	12	R\$ 520,00	R\$ 6.240,00
13	Módulo de Portal da Transparência da Saúde	Mês	12	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
14	Módulo De Dashboard de Informação de Indicadores Assistenciais e de Gestão	Mês	12	R\$ 480,00	R\$ 5.760,00
15	Módulo de Comunicação Automatizada com Cidadão - WhatsApp e e-Mail	Mês	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

16	Consultoria Controle e Avaliação	Hora	12	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
17	a - Valor Migração - Pagamento Único				R\$ 2040,00
18	b - Valor Implantação - Pagamento Único				R\$ 8460,00
19	c - Valor Licença de Software - Pagamento Mensal				R\$ 5715,15
22	h - Valor Total Anual ((a+b)+(g x 12))				R\$ 81.180,00

### 1.2. Observações importantes:

1.2.1 Para a implantação, deverão ser considerados os itens 2 e 3 (Migração e Implantação), pois são obrigatórios para a implantação do software e início do uso do mesmo;

1.2.2 Para os demais anos, o valor aditado de contrato excluirá os itens 2 e 3;

1.2.3 No caso da consultoria técnica em controle e avaliação (item 16), será pago um valor mensal para o apoio remoto;

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta licitação têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

1.5.1. A escolha desta forma de julgamento se dá pois os itens possuem correlação entre si para garantir um processo eficiente e obtenção de resultados positivos, sendo os serviços dependentes um do outro para a obtenção da melhor performance, a empresa participante deve cotar todos os itens sob pena de desclassificação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Adequação da legislação

2.2. O município de Nova Laranjeiras/PR, através do Fundo Municipal de Saúde, através deste certame necessita não só, mas inicialmente promover a adequação dos seus contratos com a nova lei de licitações, visto que os contratos anteriores não podem mais ser renovados;

### 2.3. Diminuição do uso do papel

2.4. Este certame irá proporcionar a diminuição significativa do papel do papel com o uso de prontuários eletrônicos dentro das normas que garantam a descontinuidade da impressão dos papeis reduzindo custos e promovendo impacto ambiental positivo.

### 2.5. Licenciamento de software



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

2.6. A utilização de softwares de gestão na área da saúde deixou de ser uma estratégia de melhoria da gestão e passou a ser necessidade. A cada dia que passa e a demanda da saúde aumenta vê-se como uma necessidade a implementação de tecnologias para agilizar os processos de trabalho e unificar as informações. Departamentos como laboratório de análises clínicas, gestão de frotas e transporte de pacientes, farmácia, almoxarifado, como muitos outros são dependentes quase que 100% de sistemas de gestão e serviço visto que as atividades caso fossem feitas de forma manual, comprometeria a capacidade de atendimento, aumentaria a necessidade por recursos humanos, diminuiria a eficiência, geraria riscos na qualidade e veracidade das informações tornando catastrófico o atendimento à população.

2.7. Não distante dos exemplos acima, ainda se tem a obrigatoriedade do envio de dados de “produção” aos departamentos responsáveis pelo controle e avaliação do ministério da saúde que usam os dados para fins de liberação de recursos, pagamentos, avaliação de metas e indicadores, credenciamento e qualificação de equipes, desta forma tornando o uso de software pelos municípios uma necessidade ímpar, aderida por quase 100% dos municípios do Brasil;

2.8. Para elucidar, o próprio Ministério da Saúde possui disponível para implantação o Software e-SUS PEC, ferramenta de registro de atendimento, utilizada amplamente por vários municípios e utilizada anteriormente por esta municipalidade. A decisão pela desistência do seu uso ocorreu em função da falta de disponibilidade de módulos de outros departamentos uma vez que o mesmo só abrangia a atenção básica municipal, não possuindo controle de farmácia integrado, gestão de frotas entre outros módulos que tornavam a informação disseminada dificultando a gestão de informação, além de não possuir possibilidade de customização e adequação as necessidades e especificidades municipais e acesso difícil ao suporte técnico.

### **2.9. Unificação dos sistemas de informação**

2.10. Ainda, a unificação de sistema de informações traz inúmeros benefícios para gestão e para os profissionais de saúde que poderão contar com ferramentas integradas entre todos os departamentos, tendo informações de todos os departamentos da saúde permitindo a tomada de decisão mais assertiva, gerando agilidade e eficiência.

2.11. Com a nova metodologia tecnológica, espera-se integrar todas as unidades de saúde do município e compartilhar informações do usuário entre os setores, concedendo acesso ao médico de medicações dispensadas na farmácia, medicações disponíveis na farmácia, compartilhamento de alergias, condições e comorbidades entre os estabelecimentos de saúde do SUS do município.

2.12. Outra grande evolução é permitir a integração do prontuário médico com o setor de regulação, que enviará as solicitações e encaminhamentos médicos diretamente ao setor evitando assim o retrabalho de digitação que é realizado atualmente. Desta forma, fica evidente que os profissionais poderão otimizar seu tempo, prestando atendimentos com maior qualidade, eficácia e implantar novos protocolos. Com a reestruturação, o sistema mesmo enviará mensagem e o



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

paciente confirmará presença em agendamentos, reduzindo o absenteísmo que chega a ser 30% atualmente, resultando em desperdício de recursos e agendamentos que já são restritos.

2.13. O cidadão se beneficiará desta mudança com o acesso online a receituários, atestados, prontuários além de outros documentos. Os receituários poderão ser emitidos de maneira digital e enviados diretamente ao smartphone do paciente, como também receberá avisos automáticos via WhatsApp para comunicação de consultas agendadas entre outras, além de ter atendimento mais acessível e ágil em todos os departamentos.

### **2.14. Melhoria dos processos de trabalho com a customização do software**

2.15. A customização é necessária para execução deste processo uma vez que, considerando a constante mutação dos cenários da saúde, vê-se que softwares comuns chamados de “software de prateleira” não conseguem mais atender às necessidades de grandes estruturas de saúde ou estruturas que buscam ser inovadoras no cuidado de seus pacientes. Ainda, a constante evolução dos serviços de saúde e a grande evolução tecnológica atrelada também ao tempo de vitalidade do processo licitatório, sabe-se que não é mais prudente a contratação de um “software de prateleira” uma vez que as necessidades dos profissionais por relatórios, modificações do processo de trabalho, forma usual do software não pode ser “engessada” para não comprometer o dinamismo do trabalho da saúde ao longo do contrato. A customização permite levar em consideração cada cenário do município, considerando o espaço, infraestrutura, equipe e população, possibilitando que cada parte do software seja moderna, robusta e condizente com sua necessidade e ao mesmo tempo se adapte a cada setor e não ao contrário.

2.16. Ainda, customização de software, desempenha um papel vital na maximização do valor e na adaptação de soluções tecnológicas às necessidades específicas da administração. Na área da saúde, a cada ano que se passa, novas regras, leis, normativas são inseridas no processo de trabalho, trazendo a necessidade da adaptação, criação, melhoria dos softwares já contratados, deste modo, ao considerar a contratação de tempo de desenvolvimento de software como parte de um contrato de licenciamento, existem diversas vantagens notáveis que justificam esta abordagem proativa e estratégica.

### **2.17. Consultoria nos processos de controle e avaliação**

2.18. A consultoria no processo de controle e avaliação, visa garantir que os registros efetuados através do sistema sejam consistentes a ponto de serem “aceitos/validados/aprovados” no processo de validação de produção enviada ao ministério da saúde, garantindo assim melhor aproveitamento do software contratado.

2.19. O município atualmente não possui quadro suficiente para realizar o acompanhamento deste processo visto que são necessárias várias pessoas com entendimento em áreas diversas (atenção básica, média, alta, epidemiologia, odontologia, vigilância sanitária), tornando inviável a criação de um departamento interno que consiga atender todas as necessidades.



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

2.20. Com o serviço de consultoria, espera-se que o detentor do software auxilie o município no processo dispondo de especialistas em cada área uma vez que o mesmo é detentor do conhecimento envolvido em cada módulo, tornando mais confiável o processo.

#### **2.21. Melhoria contínua do serviço**

2.22. A contratação proporcionará o aumento da disponibilidade dos serviços de saúde à população com a utilização de ferramentas tecnológicas de comunicação com o cidadão para diminuição do absenteísmo, como também da utilização de ferramentas automatizadas que excluem a necessidade de presença do paciente para realização de processo burocráticos que podem ser sanados por meio de processos digitais, com também melhorar a qualidade das informações disponíveis para tomada de decisão da equipe de gestão, fatos estes que dão continuidade ao processo evolutivo da saúde já iniciado.

2.23. Novas obrigações e necessidades acompanham o processo de evolução da saúde, necessitando cada vez mais possuir softwares de gestão mais robustos conforme o nível de complexidade de cada departamento, além da necessidade de adequações dos processos de trabalho que permitam atender as exigências de forma que não sejam necessárias novas contratações ou que haja perda na eficiência, disponibilidade e humanização do atendimento.

2.24. Justifica-se a falta de previsão pois, mesmo sabendo-se dessa problemática, havia restrições estruturais e tecnológicas na contratação de novo software por parte da Secretaria Municipal de Saúde, como também necessidade de reorganização de alguns processos de trabalho e ambientes de trabalho para comportar a etapa de estruturação tecnológica.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A solução encontrada para o problema evidenciado é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA WEB, FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE TECNOLOGIA PARA SAÚDE, CONSULTORIA EM SAÚDE NO PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO LOCAL, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde.

3.2. O presente projeto tem como objetivo aprimorar a saúde pública municipal, visando a melhoria dos fluxos e processos de trabalho, a implementação de protocolos padronizados e a capacitação dos profissionais. Além disso, busca-se a modernização das ferramentas tecnológicas, a eficiência na gestão de recursos financeiros e insumos, a redução de retrabalho e o aumento da agilidade no atendimento e tomada de decisões. O projeto também visa oferecer suporte qualificado aos profissionais da saúde no dia a dia;

3.3. Uma vez que os itens possuem correlação entre si para garantir um processo eficiente e obtenção de resultados positivos, sendo os serviços dependentes um do outro para a obtenção da melhor performance, a empresa participante deve cotar todos os itens sob pena de desclassificação.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- 3.4. Para atender às necessidades, serão considerados os seguintes elementos mínimos:
- 3.4.1 Realizar a migração das informações completas do sistema atual e sistema contratado atual a fim de não haver perda de informações;
- 3.4.2 Disponibilizar a hospedagem dos sistemas em servidor “na nuvem” garantindo a disponibilidade, integridade, segurança e confiabilidade aos sistemas;
- 3.4.3 Mapear os processos e adaptar o software utilizando da customização para atender as necessidades municipais;
- 3.4.4 Capacitar os profissionais para utilização dos sistemas de saúde com foco na diminuição do esforço profissional, eficiência nos processos de trabalho da saúde com uso de tecnologia, qualidade no registro de informações e economia dos insumos da saúde;
- 3.4.5 Disponibilizar licença mensal de softwares de gestão de saúde pública web customizável, buscando maior agilidade, eficiência e eficácia nos processos de trabalho da saúde, conforme quantitativos e especificações mínimas expostas no Estudo Técnico Preliminar.
- 3.5. Para que a contratação ocorra de forma satisfatória é necessário que a empresa disponha de mão de obra especializada, com a utilização dos meios específicos, visando a realização de um trabalho seguro, confiável e que atenda prontamente às necessidades apontadas neste Termo de Referência.
- 3.6. Desta forma, a contratada será a responsável pela perfeita execução dos serviços, devendo prestar suporte técnico remoto por 24 horas/dia, inclusive finais de semana, bem como o treinamento e acompanhamento das equipes para implantação.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Para avaliação de requisitos do software, a comissão, juntamente com a Secretaria de Saúde, irá realizar **prova de amostra de funcionalidades do software**, sendo que:
- 4.1.1 Após a classificação dos licitantes, deverá a empresa licitante melhor classificada (VENCEDORA) procurar a Secretaria Municipal de Saúde no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, para tomar informações de local e data para apresentação da amostra do software, cronograma de trabalho proposto, e demais informações;
- 4.1.2 A prova de conceito será realizada no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após ser declarado um vencedor no processo licitatório;
- 4.1.3 A prova de conceito visa avaliar o cronograma de trabalho, como também o software e suas funcionalidades;
- 4.1.4 Será considerado apta, a empresa que atender minimamente 90% dos itens constantes no Roteiro de Prova de Conceito - ANEXO I
- 4.1.5 Para avaliação das funcionalidades do software deverá a licitante VENCEDORA disponibilizar ambiente web próprio com uma base de demonstração;
- 4.1.6 De forma que a demonstração do software ocorrerá de maneira presencial, a infraestrutura de internet será disponibilizada pela Prefeitura Municipal ou estabelecimento escolhido por tal no dia da amostra de software;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- 4.1.7 A infraestrutura de computadores e periféricos necessários para amostra será de responsabilidade da VENCEDORA;
- 4.2. Considerando que os sistemas de saúde no mercado são em grande parte parecidos, uma vez que devem respeitar os requisitos de registro de dados e envio de informação ao Ministério da Saúde, a comissão se atentará na avaliação de itens adicionais ao processo padrão, metodologias e layout de registro e funções que auxiliem no dia a dia dos profissionais, todas estas descritas no roteiro de prova de conceito;
- 4.3. A comissão de avaliação a seu critério selecionará itens e solicitará simulações de configurações, cadastros, processos de atendimento e funcionamento dos módulos que são mais importantes e estão fora dos padrões mínimos do ministério da saúde, de forma a atestar as funções aqui solicitadas;
- 4.4. As demais licitantes que quiserem participar da prova de conceito deverão procurar a Secretaria de Saúde no prazo de até **02 (dois)** dias úteis após o certame licitatório para tomar informações de local e data da apresentação (não é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde a comunicação individual das informações às empresas licitantes) e informar o interesse de participação;
- 4.4.1 Visto que será disponibilizado documentação técnica específica para o dia como também constará os participantes da POC (Prova de Conceito) em ata, os participantes que não informarem o interesse de participação, poderão participar ainda que assumem a preclusão do direito de eventuais manifestações, questionamentos ou interposições de recurso referente a amostra do software.
- 4.5. Serão admitidos somente um participante por empresa licitante, com exceção da equipe vencedora, que poderá participar com até 03 (três) participantes;
- 4.6. As demais licitantes que participarem o farão como espectadores, não podendo manifestar-se durante a sessão de amostra, como também não poderão filmar, gravar, utilizar meios de comunicação durante a amostra, causar tumulto ou outra ação que prejudique a sessão, podendo manifestar-se apenas no final da sessão para que conste em ata.
- 4.7. A critério das empresas participantes inscritas previamente na sessão de amostra de software, estas terão **02 (dois)** dias úteis para interposição de recurso contraprova de conceito, que será julgada em até **10 (dez)** dias pela comissão de julgamento da prova de conceito;
- 4.8. Considerando que a equipe da prova de conceito será formada por profissionais técnicos de suas áreas dentro dos itens de avaliação da prova de conceito, a decisão por aceitação do software levará em conta requisitos técnicos da amostra, sendo ato administrativo discricionário sua aceitação e inquestionável por outros departamentos ou empresas participantes;
- 4.9. Em caso de não aprovação da licitante vencedora na amostra de software, esta será desclassificada, sendo chamada a próxima licitante classificada para o mesmo processo até que se tenha alguma licitante aprovada.

## 5. EXECUÇÃO DO OBJETO



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

5.1. O prazo de entrega dos serviços será de até 60 (sessenta dias), contados da data de assinatura do CONTRATO. A Autorização de Fornecimento será emitida posteriormente à assinatura do instrumento contratual.

5.1.1 Caso não seja possível a entrega da data assinada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação seja analisado.

5.2. Descrição da estrutura atual do município:

CNES	NOME DE UNIDADE
7284039	ACADEMIA DA SAUDE DE NOVA LARANJEIRAS
5703549	ESF ASSENTAMENTO XAGU
2742985	ESF RIO DA PRATA
2743027	ESF RIO GUARANI
2741539	ESF SEDE
2742993	PIN RIO DAS COBRAS
4166906	SAMU NOVA LARANJEIRAS
6757707	SMS DE NOVA LARANJEIRAS
2742772	UNIDADE BASICA DE SAUDE GUARAI

5.3. Para atendimento deste edital, serão considerados os seguintes elementos mínimos:

5.2.1. Desenvolvimento e apresentação de **Diagnóstico Situacional da Saúde** no início dos trabalhos, que demonstre os indicadores de saúde, resumo de produção das áreas da saúde, indicadores de desempenho municipais (repassados pelo município ao vencedor do certame), índices de gastos em saúde de áreas específicas (aquelas vinculadas ao uso dos sistemas), processos de trabalho, recursos recebidos, análise dos sistemas SCNES, FPO, BPA, SIA, isto para que se possa demonstrar a melhoria e avanço após a implementação deste processo;

5.2.1.1. O processo de realização do diagnóstico situacional de saúde, é o meio encontrado para demonstrar a efetividade das atividades aqui propostas, colhendo informações no início do processo e após o ciclo de implantação, sendo possível comparar e verificar a resolutividade deste processo.

5.2.1.2. Para realização deste processo a empresa VENCEDORA deverá realizar o diagnóstico situacional que demonstre pelo menos as seguintes informações:

- Resumo de toda produção dos últimos 12 (doze) meses do município, contendo detalhamento da atenção básica, média e alta complexidade, seja ela produzida pelo município ou terceiro vinculado ao município;
- Realizar os apontamentos de possíveis irregularidades de produção encontrada;
- Resumo dos últimos 03 quadrimestres de produção do programa Previne Brasil, contendo gráfico comparativo de evolução entre o primeiro e último quadrimestre analisado;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- d) Resumo dos últimos 3 quadrimestres de produção dos indicadores municipais de saúde (serão repassados pelo município durante o processo), contendo gráfico comparativo de evolução entre o primeiro e último quadrimestre analisado;
- e) Resumo dos gastos com Medicamentos, Insumos, Exames, Consultas Especializadas, gastos com transporte de pacientes e outros que forem vistos como necessários para comparação da eficiência deste processo;
- f) Resumo dos sistemas de informação do Ministério Da Saúde (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, Ficha de Produção Orçamentária, Boletim de Produção Ambulatorial, Sistema de Informação Ambulatorial, Transmissor), identificando os envios de produção ao Ministério da Saúde, os possíveis problemas de instalação e configuração, e padronização inicial, apontando possíveis falhas nos processos;

### 5.2.1.3. Da apresentação do diagnóstico situacional da saúde;

- a) A empresa vencedora terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do diagnóstico inicial, sem que este prazo interfira nos demais processos e prazos desta licitação;
- b) O documento deve ser entregue encadernado, em modelo físico, contendo a assinatura de seus desenvolvedores;
- c) A apresentação de diagnóstico situacional deverá ser realizada de maneira documentada, sendo escrita de forma clara e objetiva, apontando dentro de cada assunto a situação atual, comparação quando possível com os índices nacionais, estaduais, apontando falhas nos processos de trabalho, processos passíveis de erros, fragilidade nos meios de trabalho, e metas e índices esperados quando possível;

### 5.2.1.4. Considerando que o elemento acima (Diagnóstico Situacional) se trata de um documento norteador, essencial para o funcionamento deste processo por completo, como também servirá de base comparativa entre o início e o final do processo (pós implantação de médio prazo (um ano após implantação), deverá a empresa VENCEDORA a título de comprovação de capacidade técnica de execução prezando pelo princípio da eficiência, comprovar através de carta de capacidade técnica emitida por órgão público juntada aos documentos de habilitação, comprovando sua capacidade para tal execução do elemento solicitado.

### 5.2.2. Realizar a migração das informações completas do sistema atual a fim de não haver perda de informações;

#### 5.2.2.1. A migração consiste na leitura do banco de dados atual (disponibilizado pelo município), no tratamento e importação dos dados para o sistema licenciado, e na disponibilização das informações “dentro” do sistema licenciado pela empresa vencedora de forma que, seja possível a continuidade do atendimento dos pacientes utilizando-se também das



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

informações do sistema anterior sem que haja perda de desempenho de trabalho pelos profissionais.

5.2.2.2. A empresa VENCEDORA deverá realizar a migração dos dados dos sistemas atualmente utilizados pelo município.

5.2.2.3. Os dados deverão ser obtidos através do banco de dados disponibilizado pelo município a empresa VENCEDORA;

5.2.2.4. Os bancos de dados serão entregues em formato backup e não possuem documentação de mapa de armazenamento dos dados;

5.2.2.5. É de inteira responsabilidade da empresa VENCEDORA a migração dos dados dos sistemas atuais e todo e qualquer custo de terceiros vinculado a este processo;

5.2.2.6. Os dados deverão ser importados para o sistema disponibilizado pela empresa VENCEDORA deste certame, contendo todas as informações necessárias para continuidade dos atendimentos sem prejuízo, garantindo o vínculo e consistência das informações, a visualização das informações em campos específicos e necessários, considerando os seguintes dados mínimos:

- a) Cadastro completo do paciente;
- b) Ficha de Cadastro Individual;
- c) Ficha de Cadastro Domiciliar;
- d) Informações de atendimento de todos os módulos;
- e) Receituários realizados;
- f) O sistema deve permitir que após a importação dos dados, os profissionais dupliquem no sistema atual, a receita importada do sistema anterior;
- g) Exames solicitados;
- h) O sistema deve exibir os resultados informados nas solicitações dos exames dos sistemas atuais;
- i) Atestados emitidos;
- j) Encaminhamentos Emitidos;
- k) Comorbidades e alergias vinculadas aos pacientes que devem ser exibidas em local de destaque no sistema no momento do atendimento;
- l) Informações de evolução, constando procedimentos e CID do atendimento;
- m) Informações de medicações dispensadas;
- n) As medicações devem ser visíveis além do histórico, na tela de dispensação da farmácia, permitindo visualizar o tempo da última disponibilização de medicações;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- o) Informações de vacinação permitindo a consulta do histórico de vacinação de cada paciente;
- p) Informações de viagens, permitindo a consulta das viagens de cada paciente;
- q) Informações de concessão de benefícios;

5.2.2.7. Os dados serão importados de mais de uma base de dados, devendo a empresa VENCEDORA garantir a importação de todas as informações no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**;

5.2.2.8. A migração das informações deve respeitar o processo de sigilo de informações dos pacientes;

5.2.2.9. A migração das informações deve ocorrer mediante planejamento e cronograma apresentado pela empresa à comissão da secretaria municipal de saúde no dia da prova de conceito;

#### **5.2.3. Hospedar os sistemas em servidor “na nuvem” disponibilizado pela empresa VENCEDORA, garantindo o acesso seguro e confiável aos sistemas;**

5.2.3.1. Considerando que o ente público deve buscar a eficiência, a economicidade, a garantia da disponibilidade dos serviços aos cidadãos, além de se preocupar a médio e longo prazo com a sustentabilidade do ecossistema público, é nítida a necessidade de não mais agregar às repartições públicas “serviços meio”, com necessidades específicas, que demandem de conhecimento técnico superior àquelas que são naturalmente encontradas junto aos servidores atuais.

5.2.3.2. Nesse sentido, entendendo como necessário a garantia do bom funcionamento, a disponibilidade 24h (vinte e quatro horas) do software de saúde, a empresa vencedora deverá disponibilizar seu software licenciado, em plataforma web, onde ficará responsável pela alocação/hospedagem do seu software, podendo ela ocorrer em estruturas de hospedagem terceiras que garantam a escalabilidade, disponibilidade, segurança, eficiência e interoperabilidade;

5.2.3.3. A empresa vencedora deverá conceder ao setor de informática/tecnologia do município, um usuário de acesso ao servidor onde ficarão alocados/hospedados os serviços para acompanhamento.

5.2.3.4. A Empresa vencedora deverá instalar o seu sistema dentro das normas legais previstas em legislação, mantendo os dados seguros e criptografados, onde a estrutura de servidor onde será hospedado os sistemas possua certificado SSL;

5.2.3.5. O sistema deverá possuir disponibilidade de 99,5% do tempo, onde o sistema deve funcionar sem lentidões ou travamentos, de maneira funcional, íntegra e segura;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

5.2.3.6. Caso o sistema apresente travamentos, problemas de disponibilidade, segurança ou outro que comprometa a utilização do sistema, esta municipalidade pode solicitar a mudança de estrutura ao tempo que achar necessário, sugerindo aumento dos requisitos mínimos sem que haja custo ao município;

5.2.3.7. Recomenda-se a utilização minimamente de dois servidores com sistema operacional Linux (ou outro sistema operacional de licença gratuita) sem interface gráfica, com firewall, de no mínimo 8 núcleos, com 20 GB de Memória RAM cada, discos SSD, taxa de transferência superior a 1GB, certificado SSL, e que a aplicação e o banco de dados sejam hospedados em servidores diferentes para garantir melhor performance.

5.2.3.8. Caso as configurações de performance do servidor do município não atendam a necessidade da instalação do sistema, deverá a empresa realizar upgrade sem custo, de forma que atenda às necessidades e garanta disponibilização o acesso seguro, confiável, sem quedas frequentes, lentidão ou qualquer dificuldade;

5.2.3.9. Fica a cargo do suporte técnico a execução de backups dos sistemas ao menos 2 (duas) vezes por dia, armazenando o arquivo de backup ao menos em dois servidores distintos;

#### **5.2.4. Mapear os processos e adaptar o software utilizando da customização para atender as necessidades municipais;**

5.2.4.1. Após a implementação da plataforma conforme requisitos mínimos descritos neste termo, cada departamento da saúde realizará o uso, e no prazo de até **60 (sessenta)** dias poderá solicitar adequações em telas, customizações de relatórios, alterações de regras e cálculos do sistema, mediante documento detalhado enviado para empresa, que terá o prazo de **120 (cento e vinte)** dias para realizar as adequações após solicitação;

5.2.4.2. As necessidades de adequações passarão pela comissão de avaliação de implantação e irão respeitar o objetivo e plausibilidade de cada módulo;

#### **5.2.5. Capacitar os profissionais para utilização dos sistemas de saúde ligados ao objeto deste edital.**

5.2.5.1. Considerando que a qualidade, agilidade e segurança dos serviços ofertados à população são minimamente dependentes de um bom processo operacional, e que este por sua vez deve considerar além da aplicação de técnicas de assistência à saúde, a estrutura física disponível e a tecnologia de registro de informação, é fato que a modernização tecnológica deve ser acompanhada de padronizações de processos de trabalhos compatíveis com a tecnologia empregada.

5.2.5.2. A empresa vencedora deverá disponibilizar treinamento a todos os profissionais envolvidos no processo de trabalho da saúde que faça uso do software;



## **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**

### **ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.587.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (42) 3637-1148

---

- 5.2.5.3. As capacitações devem ser realizadas de maneira presencial ou remoto inclusive as que visam reciclar ou tirar dúvidas de profissionais posterior ao processo inicial;
- 5.2.5.4. Os treinamentos deverão ser organizados de maneira que possibilite o bom acompanhamento dos profissionais, permita-os tirarem dúvidas, permita-se demonstrar de maneira lúdica, realizar testes e simulações para fixação dos processos de uso do sistema;
- 5.2.5.5. A empresa vencedora deverá disponibilizar, baseado na tabela de estrutura de profissionais cronograma de capacitação dos profissionais, dividido por grupos de trabalho, para que o mesmo seja avaliado e aprovado pelo município. As capacitações deverão conter cronograma detalhando quantidade máxima de profissionais por turma, carga horária, objetivo de cada capacitação, módulos e funcionalidades a serem capacitadas aos profissionais;
- 5.2.5.6. Será disponibilizado espaço físico e estrutura de internet para as capacitações, ainda que, materiais didáticos, equipamentos de projeção, equipamentos de simulação deverão ser disponibilizados pela empresa vencedora;
- 5.2.5.7. Considerando que as capacitações de sistemas na área da saúde são matérias específicas, envolvendo muitas vezes fluxos de trabalho e processos da área da saúde, é de extrema importância que os profissionais qualificadores/instrutores das capacitações possuam formação em saúde ou que sejam acompanhados por tal profissional pertencente a empresa, buscando desta forma facilitar a interlocução entre profissionais;
- 5.2.5.8. É dever da empresa vencedora, iniciar os treinamentos em até 5 (cinco) dias após a emissão da ordem de serviço, sendo que, a realização do treinamento de todos os módulos deve-se realizar-se em até 30 dias após o recebimento da ordem de serviço, podendo os treinamentos de módulos diferentes correrem dentro do mesmo prazo de maneiras concomitantes;
- 5.2.5.9. Após os profissionais treinados, deverá a empresa vencedora garantir a instalação no setor profissional, acompanhando de maneira presencial o primeiro uso do módulo instalado, de maneira que seja possível auxílio nas configurações, retirada de dúvidas, auxílio no processo de uso de maneira a garantir a instalação e uso adequado;
- 5.2.5.10. Após implantação (treinamento e instalação) de cada módulo, quando o mesmo estiver operante pelo período de 3 (três) dias, deverá a empresa emitir documento assinado pelos profissionais utilizadores do módulo, direcionando-o ao gestor para dar o aceite final, considerando-se como instalado;
- 5.2.5.11. A empresa vencedora deverá fornecer a cada profissional, acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (plataforma deverá ser fornecida pela empresa vencedora), onde cada profissional deverá ter acesso restrito e pessoal, possibilitando-o realizar o



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

acesso a qualquer momento e reciclar seu conhecimento referente aos módulos de seu uso diário.

5.2.5.12. O ambiente virtual de aprendizagem deve conter vídeo tutoriais de utilização de cada módulo, demonstrando seu objetivo, formas de uso e configurações, possibilitando que o usuário se capacite e qualifique seu conhecimento quando achar pertinente.

5.2.5.13. Os treinamentos deverão ser aprovados pela equipe municipal, devendo a empresa vencedora realizar a lista de presença, captura de imagens e detalhamento do conteúdo a cada treinamento, de forma que se torne um documento comprobatório do processo da execução;

a) Caso não haja satisfação, resolutividade, fixação do conteúdo pelos profissionais, será solicitado à empresa que realize novo treinamento, este sem que haja ônus a administração;

5.2.5.14. Caso a empresa VENCEDORA necessite realizar treinamentos além do cronograma para cumprimento no disposto no edital, todas as horas e custos adicionais serão por conta da empresa VENCEDORA sem ônus ao município;

5.2.5.15. Ainda, com o intuito de realizar o processo completo de requalificação e organização da estrutura tecnológica da secretaria municipal de saúde, deverá a empresa fornecer as seguintes capacitações:

- a) Formação dos profissionais do controle e avaliação;
- b) Evolução dos sistemas de controle e avaliação;
- c) Sistemas do controle e avaliação (Resumo e funcionalismo);
- d) Origem dos dados (Sigtap);
- e) Barramento de Dados;
- f) SCNES - Organização (Cenário Municipal);
- g) Organização Mínima das Equipes de Saúde;
- h) SCNES - Organização (Cenário com serviços terceirizados);
- i) BPA - Boletim de Produção Ambulatorial;
- j) Organização da FPO;
- k) Utilização do SIA;
- l) Transmissor;
- m) Fontes de dados;
- n) Tabnet;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- o) Sigtap;
- p) E-Gestor;
- q) FNS;
- r) Previne Brasil (Novo Financiamento x Antigo Financiamento) no panorama dos sistemas de informação;

#### **5.2.6. Realizar o suporte técnico remoto diário por meio de suporte remoto e presencial aos profissionais de saúde e gestão do município;**

5.2.6.1. A empresa VENCEDORA deverá disponibilizar suporte técnico remoto durante todo período de funcionamento das unidades de saúde municipais qual possuírem acesso ao sistema, como também, em situações de horário estendido mediante comunicação do município;

5.2.6.2. A empresa VENCEDORA deverá disponibilizar suporte técnico presencial sempre que necessário e solicitado pelo município, ou quando o método remoto não sanou a dificuldade;

5.2.6.3. Em caso de queda do sistema, problemas de banco de dados, bugs, ou outros problemas que impeçam o uso do sistema deverão ser resolvidos em até 2 (duas) horas;

5.2.6.4. A empresa VENCEDORA deverá dispor de no mínimo, Telefone, e-mail e WhatsApp, que seja possível contato durante o horário estipulado acima, devendo a empresa garantir o atendimento de vários usuários ao mesmo tempo;

5.2.6.5. A empresa VENCEDORA deverá dispor, junto ao sistema locado, chat de comunicação para suporte, que permita o usuário acionar o suporte e tirar dúvidas sem que seja necessário a utilização de outra plataforma caso prefira assim;

5.2.6.6. A equipe de atendimento presencial da empresa VENCEDORA deverá realizar atendimento presencial sempre que for convocada, limitando-se apenas quando possa suprir à visita por meio remoto num prazo máximo de 1 (um) dia;

#### **5.2.7. Disponibilizar licença mensal de softwares de gestão de saúde pública web customizável;**

5.2.7.1. Para disponibilização da licença do software serão considerados os itens conforme tabela descrita no item 5 deste estudo e os requisitos mínimos aqui estipulados;

- a) Módulos Gerais:
  - i. Módulo cadastros gerais;
  - ii. Módulo CDS (Cadastro de Dados Simplificados) Versão e-SUS Atualizada;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- iii. Módulo de controle e gestão de farmácia com frente de dispensação e farmácias satélite;
  - iv. Módulo de controle e gestão de insumos (almoxarifado) da saúde;
  - v. Módulo de gestão de transporte de pacientes;
  - vi. Licença de módulo de gestão de sala de vacinas;
  - vii. Módulo de gestão de regulação de filas de espera;
  - viii. Módulo de gestão de atividades do Agente Comunitário de Saúde;
  - ix. Módulo de APP de visitas do Agente Comunitário de Saúde;
  - x. Módulo de comunicação com o cidadão;
  - xi. Módulo de gestão de benefícios aos pacientes;
  - xii. Módulo de portal de transparência;
  - xiii. Módulo de pesquisa de satisfação;
  - xiv. Módulo de Mapa Digital;
  - xv. Módulo DashBoard de dados da saúde;
  - xvi. Módulo de Prontuário Eletrônico do Paciente - PEP para Unidades Básicas de Saúde - UBS.
  - xvii. Módulo de Prontuário Eletrônico do Paciente - PEP para Policlínica/Centro de Atenção Especializada Multiprofissional;
  - xviii. Módulo de agendamento;
  - b) Descrição de funcionalidades complementares;
    - xix. Painel de chamadas;
    - xx. Uso de certificação eletrônica no Padrão ICP-Brasil.
  - c) Integrações
    - xxi. Integração com e-SUS Transmissor;
    - xxii. Integração com Webservice da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica (WSBNDAF).
    - xxiii. Integração com CADWEB;
- 5.2.7.2. Requisitos mínimos exigidos pelo sistema:
- a) Funcionamento em ambiente WEB;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- i. O sistema deverá rodar em ambiente 100% WEB, acessível através dos principais navegadores do mercado: Internet Explorer, Google Chrome, Safari, Opera e Mozilla Firefox, Microsoft Edge; sem necessidade de instalação de quaisquer componentes nas máquinas cliente;
- ii. Não será permitida a utilização de software emuladores de terminal;
- b) Padrão de interface do município;
  - i. O sistema deverá permitir a parametrização do layout das interfaces do município permitindo a adequação aos padrões de identidade visual do município em todas as interfaces da solução;
  - ii. O sistema deve permitir a adequação do logotipo/brasão de identificação de cada estabelecimento em individual, permitindo que cada estabelecimento ou setor utilize um logo/brasão de sua preferência;
- c) Módulo de cadastros gerais;
  - i. Cadastro de Estabelecimento:
    - 1. O sistema deve permitir o cadastro de estabelecimentos de saúde do município que podem possuir número de CNES ou não, como por exemplo: Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento, Unidades do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), Academias de Saúde, Hospitais, Clínicas, Farmácias e Almoxxarifados da Saúde dentre outros.
    - 2. O Cadastro de estabelecimento deve permitir o cadastro de estabelecimentos públicos e privados com disponibilização dos campos mínimos: Nome, Tipo de Estabelecimento (Público e privado), Localização (Tipo De Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Ponto De Referência, Cidade, Estado, CEP), lista de telefones permitindo o cadastro de mais de um número, lista de e-mails permitindo mais de um e-mail, responsável;
    - 3. O sistema deve permitir a importação dos estabelecimentos e suas informações a partir da importação do arquivo XML do CNES.
  - ii. Cadastramento de Departamento/Setor:
    - 1. O sistema deve permitir o cadastro de departamento/setores para garantir o adequado funcionamento em unidades mistas, que por exemplo podem no mesmo estabelecimento conter equipes de atenção básica e média complexidade. O departamento/setor é considerado como um bloco de funcionamento dentro de um estabelecimento. O sistema deve permitir que um estabelecimento possua vários departamentos/setores. O departamento/setor



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

deve permitir que sejam atribuídas configurações específicas para cada. As configurações não devem se limitar, mas minimamente deve ser possível realizar configurações de critérios de cadastro de paciente por setor, permitir que sejam atribuídas configurações de atendimento por setor, podendo um setor dentro de um estabelecimento ser da atenção básica e outro setor da média complexidade por exemplo, não impedindo o faturamento individual por setor.

### iii. Cadastro de Equipes:

1. O sistema deve permitir o cadastro do Equipes de Saúde com disponibilização dos campos mínimos: Nome, INE, Tipo de equipe, Telefone, localização (Vínculo com um estabelecimento de saúde), Profissionais vinculados (permitir o vínculo da equipe com os profissionais de acordo com manual do SCNES);
2. O sistema deve permitir a importação das equipes já vinculadas aos profissionais e estabelecimentos através do arquivo XML do CNES.

### iv. Cadastro de profissionais:

1. O sistema deve permitir o cadastro de profissionais de saúde para utilizar em todas as rotinas do sistema que são necessárias como por exemplo: Selecionar o profissional no momento de um encaminhamento, selecionar o profissional como emissor de alguma receita, selecionar o profissional para realização de um atendimento entre outros;
2. O cadastro do profissional deve possuir os campos mínimos: Nome Completo, CPF, CNS, Data de Nascimento, Sexo, Conselho de Classe, Estado emissor, Registro no Conselho de classe, CBO (classificação brasileira de ocupação), e-mail, telefone, endereço residencial (Tipo De Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Cidade, Estado, CEP);
3. O sistema deve permitir que seja marcado se este profissional é um profissional terceiro (que não atua junto a unidade de saúde municipal).

### v. Cadastro de usuários:

1. O sistema deve permitir o cadastro de usuários, permitindo através do cadastro de usuário realizar o acesso ao sistema.
2. Os usuários devem ser vinculados a um perfil de usuário que conceda acesso ao sistema conforme o nível do perfil de acesso;
3. O sistema deve permitir o cadastro dos usuários contendo no mínimo, Nome, CPF, CNS, data de nascimento, Sexo, Conselho de Classe, Estado emissor,



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

registro no conselho de classe, e-mail, Telefone, Endereço (Tipo De Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Cidade, Estado, CEP);

4. O sistema deve permitir a criação de um login único no sistema que lhe dará permissão conforme seu perfil de acesso;
5. O sistema deve permitir o cadastramento de senha de acesso conforme o padrão do sistema, a senha do usuário deverá expirar conforme configuração do sistema;
6. O sistema deve permitir que o usuário crie um profissional de saúde para realização de atendimentos através de seu usuário.
7. O sistema deve permitir a vinculação de um ou mais perfis de acesso (previamente cadastrados e configurados) para cada usuário, permitindo que seja selecionado o padrão (qual perfil padrão o sistema deve utilizar quando acessado);
8. O sistema deve permitir o vínculo do usuário quando o mesmo possuir um profissional vinculado, ao estabelecimento, setor, equipe e função (CBO), podendo o seu vínculo ocorrer mais de uma vez no mesmo estabelecimento e setor com mudança do CBO;
9. O sistema deve permitir a mudança de vínculo do usuário com seu perfil ou estabelecimento sem que seja necessário fazer logout no sistema;
10. O sistema deve permitir que o usuário possua agenda exclusiva para cada vínculo criado, como também que cada vínculo permita configurar o intervalo de horários da agenda;
11. Para cada agenda criada o sistema deve permitir que o usuário crie os horários de atendimento de maneira personalizada dentro dos dias da semana, sendo possível duplicar os horários dentro da agenda.

vi. Configuração de senha e login de usuário:

1. O sistema deve permitir que o administrador do sistema configure quais serão os requisitos utilizados para criação de senha como também do tempo que se expira a senha do usuário;
2. O sistema deve permitir a configuração de senha de usuário onde seja possível definir a quantidade de caracteres mínimos e máximos da senha, se exige caracteres especiais, se exige números, e se exige letra maiúscula;
3. O sistema deve permitir a configuração da quantidade de vezes que o usuário pode errar a senha até o login ser bloqueado;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

4. O sistema deve permitir configurar o tempo em dias de inatividade para o sistema bloquear o usuário;
5. O sistema deve permitir configurar a quantidade de meses para expiração da senha, momento em que no próximo login o usuário irá inserir uma nova senha;
6. O sistema deve permitir que o login do sistema seja feito de maneira simples (somente usuário e senha), deve poder ser habilitado para que tenha autenticação de dois fatores enviando um código aleatório por meio do WhatsApp para o usuário inserir no momento do login e também permitir o uso do Captcha "Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart": um teste de desafio cognitivo, utilizado como ferramenta antispam;
7. O sistema deve permitir que o próprio usuário recupere sua senha utilizando uma autenticação por e-mail ou WhatsApp;

vii. Cadastro do cidadão:

1. O Cadastro do cidadão deve seguir minimamente as regras exigidas para exportação de dados do e-SUS Versão atualizada.
2. Para melhoria do banco de informações e para garantir o uso de dados efetivos por todos os departamentos envolvidos o cadastro do paciente deve conter minimamente os seguintes campos de informação:
  - Nome completo, CNS, CPF, RG com data de expedição, UF, órgão emissor, Nome Social, Data de nascimento, Sexo, Raça/Cor, Estado Civil, Nome da mãe, com opção de marcação "desconhecido", Nome do pai, com opção de marcação "desconhecido", Equipe responsável (campo de autocompletar vinculado a equipe pré-cadastrado no sistema), Micro área com opção de marcação "Fora de área", Nacionalidade dos tipos (Brasileira, Naturalizado, Estrangeiro), Quando nacionalidade for brasileira informar o município de nascimento (campo de autocompletar vinculado a equipe pré-cadastrado no sistema), Quando naturalizado informar portaria de naturalização e data de naturalização, Quando estrangeiro informar data de entrada no Brasil e país de nascimento (campo de autocompletar vinculado a equipe pré-cadastrado no sistema), Campo de telefone onde seja possível cadastrar mais de um telefone, Campo e-mail onde seja possível cadastrar mais de um e-mail, Campo endereço, O endereço deve dispor de CEP, Município, Bairro, Tipo de



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

logradouro, Nome do logradouro, Nº da residência, Complemento e Ponto de referência.

3. O sistema deve permitir que o cadastro de cidadão seja utilizado para realização do atendimento, mesmo que sem ficha de cadastro simplificado padrão do e-SUS;
4. O sistema deve permitir que o preenchimento de campos seja configurado por estabelecimento, informando quais dados são obrigatórios para o salvamento do cadastro.
5. O cadastro do cidadão deve possuir um tipo, com configurações pré-determinadas de obrigatoriedade dispondo de no mínimo os seguintes tipos:
6. Cidadão (padrão do sistema) usado para identificar qualquer cidadão comum a ser cadastrado.
7. R/N (Recém Nascido) usado para informar um recém nascido que ainda não possui documentação, desobrigando algumas informações como CPF e CNS, e obrigando o preenchimento (vínculo) com nome da mãe;
8. Viajante, usado para informar que o cidadão não possui endereço no município, desobrigando o preenchimento de informações relacionadas a equipe de saúde e endereço local;
9. Desconhecido, usado para criar cadastros sem nome, endereço, sem informações de local e de familiares. Neste caso o sistema deve criar um nome chamado Desconhecido "X", onde no "X" o sistema criará um número único e aleatório para identificação do cidadão desconhecido;
10. Morador de Rua, usado para desobrigar informações de localização do cidadão;
11. O sistema deve compartilhar informações do cadastro com todos os módulos do sistema, aos usuários que possuem acesso.
12. O sistema deve permitir no momento do cadastramento, sem necessidade de navegação ou mudança de tela, de realizar o cadastro individual simplificado;

d) Módulo CDS (Cadastro de Dados Simplificados):

- i. O sistema deve possuir todas as fichas de cadastro simplificadas atualizadas e disponíveis na data deste documento, permitindo que os usuários possam utilizá-las de maneira a preencher e sempre vincular a um cidadão já criado.
- ii. Ficha de cadastro individual;
- iii. Ficha de cadastro domiciliar;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- 
- iv. Ficha atividade coletiva;
  - v. Ficha atendimento odontológico;
  - vi. Ficha atendimento domiciliar;
  - vii. Ficha atendimento individual;
  - viii. Ficha de visita domiciliar;
  - ix. Avaliação de elegibilidade;
  - x. Marcadores de consumo alimentar;
  - xi. Ficha de procedimentos;
  - xii. Ficha de Microcefalia/Zika;
  - xiii. Ficha de vacinação;
- e) Módulo de controle e gestão de farmácia com frente de dispensação e farmácias satélite:
- i. Funcionalidades gerais (Estoque/Farmácia):
    - 1. O sistema de farmácia deve reunir as funcionalidades de gestão de estoque utilizando-se de item e subitem para organização;
    - 2. O item ou item "Pai", é utilizado para agrupar subitens e facilitar o uso em outras funcionalidades como por exemplo vínculos com alergias de pacientes, como por exemplo Dipirona.
    - 3. O subitem ou item filho é utilizado para detalhar e especificar informações de um item, como por exemplo, Dipirona 500 MG comprimido (Cartela c/20 unidades), Dipirona 250 MG/ML Ampola, ambos os exemplos são subitens do item Dipirona.
    - 4. O sistema deve possuir funcionalidades de estoque mínimo, movimentação de estoque, lista de abastecimento e controle de licitação de itens para utilização no módulo de farmácia;
  - ii. Estoque:
    - 1. O sistema deve permitir o cadastramento de estoques por estabelecimento, ou seja, um estabelecimento pode possuir vários estoques;
    - 2. Cada estoque deve permitir que sejam atribuídas quantidade mínima do item no estoque, que pode ser diferente para o mesmo item e subitem em outro estoque;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

3. O sistema deve permitir que a configuração de acesso ao estoque seja atribuída por usuário individualmente, garantindo que apenas usuários com permissão consigam ter acesso e movimentar estoque mesmo que ambos estejam dentro do mesmo estabelecimento;
  4. O estoque deve permitir o agrupamento de itens por grupo;
  5. O sistema deve permitir o controle de entradas, transferências, saídas e ajuste de estoque;
  6. Em caso de o item ser do tipo medicamento as regras de entrada, transferência e saída devem seguir as normas da portaria 344 da vigilância sanitária ou outra que vir a substituí-la.
  7. O item deve ser o identificador primário (PAI) do subitem;
- iii. Subitem:
1. Os subitens devem conter unidade de medida;
  2. O sistema deve permitir que um subitem seja vinculado a um grupo;
  3. O sistema deve permitir a criação, pelo próprio usuário, de grupos de itens e subitens;
  4. Os grupos de subitens são utilizados para não somente, mas minimamente para emissão de relatórios por grupo de subitem;
  5. O subitem deve possuir no seu cadastro geral a opção de ser fracionável ou não;
  6. Em caso de o subitem não ser fracionável o sistema só deve permitir a dispensação de múltiplos da quantidade cadastrada como
  7. Em caso de o item ser do tipo medicamento:
  8. O sistema deve permitir o cadastro da via de administração do subitem;
  9. O sistema deve permitir o cadastro de programa de saúde;
  10. O sistema deve permitir o vínculo do item com um tipo de receita (o sistema deve possuir os tipos de receita já cadastrados);
  11. O sistema deve possuir configuração da quantidade máxima unitária permitida na dispensação do subitem conforme o tipo de receita;
  12. O sistema deve permitir a vinculação dos materiais do subitem, utilizado para cadastramento de itens(pré-cadastrados) como seringa, agulha, etc.;
  13. O sistema deve permitir o vínculo com o código CATMAT;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

14. O sistema deve permitir o vínculo com o código BIONEXO;
  15. O sistema deve permitir o vínculo do subitem com um DCB;
  16. O subitem deve possuir uma localização (Utilizado para informar em qual espaço, prateleira, caixa ou cesta que está armazenado;
- iv. Diluição Do Subitem:
1. O sistema deve permitir o cadastro de diluições do subitem;
  2. A diluição deve agrupar subitens necessários (pré-cadastrados) para diluição do subitem em questão;
  3. O sistema deve automaticamente no caso de seleção do item em questão, informar que o subitem possui diluição e mostrar os subitens quais estão relacionados para realização da diluição;
  4. A diluição deve ser apresentada no momento de prescrição do subitem no módulo de prontuário, no momento de aplicação ou aprazamento no módulo de enfermagem, no momento de realização da separação e dispensação do subitem no módulo de farmácia;
- v. Estoque Mínimo:
1. O sistema deve permitir o cadastro de uma quantidade mínima do subitem por estoque, podendo o mesmo item ter quantidades mínimas diferentes em cada estoque;
  2. A quantidade mínima deve ser em valores inteiros;
  3. O sistema deve ter uma configuração por estoque da margem de proximidade (informada por porcentagem) que o sistema deve avisar o usuário quando a margem de proximidade do estoque mínimo for atingida;
- vi. Movimentação De Estoque:
1. O sistema deve permitir a entrada por meio de XML da nota fiscal, importando todas as informações da nota: Data de emissão da nota, Nº série da nota, número da nota, valor total da nota, nome do fornecedor, CNPJ do fornecedor, código do subitem, nome/descrição do subitem, lote, fabricante/laboratório, quantidade, unidade, valor unitário, valor total e CÓDIGO DE BARRAS;
  2. O sistema deve permitir a entrada por meio manual com as informações mínimas de: Data de emissão da nota, Nº série da nota, número da nota, valor total da nota, nome do fornecedor, CNPJ do fornecedor, código do item, nome/descrição do item, lote, fabricante/laboratório, quantidade, unidade, valor



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

unitário, valor total e CÓDIGO DE BARRAS, localização do subitem no estoque, quantidade por unidade;

3. A quantidade por unidade representa a quantidade de subitens por caixa/pacote, ou ml por frasco no caso de necessidade de controle de dispensação fracionada;
4. Após a realização da entrada o subitem deve ficar imediatamente disponível no estabelecimento informado na entrada;
5. O sistema deve permitir a realização de transferências entre estabelecimentos e estoques conforme o seguinte fluxo;
6. Requisição de abastecimento: A unidade com necessidade deve solicitar a partir do sistema os subitens quais tem necessidade de abastecimento. Na solicitação a unidade deve selecionar o estabelecimento e o estoque, além de informar os itens e quantitativos que deseja;
7. A unidade que recebe o pedido deve ser avisada por meio de notificação da solicitação de abastecimento; Para atender a demanda solicitada a unidade solicitante deve ter a possibilidade de visualizar em tela os itens solicitados, como também sua quantidade em estoque e a quantidade atual do estoque do solicitante; A unidade que recebe o pedido deve atender a solicitação informando a quantidade a ser transferida que pode não ser igual a quantidade solicitada; Ao atender o pedido a unidade solicitante deve receber a notificação de pedido atendido e deve confirmar o recebimento dos itens em seu estoque;
8. O sistema deve ter a funcionalidade de aceitação automática configurável de subitens no estoque, excluindo a necessidade de confirmação de recebimento dos itens;
9. O sistema deve ter a funcionalidade de transferência para uso próprio, que determina que no momento da transferência o estoque destino receba automaticamente e dispense para "uso próprio" retirando os subitens do estoque.
10. O sistema deve permitir a transferência de estoques inteiros entre os estoques cadastrados no sistema;
11. O sistema deve ter função de cálculo de demanda automática, onde o usuário irá configurar os parâmetros de cálculo e o sistema irá sugestionar a quantidade a ser requisitada;
12. Os parâmetros de cálculo disponível deverão ser no mínimo de: Média de consumo por dia e mês, média de consumo por período,



## **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**

### **ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.587.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (42) 3637-1148

---

13. O sistema deve permitir a criação da requisição a partir de uma lista de abastecimento;
14. O sistema deve permitir realizar o ajuste de estoque conforme a necessidade do usuário, permitindo a realização do estoque por subitem, com adição ou subtração do estoque;
15. O sistema deve conter tipos de ajuste de estoque;
16. O sistema deve conter campo destinado a descrição de observação para ajuste de estoque, mesmo que não obrigatório;
17. No caso de ajuste de estoque do tipo vencimento, para subitens do tipo medicamento o sistema deve gerar a guia de vencimento conforme modelo a ser disponibilizado pelo município;
18. O sistema deve permitir a dispensação de subitens, conforme a regra de cada departamento ou módulo do sistema;
19. A dispensação de medicamentos do sistema deve ser realizada conforme os seguintes parâmetros:
20. Solicitar o nome do paciente no momento da dispensação;
21. Exibir o histórico de retirada de medicamentos de todos os estabelecimentos, setores ou estoques do paciente selecionado contendo a data o item a quantidade retirada do item e o lote;
22. Possuir configuração de tempo mínimo de antecedência para novas retiradas de medicação;
23. A configuração deve impedir que o usuário consiga realizar a dispensação caso o tempo mínimo de antecedência não tenha sido atingido;
24. Solicitar o nome do profissional prescritor do receituário (que deve estar previamente cadastrado);
25. Solicitar o estabelecimento prescritor, que pode fazer parte da rede de saúde municipal ou não, sendo identificado no sistema pelo CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde);
26. O sistema deve possuir na tela de dispensação campo para informação de quem está retirando a medicação, podendo ser o próprio paciente ou um terceiro;
27. No caso de um terceiro o sistema deve permitir o registro do nome e de alguma informação documenta;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

28. O sistema deve permitir a inserção dos itens do paciente por receita, informando o medicamento, selecionando o lote, a quantidade a ser dispensada, a quantidade prescrita, onde o sistema deve realizar o cálculo e informar automaticamente qual a data de término do item;
  29. O sistema deve permitir marcar se o item é de uso contínuo do paciente;
  30. O sistema deve permitir realizar o cadastro de demanda reprimida, onde permite o cadastro de itens que não estão disponíveis no estoque, vinculados ao paciente que veio em busca da do item e o setor;
  31. O sistema deve permitir a utilização de leitor de código de barras uso na dispensação dos itens;
  32. O sistema deve permitir a geração de etiquetas com código de barras para por lote/Nº série e item;
  33. O sistema deve permitir a impressão de recibo de entrega do medicamento no momento da dispensação do item conforme modelo repassado pelo profissional;
- vii. Lista De Abastecimento:
1. O sistema deve permitir a criação de lista de abastecimento para facilitar a criação de requisições de abastecimento. A lista é um conjunto de itens pré-definido que conforme selecionado carrega os itens e os respectivos valores de abastecimento conforme método de cálculo selecionado;
  2. A lista deve ser nomeada conforme necessidade do usuário;
  3. No momento da criação da lista o sistema deve permitir vincular os diversos tipos de itens;
  4. A lista deve ser vinculada ao setor, evitando que uma lista apareça para um setor que não a utiliza;
- f) Licença de módulo de controle e gestão de insumos da saúde:
- i. Funcionalidades Gerais (Almoxarifado)
1. O sistema de controle de insumos (Almoxarifado) deve reunir as funcionalidades de gestão de estoque utilizando-se de item e subitem para organização;
  2. O Item ou item "Paí", é utilizado para agrupar subitens e facilitar o uso em outras funcionalidades como por exemplo separar e realizar o controle de dispensação



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

de EPI's como por exemplo Calçados do tipo botas utilizadas pelos profissionais de limpeza.

3. O subitem ou item filho é utilizado para detalhar e especificar informações de um item, como por exemplo, Bota TAM 39, Bota TAM 40, ambos os exemplos são subitens do item Bota.
4. O sistema deve possuir funcionalidades de estoque mínimo, movimentação de estoque, lista de abastecimento e controle de licitação de subitens para utilização no módulo de gestão de insumos;

### ii. Estoque:

1. O sistema deve permitir o cadastramento de estoques por estabelecimento, ou seja, um estabelecimento pode possuir vários estoques;
2. Cada estoque deve permitir que sejam atribuídas quantidade mínima do subitem no estoque, que pode ser diferente para o mesmo item e subitem em outro estoque;
3. O sistema deve permitir que a configuração de acesso ao estoque seja atribuída por usuário individualmente, garantindo que apenas usuários com permissão consigam ter acesso e movimentar estoque mesmo que ambos estejam dentro do mesmo estabelecimento;
4. O estoque deve permitir o agrupamento de itens por grupo;
5. O sistema deve permitir o controle de entradas, transferências, saídas e ajuste de estoque;

### iii. Item:

1. O sistema deve permitir a configuração do tipo de item, minimamente configurado como (Medicamento, Material, Equipamento, Órtese, Prótese, Insumo, Hemocomponente, Dieta);
2. O item deve ser o identificador primário (PAI) do subitem;

### iv. Subitem:

1. Os subitens devem conter unidade de medida;
2. O sistema deve permitir que um subitem seja vinculado a um grupo;
3. O sistema deve permitir a criação, pelo próprio usuário, de grupos de itens e subitens;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

4. Os grupos de subitem são utilizados para não somente, mas minimamente para emissão de relatórios por grupo de subitem;
  5. O subitem deve possuir no seu cadastro geral a opção de ser fracionável ou não;
  6. Em caso de o subitem não ser fracionável o sistema só deve permitir a dispensação de múltiplos da quantidade cadastrada como
  7. O sistema deve permitir a vinculação dos materiais do subitem, utilizado para cadastramento de itens(pré-cadastrados) como seringa, agulha, etc.;
  8. O sistema deve permitir o vínculo com o código CATMAT;
  9. O sistema deve permitir o vínculo com o código BIONEXO;
  10. O sistema deve permitir o vínculo do subitem com um DCB;
  11. O subitem deve possuir uma localização (Utilizado para informar em qual espaço, prateleira, caixa ou cesta que está armazenado;
- v. Estoque Mínimo:
1. O sistema deve permitir o cadastro de uma quantidade mínima do subitem por estoque, podendo o mesmo item ter quantidades mínimas diferentes em cada estoque;
  2. A quantidade mínima deve ser em valores inteiros;
  3. O sistema deve ter uma configuração por estoque da margem de proximidade (informada por porcentagem) que o sistema deve avisar o usuário quando a margem de proximidade do estoque mínimo for atingida;
- vi. Movimentação De Estoque:
1. O sistema deve permitir a entrada por meio de XML da nota fiscal, importando todas as informações da nota: Data de emissão da nota, Nº série da nota, número da nota, valor total da nota, nome do fornecedor, CNPJ do fornecedor, código do subitem, nome/descrição do subitem, lote, fabricante/laboratório, quantidade, unidade, valor unitário, valor total e CÓDIGO DE BARRAS;
  2. O sistema deve permitir a entrada por meio manual com as informações mínimas de: Data de emissão da nota, Nº série da nota, número da nota, valor total da nota, nome do fornecedor, CNPJ do fornecedor, código do item, nome/descrição do item, lote, fabricante/laboratório, quantidade, unidade, valor unitário, valor total e CÓDIGO DE BARRAS, localização do subitem no estoque, quantidade por unidade;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

3. A quantidade por unidade representa a quantidade de subitens por caixa/pacote, ou ml por frasco no caso de necessidade de controle de dispensação fracionada;
4. Após a realização da entrada o subitem deve ficar imediatamente disponível no estabelecimento informado na entrada;
5. O sistema deve permitir a realização de transferências entre estabelecimentos e estoques conforme o seguinte fluxo;
6. Requisição de abastecimento: A unidade com necessidade deve solicitar a partir do sistema os subitens quais tem necessidade de abastecimento. Na solicitação a unidade deve selecionar o estabelecimento e o estoque, além de informar os itens e quantitativos que deseja;
7. A unidade que recebe o pedido deve ser avisada por meio de notificação da solicitação de abastecimento; Para atender a demanda solicitada a unidade solicitante deve ter a possibilidade de visualizar em tela os itens solicitados, como também sua quantidade em estoque e a quantidade atual do estoque do solicitante; A unidade que recebe o pedido deve atender a solicitação informando a quantidade a ser transferida que pode não ser igual a quantidade solicitada; Ao atender o pedido a unidade solicitante deve receber a notificação de pedido atendido e deve confirmar o recebimento dos itens em seu estoque;
8. O sistema deve ter a funcionalidade de aceitação automática configurável de subitens no estoque, excluindo a necessidade de confirmação de recebimento dos itens;
9. O sistema deve ter a funcionalidade de transferência para uso próprio, que determina que no momento da transferência o estoque destino receba automaticamente e dispense para "uso próprio" retirando os subitens do estoque.
10. O sistema deve permitir a transferência de estoques inteiros entre os estoques cadastrados no sistema;
11. O sistema deve ter função de cálculo de demanda automática, onde o usuário irá configurar os parâmetros de cálculo e o sistema irá sugerir a quantidade a ser requisitada;
12. Os parâmetros de cálculo disponível deverão ser no mínimo de: Média de consumo por dia e mês, média de consumo por período,
13. O sistema deve permitir a criação da requisição a partir de uma lista de abastecimento;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

14. O sistema deve permitir realizar o ajuste de estoque conforme a necessidade do usuário, permitindo a realização do estoque por subitem, com adição ou subtração do estoque;
15. O sistema deve conter tipos de ajuste de estoque;
16. O sistema deve conter campo destinado a descrição de observação para ajuste de estoque, mesmo que não obrigatório;
17. No caso de ajuste de estoque do tipo vencimento, para subitens do tipo medicamento o sistema deve gerar a guia de vencimento conforme modelo a ser disponibilizado pelo município;
18. O sistema deve permitir a dispensação de subitens, conforme a regra de cada departamento ou módulo do sistema;
19. A dispensação de medicamentos do sistema deve ser realizada conforme os seguintes parâmetros:
20. Solicitar o nome do paciente no momento da dispensação;
21. Exibir o histórico de retirada de itens de todos os estabelecimentos, setores ou estoques do paciente selecionado contendo a data o item a quantidade retirada do item e o lote;
22. Possuir configuração de tempo mínimo de antecedência para novas retiradas de itens;
23. A configuração deve impedir que o usuário consiga realizar a dispensação caso o tempo mínimo de antecedência não tenha sido atingido;
24. O sistema deve possuir na tela de dispensação campo para informação de quem está retirando o item, podendo ser o próprio paciente ou um terceiro;
25. No caso de um terceiro o sistema deve permitir o registro do nome e de alguma informação documenta;
26. O sistema deve permitir realizar o cadastro de demanda reprimida, onde permite o cadastro de subitens que não estão disponíveis no estoque, vinculados ao paciente que veio em busca da do item e o setor;
27. O sistema deve permitir a utilização de leitor de código de barras uso na dispensação dos itens;
28. O sistema deve permitir a geração de etiquetas com código de barras para por lote/Nº série e item;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

29. O sistema deve permitir a impressão de recibo de entrega do subitem no momento da dispensação do item conforme modelo repassado pelo profissional;

vii. Lista De Abastecimento:

1. O sistema deve permitir a criação de lista de abastecimento para facilitar a criação de requisições de abastecimento. A lista é um conjunto de subitens pré-definido que conforme selecionado carrega os subitens e os respectivos valores de abastecimento conforme método de cálculo selecionado;
2. A lista deve ser nomeada conforme necessidade do usuário;
3. No momento da criação da lista o sistema deve permitir vincular os diversos tipos de itens;
4. A lista deve ser vinculada ao setor, evitando que uma lista apareça para um setor que não a utiliza;

g) Módulo de gestão de transporte de pacientes:

- i. O sistema deve permitir a gestão do transporte dos pacientes dentro e fora do município, com o objetivo de realizar o controle logístico, de lotação dos veículos, controle e registro de informações de viagem e veículo, de motorista viagem e veículo, controle de despesas e custos envolvidos;
- ii. O sistema deve permitir o cadastramento de veículos contendo placa, chassi, categoria de habilitação necessária para condução, capacidade máxima, marca, modelo, tipo de combustível;
- iii. O sistema deve permitir o cadastramento de motoristas contendo nome, Nº da CNH, data validade CNH, categoria da CNH;
- iv. O sistema deve permitir o cadastro de local de embarque ou ponto de embarque que deve ser identificado com uma descrição e um endereço;
- v. O sistema deve permitir o cadastro de destinos que devem possuir nome e endereço;
- vi. O sistema deve permitir a criação de lista de necessidade de transporte onde, o usuário do sistema cadastra o paciente a qualquer tempo numa lista de necessidade de transporte, onde a lista deve agregar os dados do paciente e da sua viagem necessária.
- vii. A lista deve armazenar todas as informações de todos os pacientes que têm necessidade de transporte agrupado por data e cidade destino;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- viii. A lista deve permitir que no momento da criação da viagem sejam selecionados pacientes por meio de caixa de seleção para incluí-los em uma viagem;
  - ix. O sistema deve permitir criar viagens incluindo o veículo, motorista compatível com veículo e cidade destino;
  - x. O sistema deve permitir que uma viagem possua mais de um motorista;
  - xi. O sistema deve permitir que cada paciente possua mais de um destino;
  - xii. O sistema deve permitir que cada paciente possua mais de um acompanhante;
  - xiii. O sistema deve permitir que no momento da adição do acompanhante o sistema permita inserir um cidadão que não consta na base de dados;
  - xiv. Os pacientes devem ser adicionados à viagem a partir da lista de necessidade de transporte ou manualmente pelo usuário;
  - xv. O sistema deve realizar a geração de roteiros que deve conter no mínimo: data e hora de saída da viagem, veículo e placa, motorista, origem da viagem (cidade), campo para marcação de km inicial e final, identificação dos passageiros por nome, idade, CPF, telefone celular, local de embarque, local destino, hora de consulta no local destino, permitir a inclusão de acompanhante (o sistema deve permitir a inclusão de mais de um acompanhante por passageiro);
  - xvi. O sistema ainda deve ter módulo de custos por viagem e veículo, sendo na viagem permitido relacionar despesas de viagem como por exemplo, combustível, alimentação, diária, e veículo sendo manutenções, mão de obra, lavagens documentações etc.;
  - xvii. O sistema deve realizar validação de CNH por veículo, só permitindo a seleção de motoristas para a viagem de acordo com a CNH exigida pelo veículo;
  - xviii. O sistema deve permitir a gestão das viagens podendo rastrear internamente as informações de: Pacientes por viagem, motoristas por viagem, veículo por viagem, veículos por motoristas, motoristas por viagem,
  - xix. O sistema deve realizar o gerenciamento de horas extras por viagem e motorista conforme os horários de saída e chegada dos veículos;
- h) Módulo de gestão de Sala de Vacinas:
- i. O sistema de gestão de vacinação deve permitir o cadastramento de fabricantes de imunobiológicos;
  - ii. O sistema de vacinação deve permitir o cadastramento de lotes de imunobiológicos;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- iii. O sistema de vacinação deve permitir o cadastro de aplicação de vacinação no padrão da ficha CDS atualizada;
- iv. Para aplicação do imunobiológico o sistema deve permitir a seleção do cidadão, deve permitir a marcação de gestante e puérpera quando cidadão for do sexo feminino, deve permitir informar o local de atendimento qual está realizando a aplicação da vacina, deve permitir selecionar o imunobiológico, a estratégia, grupo de atendimento, dose, lote e fabricante;
- v. O sistema deve permitir o cadastro de registro anterior, utilizado para registrar vacinas realizadas em outros estabelecimentos ou em datas anteriores;
- vi. O sistema deve permitir a marcação de viajante para identificar aplicações de imunobiológicos em viajantes;
- vii. O sistema deve possuir calendário vacinal identificando na cor vermelha as vacinas atrasadas do paciente, em verde as realizadas;
- viii. O sistema deve permitir através do atendimento no prontuário eletrônico do paciente verificar o histórico de vacinação;
- i) Módulo de gestão de regulação de filas de espera:
  - i. O sistema deve possuir mecanismo de controle de filas de espera do sus permitindo a criação de filas de consultas, procedimentos e cirurgias;
  - ii. O sistema deve permitir a criação de filas manualmente;
  - iii. O sistema deve permitir informar se a fila é municipal ou estadual;
  - iv. O sistema deve permitir informar se a fila é regulada ou não regulada;
  - v. O sistema deve permitir informar se a fila tem pré-requisito de arquivo de fila (função que carrega todos os encaminhamentos ou solicitações de exame para ser inclusos na fila);
  - vi. O sistema deve permitir configurar se a fila aparece no portal da transparência ou não;
  - vii. O sistema deve permitir informar quais procedimentos fazem parte da fila;
  - viii. O sistema deve permitir a criação de estabelecimentos e profissionais vinculados a fila, de maneira que seja possível cadastrar agendas para os profissionais ou estabelecimento a fim de ser controlado posteriormente.
  - ix. O sistema deve permitir que usuários externos (prestadores de serviço) tenham acesso ao sistema para cadastrar suas próprias agendas e confirmar o comparecimento dos seus pacientes;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- x. O sistema deve vincular a estruturas do módulo de fila ao prontuário eletrônico do paciente, permitindo que:
- xi. Quando o profissional realize um encaminhamento no sistema, o mesmo seja vinculado a uma fila, deste modo sendo colocado na fila sem necessidade do paciente buscar outro departamento do município para realizar seu encaminhamento;
- xii. No caso da fila não ser regulada, no momento que o profissional médico gerar o encaminhamento o sistema deve permitir a seleção de data, que será sugerida automaticamente pelo sistema conforme disponibilidade de vagas e uso de vagas da fila;
- xiii. Cada encaminhamento deve gerar um código de encaminhamento único;
- xiv. O sistema caso não use função de arquivo de fila deve realizar a inclusão de paciente na fila no momento que o profissional médico realiza o encaminhamento ou solicitação de exame;
- xv. Os pacientes incluídos na fila deverão ser organizados em ordem cronológica;
- xvi. Caso a fila seja regulada todos os pacientes incluídos na fila deverão aguardar em ordem cronológica até a sua regulação por profissional;
- xvii. Caso a fila não seja regulada todos os pacientes deverão ser incluídos na fila em ordem cronológica de atendimento, quando houver agenda configurada disponível, os pacientes podem ser incluídos em horário vagos;
- xviii. O sistema deve permitir realizar o agendamento do encaminhamento ou solicitação de exame ou cirurgia de qualquer paciente que esteja na fila, mesmo desrespeitando a ordem cronológica, utilizando para casos excepcionais;
- xix. O sistema deve armazenar registros de ações dos profissionais Log de todas as ações realizadas na fila de espera (Inclusão, Alteração, Cancelamento, Agendamento; Alteração de fila, Exclusão);
- xx. O sistema deve informar no momento de inclusão de um paciente na fila, se o mesmo já estiver na mesma fila;
- xxi. A demonstração da fila no portal da transparência deve respeitar os preceitos da lei geral de proteção de dados;
- xxii. O portal de transparência deve permitir o acesso do paciente com protocolo e senha, permitindo a visualização da sua posição na lista de espera e o prazo estimado de execução;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- xxiii. O sistema deve possuir módulo de regulação, permitindo que o usuário regulador realize a classificação/regulação do paciente na fila de espera, indicando o grau de risco de sua condição de saúde;
- xxiv. No momento da regulação o sistema deve permitir que o regulador altere a fila na qual o paciente foi incluído.
- xxv. No momento da regulação o sistema deve permitir que o regulador insira observações;
- xxvi. No momento da regulação o sistema deve permitir que o regulador devolva o pedido ao médico ou unidade solicitante.
- xxvii. Em caso de devolução, o pedido/encaminhamento deve aparecer em tela específica para todos os usuários da unidade solicitante com permissão de visualização;
- xxviii. O sistema após regulado deve reordenar a fila com base na ordem de classificação de risco, idade, e data de inclusão;
- xxix. O sistema deve permitir que a regulação seja realizada mais de uma vez para o mesmo paciente;
- xxx. No momento do agendamento o operador do sistema deve indicar a entidade executora;
- xxxi. Caso um paciente seja agendado fora de ordem o sistema deve solicitar a justificativa do agendamento fora de ordem;
- xxxii. O sistema deve permitir a inclusão de documentos por meio de arquivo PDF ou imagem;
- xxxiii. O sistema deve para cada notificação gerada criar uma pendência de investigação em campo específico do sistema;
- j) Módulo de gestão de Visitas do Agente Comunitário de Saúde, - disponibilização de APP para registro de visitas:
  - i. O sistema deve permitir realizar o controle e gestão dos cadastros de individuais e domiciliares disponibilizando as fichas padrão do Ministério da Saúde;
  - ii. O sistema deve permitir a criação da ficha de cadastro individual atrelada ao cadastro do cidadão, sem necessidade de mudança de tela;
  - iii. O sistema deve permitir a criação da ficha de cadastro domiciliar atrelada a ficha de cadastro individual;
  - iv. O sistema deve vincular o cadastro do imóvel ao chefe da família.



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- v. O sistema deverá obter o cadastro do imóvel a todos os dependentes da família;
  - vi. O sistema deverá automatizar o processo de mudança de domicílio de maneira que, caso o chefe se mude, o próprio sistema deve perguntar qual a ação realizar com os demais indivíduos, fornecendo opções e permitindo que após a escolha das opções pelo usuário o próprio sistema realize a mudança nos outros indivíduos;
  - vii. O sistema deve possuir aplicativo móvel que permita o cadastro e imóveis e indivíduos como também utilize a relação entre eles;
  - viii. O sistema aplicativo deve possuir função de realização da visita domiciliar;
  - ix. O sistema aplicativo deve no momento da criação de um domicílio capturar a geolocalização por satélite do domicílio ou local onde se encontra o ACS;
  - x. O sistema aplicativo deve registrar a localização por satélite do local onde foi realizado a atualização do indivíduo e do domicílio;
  - xi. O sistema aplicativo deve registrar a localização por satélite do local onde foi realizado a visita domiciliar do ACS para com o indivíduo, ou visita periódica;
  - xii. O sistema aplicativo deve funcionar sem necessidade da utilização da internet, permitindo a sincronização das informações com servidor;
  - xiii. O sistema deve ter função de visualização de inconsistências na sincronização;
  - xiv. O sistema deverá possuir relatórios de inconsistência de cadastros;
  - xv. O sistema deve permitir a descrição da evolução da visita do agente comunitário de saúde e encaminhamento da notificação para o enfermeiro da equipe responsável pelo indivíduo;
  - xvi. O sistema deve mostrar avisos de vacinação atrasada no momento da visita do agente comunitário de saúde;
  - xvii. O sistema deve permitir a captura de foto do imóvel;
  - xviii. O sistema deve permitir a captura de foto do indivíduo;
  - xix. O sistema deve permitir a captura de foto de situações necessárias no momento da evolução da visita;
- k) Módulo de Controle de Fornecimento de Benefícios:
- i. O sistema de fornecimento de benefícios deve permitir a gestão de liberação de guias de autorização de procedimentos ou outros tipos de benefícios aos pacientes (órteses, próteses, auxílios financeiros, insumos de saúde);



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- 
- ii. O sistema deve permitir o cadastro de benefícios a serem liberados não se limitando mas minimamente a todos os procedimentos da tabela SIGTAP;
  - iii. O sistema deve permitir a gestão de saldo financeiro para liberação do benefício que deve ser dividido em:
    - 1. Saldo do contrato;
    - 2. Saldo da competência;
    - 3. Saldo do item
  - iv. O sistema deve descontar cada saldo imediatamente quando liberado a guia;
  - v. O sistema deve permitir a liberação de vários benefícios na mesma guia;
  - vi. No momento da liberação da guia, o usuário deve ter disponibilidade de verificar em tela o último "benefício" disponibilizado ao paciente;
  - vii. O sistema deve permitir o controle de valor disponibilizado por estabelecimento/setor e usuário;
  - viii. O sistema deve permitir a criação de controle de saldo por estabelecimento de saúde, permitindo que o gestor cadastre saldo limitante para cada estabelecimento se necessário.
  - ix. O sistema deve permitir a impressão de guia assinada digitalmente pelo emitente;
  - x. O sistema deve possuir mecanismo de acesso por prestador externo que permita realizar a confirmação ou baixa da guia, confirmando a realização ou retirada do benefício;
- l) Módulo de comunicação com o cidadão:
- i. O sistema deve permitir o disparo de mensagens via WhatsApp;
  - ii. O sistema deverá permitir a configuração e personalização das mensagens utilizando textos personalizados e variáveis fixas que permitem automatizar a inclusão do paciente e outras características específicas de cada módulo;
  - iii. O sistema deverá permitir a confirmação de agendamentos dos pacientes por meio de mensagem disparada no WhatsApp;
  - iv. O sistema deverá realizar o aviso de agendamentos do paciente em todos os estabelecimentos configurados;
  - v. O sistema deverá realizar o aviso de cancelamento de agendamento em todos os estabelecimentos configurados;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- 
- vi. O sistema deverá realizar o aviso de alteração do agendamento em todos os estabelecimentos configurados;
  - vii. O sistema deverá realizar o aviso de proximidade do término de medicações de uso contínuo retirados na farmácia municipal;
  - viii. O sistema deverá realizar o aviso de proximidade do vencimento da receita de uso contínuo criada no sistema;
  - ix. O sistema deverá realizar o aviso de vacinação disponível quando o paciente entrar na faixa etária de vacinação;
  - x. O sistema deverá realizar o aviso de inclusão em viagem para execução de tratamento, informando o local de saída e horário;
  - xi. O sistema deverá realizar o aviso de alteração ou cancelamento de viagem;
  - xii. O sistema deverá realizar o aviso de visita com situação ausente, realizada pelo agente comunitário de saúde;
  - xiii. As mensagens deverão ser realizadas por meio de WhatsApp, podendo ser configuradas no caso do transporte e do agendamento de agendamento vários avisos, mediante configuração pelo próprio usuário específico para cada situação, podendo configurar para envio de x dias antes do evento, e x horas antes do evento;
  - xiv. Nos casos de agendamento o sistema deve permitir enviar a mensagem com indicação do estabelecimento, profissional e horário do agendamento de forma automática;
  - xv. O sistema deve permitir a criação de mensagens personalizadas e envio por grupos personalizados de cidadãos, podendo buscar por grupo de acompanhamento de comorbidades, por sexo, faixa etária, bairro, microárea ou a junção de um filtro utilizando todos;
- m) Módulo de portal da transparência da saúde:
- i. O sistema deve possuir página Web de livre acesso a população contendo:
  - ii. Ouvidoria on-line para cadastramento de dúvidas, denúncias, reclamações;
  - iii. Local para divulgação de notícias, informes, portarias, galeria de fotos;
  - iv. Local para consulta de medicamentos da farmácia em tempo real conforme legislação vigente;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- v. Local para consulta de viagens vinculadas ao módulo de transporte da saúde em tempo real, permitindo visualizar as viagens do dia, quantidade de vagas ocupadas e disponíveis, veículo e motorista;
  - vi. Local para consulta de profissionais e seus horários de atendimento, sendo vinculado automaticamente com o cadastro dos profissionais;
  - vii. Local para consulta de filas de espera de consultas procedimentos e cirurgias vinculados ao módulo de regulação de filas de espera;
  - viii. Local para divulgação da vacinação do COVID-19 vinculado ao módulo de vacinas do sistema;
  - ix. O sistema deve permitir a impressão da carteira de vacinação;
  - x. O sistema deve permitir consultar validade de documentos gerados pelo sistema (assinados eletronicamente);
- n) Módulo Pesquisa de Satisfação:
- i. O sistema deve permitir a Criação de pesquisas personalizadas por estabelecimento/setor que serão enviadas por WhatsApp juntamente com link de pesquisa;
  - ii. O sistema de pesquisa deve ser utilizado em ambiente web compatível com dispositivos mobiles;
  - iii. O sistema de pesquisa deve ser fácil e intuitivo;
  - iv. O sistema deve permitir o envio automático de pesquisas por WhatsApp ou sempre que algum cidadão terminar o atendimento no estabelecimento configurado;
  - v. O sistema deve permitir a configuração de regras para envio de pesquisas como por exemplo: (Tempo após realização da consulta, horários limite de envio, grupo ou idade de paciente que não deve realizar envio entre outros que possam ser solicitados pelo município);
  - vi. O sistema deve disponibilizar os resultados em tempo real por meio de Dashboard dentro do sistema;
  - vii. O sistema deve permitir filtrar os resultados por período, estabelecimento, equipe e profissional;
- o) Módulo Dashboard de Indicadores Assistenciais e de Gestão
- i. Permitir o acompanhamento de modo gráfico de minimamente as informações de indicadores Interfederativos e do programa Previne Brasil, além de possibilitar a personalização por meio de solicitação do município dentro da plausibilidade;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- ii. Ser integrado com todas as ferramentas descritas acima para informações de custos de pacientes, produção de profissionais, fornecendo indicadores dos trabalhos realizados, e auxiliando na tomada de decisão;
  - iii. Deverão constar estatísticas de no mínimo: Gestão de população, Gestão de cadastros, Gestão de situações autorreferidas de saúde, Gestão de atendimentos, Gestão de procedimentos, Gestão de visitas Domiciliares, Gestão de Indicadores (Previne Brasil); Estatísticas de atendimento por unidade, profissionais, CID, e CIAP2, Estatísticas de realização de exames, Estatísticas de Acompanhamento das Visitas domiciliares, e outros indicadores de grande relevância para os trabalhos desenvolvidos na SMS.
  - iv. Ainda deverá dispor de emissão de relatórios referentes a cadastros, que possibilite a higienização da base de dados, acompanhamento do cumprimento dos atributos de visitas dos agentes comunitários de saúde, acompanhamento das atividades realizadas na unidade de saúde, acompanhamento de causas ativas (deverá permitir que o município crie listas de acompanhamentos de pacientes através de diagnóstico CID/CIAP, permitir a impressão dos relatórios de acompanhamento dos indicadores (7 indicadores atuais do programa Previn Brasil, e no caso do programa incorporar mais indicadores, é de responsabilidade da empresa o fornecimento e adequação do sistema para que englobe todos os indicadores) do programa previne brasil que seja possível identificar o público alvo de cada indicador, auxiliando na busca ativa dos cidadãos promovendo a melhor ação de alcance do indicador, os relatórios de indicadores devem seguir os parâmetros de cálculo disponíveis nas notas técnicas explicativas disponibilizadas pelo ministério da saúde).
  - v. O Dashboard deverá ser integrado ao sistema e-SUS AB PEC, permitindo a extração das informações acima descritas para acompanhamento da integridade dos dados enviados do sistema próprio para o sistema e-SUS;
- p) Módulo de Agendamento:
- i. O sistema deve permitir o cadastramento de agendas por profissional;
  - ii. O profissional pode possuir mais de uma agenda, cada uma vinculada a um estabelecimento;
  - iii. O sistema deve permitir a configuração de agenda com horários fixos e alternados;
  - iv. O sistema deve permitir a configuração do tempo entre consultas por agenda de cada profissional;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- v. O sistema deve possuir local para cadastrar situações de elegibilidade de agendamento online de pacientes.
  - vi. O sistema deve permitir selecionar quais grupos de comorbidades, faixa etária e local de residência que o sistema vai permitir que o cidadão agende online;
  - vii. O sistema deve permitir que o profissional torne sua agenda pública, permitindo que os usuários realizem seu atendimento através do portal de transparência;
  - viii. O profissional deve poder utilizar configurações de elegibilidade para permissão de agendamento de pacientes em sua agenda, ou criar suas próprias configurações de elegibilidade;
  - ix. O sistema deve filtrar se o cidadão que está tentando realizar o agendamento é elegível conforme configuração.
- q) Módulo de Prontuário Eletrônico - Funcionalidades Mínimas:
- i. Função Geral:
    - 1. O prontuário eletrônico do paciente, também conhecido como PEP, deve reunir funções conforme o nível de complexidade de cada unidade de saúde que o utilizará, assim, não deve agregar apenas a função ou tela de registro do atendimento, mas todo o processo necessário para que o paciente possa ser atendido, como também que o processo de registro de produção do SUS seja atingido conforme o seu nível de complexidade;
    - 2. O prontuário eletrônico compartilha funções mínimas, independente da unidade que o utilizar, mas também possui especificidades e funções que serão detalhadas em outro item, para utilização em unidades específicas conforme o grau de complexidade.
  - ii. Funcionalidades mínimas, Lista de Atendimento:
    - 1. A lista de atendimento deve possuir minimamente: Nome do cidadão, horário de inclusão do paciente na lista de atendimento, tempo de espera por atendimento médico, tempo total na unidade de saúde, profissional responsável, setor, situação;
    - 2. A lista de atendimento deve ser capaz de separar os pacientes que estão na recepção, aguardando por atendimento, em observação, internados, finalizados;
    - 3. A lista de atendimento deve ser capaz de mostrar quantas prescrições estão em aberto para execução em cada paciente;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

4. Possuir tela de inclusão do paciente que permita selecionar o serviço que o paciente procura no momento da inclusão, selecionando os serviços cadastrados no estabelecimento;
5. Possuir tela de inclusão que permita buscar paciente por nome, CPF/CNS ou data de nascimento;
6. Possuir tela de inclusão que permita no momento da busca visualizar os resultados de busca minimamente: Nome do paciente, CPF, CNS, Data de Nascimento, Nome da mãe, Equipe e Microárea;
7. Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se o mesmo é munícipe, caso não for, deverá exibir a mensagem "Paciente não munícipe);
8. Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se os dados mínimos obrigatórios cadastrados no estabelecimento estão preenchidos no cadastro, caso contrário o sistema deve acusar "Cidadão com informações pendentes no cadastro"
9. Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se o telefone e endereço estão atualizados conforme a regra de tempo de atualização de telefone e endereço no sistema, e caso esteja desatualizado o sistema deve solicitar a atualização que deverá ser na mesma tela, sem necessidade do usuário ter que sair da tela;
10. A lista de atendimento deve exibir as informações dos pacientes incluídos possuindo as seguintes informações mínimas, Nome do cidadão, horário de inclusão do paciente na lista de atendimento, serviço, tempo de espera entre o acolhimento e o primeiro atendimento médico, profissional responsável, profissional que está realizando atendimento, setor, situação do atendimento, característica do paciente (Adulto, idoso, criança, PNE, Gestante);
11. A característica do paciente deve ser preenchida automaticamente quando Criança, Idoso, Adulto;
12. O sistema deve possuir função de exibir ou ocultar as informações da lista de atendimento a critério do usuário, ficando salvas suas preferências;
13. A lista de atendimento deve exibir, no caso de pacientes com utilização de nome social, o nome do paciente em cor diferenciada na lista de atendimento, e quando levado o mouse em cima, mostrar a seguinte mensagem (paciente optante por utilização de nome social);



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

14. O sistema, na lista de atendimento deve possuir botão de chamar o paciente no painel de chamadas diretamente na lista de atendimento;
15. O sistema na lista de atendimento deve exibir em destaque de cor, cidadãos visitantes (não residentes no município), e exibir a informação na lista de atendimento;
16. O sistema, na lista de atendimento deve possuir botão de acesso rápido ao histórico de atendimentos do dia do cidadão;

### iii. Registro tardio de atendimento:

1. O sistema deve permitir o registro tardio de atendimento onde seja possível criar um atendimento retroativo, indicando data e hora, local e tenha todas as funcionalidades esperadas no atendimento normal;

### iv. Agendamento de consultas:

1. O sistema deve permitir que a agenda do sistema seja separada por estabelecimento/setor, permitindo que um profissional tenha possibilidade de ter mais de uma agenda no mesmo estabelecimento;
2. O sistema de agenda deve ser dividido por data, período e profissional;
3. O sistema deve permitir que cada agenda do profissional possa ter um tempo diferente entre consultas;
4. O sistema deve listar os horários da agenda com cores diferenciadas para as situações de: (Horário Disponível, Horário Indisponível, Paciente se encontra na unidade, Reservado, Agendado)
5. Para realização do agendamento o sistema deve permitir a seleção do horário que estiver disponível, do paciente, permitir a seleção do tipo de serviço que ele deseja realizar e campo para descrição de observação caso o usuário deseja informar;
6. O sistema de agenda deve permitir a função de reserva de agenda.
7. A reserva de agenda deve permitir que o usuário selecione um horário para bloqueio de agenda com horário de início e um horário fim. O bloqueio deve ser realizado em todo o intervalo de horários selecionado;
8. A reserva de agenda deve permitir que o usuário informe um motivo e descreva uma observação;
9. Após realizado a agendamento o sistema deve listar o horário como agendado, com cor específica, nome do paciente agendado para referido horário, telefone



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

de contato visível no card, e observação indicada no momento do agendamento;

10. O card do horário agendado deve possuir função para visualizar o agendamento, que concede acesso as informações do próprio agendamento e lista na tela o histórico de agendamentos do paciente;
11. O card de agendamento deve possuir função para confirmar a chegada do paciente na unidade, que inclui o paciente direto na lista de atendimentos;
12. O card de agendamento deve possuir função de informar a falta do cidadão;
13. Em caso de não comparecimento no horário marcado o sistema deve informar a falta do cidadão automaticamente;
14. O sistema deve permitir que o agendamento seja excluído, mas que no horário fique o registro da exclusão do mesmo;

v. Acolhimento/Triagem:

1. O acolhimento do paciente deve ser função exclusiva e destacada com ícone ou botão próprio para utilização na lista de atendimento, geralmente utilizado por enfermeiros ou técnicos de enfermagem;
2. Na tela de acolhimento o sistema deve obrigatoriamente conter tela de histórico geral do paciente, mostrando todo o histórico de atendimento do paciente;
3. O sistema deve obrigatoriamente destacar, em campo específico na tela de acolhimento as comorbidades e alergias do cidadão;
4. O sistema deve obrigatoriamente permitir o cadastro de alergias e/ou comorbidades na própria tela de acolhimento, sem necessidade de sair da mesma;
5. Na tela de histórico geral o usuário deve poder visualizar alergias e comorbidades do paciente de forma destacada, em campo específico;
6. O histórico deve se dar por meio de linha do tempo trazendo todos os atendimentos por ordem cronológica decrescente (Do mais recente para o mais antigo);
7. O histórico deve sinalizar por data e hora de atendimento, constando o profissional, CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), unidade onde aconteceu o atendimento;
8. O histórico deve conter informações compatíveis com o grau de acesso do usuário;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

9. O sistema deve possuir campo de pesquisa no histórico por CID, profissional ou estabelecimento;
10. O sistema deve possuir campo para registro de CIAP2 (Classificação Internacional de Atenção Primária2) em campo de motivo de consulta do paciente, podendo desativá-lo conforme necessidade da unidade utilizadora. O sistema deve possuir inserir no mínimo 3 (três) CIAP2;
11. Possuir campo de texto para registro de informações da queixa do paciente/motivo da consulta. O campo de texto deve possuir ferramentas de configuração de fonte e alinhamento;
12. Possuir campo para registro de sinais vitais com no mínimo (Peso, Altura, Pressão Arterial, Frequência Respiratória, Frequência Cardíaca, Temperatura, Saturação, Glicemia);
13. Quando preenchido os sinais vitais como Aferição de Pressão, Peso e Altura, Aferição de Temperatura, o sistema deve gerar automaticamente os procedimentos de faturamento do SUS;
14. Possuir campo para registro de Perímetro da panturrilha, perímetro cefálico, circunferência de braço, escala de Glasgow;
15. Possuir campo para registro da classificação de risco do paciente definida em escala de cores, possuindo no mínimo 5 cores (Azul, Verde, Amarelo, Laranja, Vermelho);
16. Possuir campo de desfecho do atendimento para seleção de informações de alta ou retorno;
17. O sistema deve possibilitar dentro da tela de acolhimento, em função específica, realizar o agendamento da consulta futura do paciente;
18. O sistema deve permitir no momento do acolhimento a impressão da Declaração de Comparecimento;

vi. Atendimento:

1. A função atendimento do paciente deve ser função exclusiva e destacada com ícone ou botão próprio para utilização na lista de atendimento;
2. Na tela de atendimento o sistema deve obrigatoriamente conter tela de histórico geral do paciente;
3. Na tela de histórico geral o usuário deve poder visualizar alergias e comorbidades do paciente de forma destacada, em campo específico;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

4. O histórico deve se dar por meio de linha do tempo trazendo todos os atendimentos por ordem cronológica decrescente (Do mais recente para o mais antigo);
5. O histórico deve sinalizar por data e hora de atendimento, constando o profissional, CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), unidade onde aconteceu o atendimento;
6. O histórico deve conter informações compatíveis com o grau de acesso do usuário;
7. O sistema deve possuir campo de pesquisa no histórico por CID, profissional ou estabelecimento;
8. O sistema deve permitir o cadastramento e visualização de forma destacada de alergias e comorbidades;
9. O sistema deve obrigatoriamente permitir o cadastro de alergias e/ou comorbidades na própria tela de acolhimento, sem necessidade de sair da mesma;
10. O sistema deve permitir a visualização do histórico de sinais vitais em campo específico sem necessidade de navegar pelo histórico do paciente;
11. O sistema deve permitir a visualização do histórico da evolução do paciente de maneira "corrida" na própria tela de atendimento, exibindo-a em campo específico e de maneira destacada evitando a necessidade de pesquisa no histórico geral;
12. O sistema deve possuir campo de CIAP2 para registro de motivo da consulta/queixa;
13. Possuir campo de texto para registro da anamnese/evolução em modelo de caixa de texto simples ou modelo SOAP (com campo texto separado para cada um);
14. O sistema deve permitir o cadastro de evoluções padrão, permitindo selecioná-las de maneira que autopreenchem o campo anamnese/evolução;
15. Possuir campo destacado para inclusão de CID10 e CIAP2 referente ao diagnóstico do atendimento, permitindo incluir minimamente 3 (três) CID's;
16. Permitir que o sistema identifique automaticamente os CID's relacionados a comorbidades, que quando adicionados sejam inclusos automaticamente na lista de comorbidade ativa do paciente;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

17. Possuir campo para registro de sinais vitais com no mínimo (Peso, Altura, Pressão Arterial, Frequência Respiratória, Frequência Cardíaca, Temperatura, Saturação, Glicemia);
  18. O sistema de registro de atendimento deve seguir a ordem de informações mínimas na tela de registro, conforme raciocínio clínico sendo: Informações de cadastro do cidadão, Campo de Alergias, Campo de Comorbidades, Campo de histórico completo, Campos de queixas e anamnese/evolução do paciente, Campo de registro de procedimentos, Campo de condutas, Campo de desfecho do atendimento (com possibilidade de indicar participação de outro profissional no atendimento). Esta ordem obedece ao raciocínio clínico ágil dos profissionais sugestionado pelos profissionais municipais;
  19. O sistema deve possuir configuração de ordem de exibição e registro de informações do atendimento, permitindo que se configure a ordem, exibição e obrigatoriedade dos campos acima conforme necessidade de cada unidade de saúde;
  20. O sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o agendamento do paciente na própria tela de atendimento;
- vii. Criação de receituários:
1. O sistema deve possuir tela específico para criação de receituário, onde no topo da página é obrigatório campo destaque que exiba as alergias do paciente;
  2. O sistema na tela de receituário deve possuir o histórico das últimas receitas criadas a partir do sistema;
  3. O sistema deve mostrar o histórico dos receituários do paciente permitindo a duplicação das receitas;
  4. O sistema deve possuir campo de seleção do medicamento que deve estar integrado a farmácia e deve exibir se o medicamento está disponível ou não na farmácia para retirada;
  5. O sistema, conforme o usuário seleciona os itens para realização do receituário, o próprio sistema de maneira automatizada deve realizar a junção de receitas por tipo de receita, separando as de uso contínuo, imprimindo os grupos de itens selecionados conforme tipo de receita;
  6. O sistema deve sugestionar a posologia do medicamento conforme as mais utilizadas pelo profissional;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

7. O sistema deve permitir a emissão de receita digital, assinada eletronicamente no padrão ICP-Brasil, conforme requisitos de validação <https://validar.iti.gov.br/>
8. O sistema deve possuir mecanismo de renovação de receita, em campo externo ao prontuário, que demonstre receitas de uso contínuo prestes a vencer e permita realizar a renovação;
9. O sistema deve possuir plataforma que permita a validação e anotação de dispensação da medicação, podendo ser utilizada pelo sistema público ou privado;

### viii. Criação de Encaminhamentos:

1. O sistema deve permitir a criação de encaminhamentos dentro do padrão de aceitabilidade das instituições de saúde, contendo as informações de: Especialidade, complemento da especialidade, hipótese diagnóstica (relacionado a um CID10), Entidade, classificação de risco (Eletivo, Prioritário, Urgência, Emergência), campo para descrição do motivo do encaminhamento, campo para descrição de observação;
2. O sistema deve permitir visualizar o histórico de encaminhamentos do paciente;
3. O sistema de encaminhamentos deve se comportar conforme as regras de encaminhamentos do módulo de regulação quando estas estiverem habilitadas;

### ix. Solicitação de Exames:

1. O sistema deve permitir a criação de grupos de exames pré-cadastrados, permitindo a seleção dos mesmos por caixas de seleção facilitando o processo;
2. O sistema deve permitir criar uma solicitação com vários exames cuja nomenclatura deve seguir a tabela SIGTAP;
3. O sistema deve possuir no processo de requisição as seguintes informações: CID10 da requisição, justificativa da requisição para realização dos exames, campo de texto para observação;
4. O sistema deve realizar a separação de solicitações de exame por subgrupo de procedimento conforme tabela SIGTAP, separando os mesmos em tela após solicitação para fácil visualização do profissional.
5. O sistema deve imprimir separadamente os exames conforme subgrupo de procedimento segundo tabela SIGTAP, separando por exemplo ultrassonografia de exames laboratoriais;
6. O sistema deve possuir configuração que seja possível marcar no código do procedimento qual exame deve imprimir a requisição no modelo BPA-I, desta



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

forma quando selecionado exame correspondente, o próprio sistema deve realizar a separação e impressão no modelo adequado;

7. O sistema deve separar os exames de BPA-I conforme subgrupo da tabela SIGTAP automaticamente, permitindo que seja impresso até 3 (três) exames do tipo BPA-I por requisição do mesmo subgrupo;

x. Emissão de prescrições:

1. O sistema deve permitir que o usuário crie prescrições de medicação, exames, procedimentos e rotinas do paciente;
2. As prescrições devem permitir que o usuário prescreva administração de medicamentos, soluções, rotinas ou cuidados de pacientes que necessitam permanecer em observação na unidade;
3. A prescrição no caso de medicamentos e soluções deve permitir que o usuário selecione medicamentos diretamente do estoque da unidade, selecione a diluição (pré-cadastrado), permita imprimir ficha de prescrição do paciente;
4. A prescrição no caso de medicamentos e soluções deve criar de maneira automática os horários de aplicação ou “checagem” conforme a frequência e horário de início indicado pelo usuário;
5. No caso de criação prescrição, o sistema deve permitir que os profissionais da unidade realizem a “checagem” ou aplicação da medicação, dando baixa do item checado (no caso de medicamento) do estoque e registrando o horário de aplicação;
6. A prescrição deve permitir duplicação pelo usuário;
7. A prescrição deve ser suspensa automaticamente no horário de troca de plantão ou em horário de suspensão configurado pelo usuário;
8. Em caso de alta do paciente, o sistema deve avisar caso haja prescrições “em aberto”, ou seja, não aplicadas ou “checada”;
9. O sistema deve enviar a prescrição automaticamente para farmácia, permitindo que a separação de medicamentos seja executada;
10. O sistema deve permitir que a baixa das medicações da farmácia seja realizada por meio de “bipagem” via código de barras.

xi. Emissão de atestados:

1. O sistema deve ter a opção de registro de atestado do tipo texto livre;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

2. O sistema deve ter a opção de registro de atestado do tipo padrão, excluindo a necessidade da descrição de todo texto informando apenas a quantidade de dias e o CID10;
  3. Em caso de preenchimento do campo CID10 pelo usuário o sistema deve automaticamente incluir no atestado o texto de autorização de informação de CID10 para assinatura do paciente;
  4. O sistema deve permitir assinatura eletrônica do atestado e envio direto no e-mail ou WhatsApp do paciente;
- xii. Emissão de guia de orientações:
1. O sistema deve permitir o cadastro de orientações em formato de texto livre que seja impresso com cabeçalho e rodapé timbrado do município conforme padrão disponibilizado;
  2. O sistema deve permitir assinatura eletrônica do documento de orientações e envio direto no e-mail ou WhatsApp do paciente;
- xiii. Registro de procedimentos de produção SUS:
1. O sistema deve possuir em todos os seus módulos de atendimento campo de registro de procedimentos que deve permitir o registro de procedimentos conforme o CBO vinculado ao seu usuário;
  2. O sistema deve possuir campo de sugestão de procedimentos, facilitando o acesso dos profissionais. As sugestões devem ser pré-configuradas;
  3. O sistema deve permitir a configuração de procedimento automática vinculado ao CBO do usuário, sendo assim, quando este usuário portando o CBO configurado abrir o atendimento, o sistema automaticamente deve lançar o procedimento configurado;
- xiv. Criação de formulários vinculados ao prontuário:
1. O sistema deve permitir o cadastro de formulários personalizados, estes formulários devem estar disponíveis dentro do prontuário. Os formulários devem possuir configuração que permita a geração de produção conforme o tipo de formulário.
  2. O formulário deve permitir configuração para ser vinculado à comorbidade, ou faixa etária, ou sexo do paciente, sendo visível quando alguma das situações é atingida;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

3. Os formulários serão personalizados e deverão permitir a criação de diferentes situações como, Formulário de testagem de covid-19, formulário de elegibilidade para uso de Oxigenoterapia entre outros;
4. Uma vez configurado o sistema deve permitir utilizar, ver o histórico, e imprimir dentro do formato documental utilizado pelo município;

xv. Registro de conduta:

1. Possuir na tela de atendimento, campo para registro de conduta, permitindo a indicação da conduta do atendimento, dispondo de no mínimo as seguintes opções: Retorno para consulta agendada, Retorno para cuidado continuado programado, Agendamento para grupos, Agendamento para NASF, Alta do episódio;
2. Os campos de conduta devem permitir ser configurados, se estão disponíveis ou não dependendo do estabelecimento de uso;

xvi. Registro específico de Puericultura e Pré-Natal:

1. O sistema deve possuir ficha de puericultura para registro do acompanhamento de saúde da criança, contendo campos específicos de marcos de desenvolvimento da criança, permitindo o acompanhamento do desenvolvimento da criança no período de 15 dias a 30º Mês;
2. O sistema deve destacar quando um marco de desenvolvimento não foi atingido;
3. O sistema deve destacar automaticamente quando o atraso no desenvolvimento é informado através da avaliação fenotípica;
4. Em caso da seleção do CID10 ou CIAP que identifique que a paciente é gestante, o sistema deve abrir automaticamente campos específicos para registro do pré-natal;
5. O sistema deve possuir ficha para registro de antecedentes obstétricos

xvii. Ficha de Consumo Alimentar:

1. Dentro do prontuário eletrônico do paciente, através de configuração prévia do sistema, o mesmo deve sinalizar quando é necessário o preenchimento da ficha de consumo alimentar, avisando o usuário antes mesmo de finalizar o atendimento que é necessário o preenchimento da ficha.
2. O sistema deve possuir dentro do prontuário, a ficha de consumo alimentar no padrão do ministério da saúde.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### xviii. Configuração de procedimentos automáticos:

1. O sistema quando utilizado em unidade básica de saúde deve possuir configuração de registro de procedimento automático, que seja incluído automaticamente o procedimento adequado para cada atendimento no momento da “abertura” do prontuário no sistema, garantindo o registro adequado de produção.

#### r) Licença de software de mapa digital:

- i. O sistema deve exibir em mapa geoespacial para acompanhamento de informações capturadas pelo sistema;
- ii. O sistema minimamente deve permitir o da localização das famílias cadastradas, CID's registrados em prontuário, pacientes que usam medicação retirada na farmácia (por medicação), por grupo de condições de saúde, visitas realizadas pelo agente comunitário de saúde (por agente comunitário de saúde);
- iii. O sistema deverá exibir pontos de marcação no mapa inteligente conforme a seleção da informação desejada, e o sistema deve ser atualizado automaticamente conforme atualização do endereço dos cidadãos.

#### s) Painel de chamados eletrônicos

- i. O sistema deverá dispor de painel de chamado eletrônico com voz, permitindo que cada profissional tenha a opção de chamar o paciente incluso na lista de atendimento disposto na fila de atendimento através do painel.
- ii. O painel deve realizar o chamado por meio de sinal de campainha seguido por voz informando o nome do paciente ou senha (disponibilizado por impressora térmica) e qual o consultório que este deve se dirigir.

#### t) Certificação eletrônica de documentos

- i. O sistema, seguindo a evolução das metodologias de registros de atendimento, de forma a gerar um processo mais moderno e econômico, deve possibilitar a assinatura eletrônica de todos os documentos de atendimento, evitando e excluindo a necessidade de impressão de papeis, documentos, prontuários etc;
- ii. O sistema deve utilizar a tecnologia de dupla verificação de acesso para o login profissionais, realizando a confirmação todas as vezes que os mesmos realizam login no sistema garantindo a autenticidade de acesso;
- iii. A tecnologia deve garantir a unicidade de acesso e evitar ao máximo o processo de login não autorizado;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- iv. O sistema deve realizar a assinatura eletrônica com carimbo de tempo emitida por entidade competente e homologada, além da aplicação das regras e da ICP-Brasil e ITI para assinatura eletrônica de documentos, fornecendo documentos assinados eletronicamente dentro das normas legais com garantia de que não podem ser alterados por nenhuma outra forma;
- v. A critério da comissão de avaliação poderá ser solicitado a validação de documentos emitidos no sistema por meio da plataforma <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.8.1/> ;
- vi. O sistema deve armazenar os documentos assinados em dois servidores distintos para garantia de disponibilidade;
- vii. O sistema deve permitir a inclusão de imagens durante os atendimentos por meio de anexo ou captura por celular ou câmera para complementação de informações do atendimento, estas imagens anexas devem constar no prontuário do paciente e serem assinadas eletronicamente junto com o prontuário no final do atendimento;
- viii. São estimados 45000 (quarenta e cinco mil assinaturas mensais).

## 6. GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 6.3. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.4. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.5. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.6. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



## **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**

### **ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

6.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato nos termos da Lei Municipal Complementar nº 24/2013.

## **7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

7.1. O fornecimento de bens e/ ou serviços é enquadrado como serviço continuado, acompanhado de nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. O pagamento será efetuado até o dia 10 do mês subsequente da comprovação do serviço, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.

7.3. Juntamente com a nota fiscal, deverá ser entregue o relatório dos serviços executados, com a especificação das horas/serviço, e das peças trocadas (com a devida autorização do fiscal para a troca).

7.3.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal está preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, endereço, nome da contratada, dados bancários na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

7.3.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus ao contratante.

7.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. Conforme disposto no item 1.5, o contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por lote.

8.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais, conforme disciplinado no edital.



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.4. Qualificação Técnica
- 8.4.1 Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (Cartão CNPJ), a fim de comprovar a habilitação para prestar o serviço de acordo com suas atividades empresariais;
- 8.4.2 Carta de Capacidade Técnica emitido por órgão de direito público, juntamente com o contrato de prestação de serviços, para comprovar que a licitante presta ou prestou serviço semelhante de licenciamento de software web para gestão de saúde pública (Não serão aceitos atestados incompatíveis com o serviço aqui descrito);
- 8.4.3 Carta de Capacidade Técnica emitido por órgão de direito público, juntamente com o contrato de prestação de serviços, para comprovar que o licitante presta ou prestou suporte técnico aos profissionais no uso do sistema, fato este necessário para demonstrar o conhecimento do processo de registro adequado de produção do SUS, considerando que o sistema terceiro deve respeitar o processo de envio de dados pelo sistema e-SUS Transmissor, seguindo as regras de registro e envio (Não serão aceitos atestados incompatíveis com o serviço aqui descrito);
- 8.4.4 Carta de Capacidade Técnica emitido por órgão de direito público, juntamente com o contrato de prestação de serviços, para comprovar que o licitante possui conhecimento e que já prestou o serviço de apoio no processo de controle e avaliação e envio de produção do SUS com uso dos sistemas SCNES, BPA, Transmissor, SIA, FPO (Não serão aceitos atestados incompatíveis com o serviço aqui descrito);
- 8.4.5 O licitante deverá comprovar que possui equipe técnica qualificada para prestação dos serviços, comprovando o vínculo empregatício do(s) profissional (is) com a empresa, através de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho. A equipe deverá dispor de, no mínimo:
- 8.4.6 Um enfermeiro para atuar como mediador e interlocutor das atividades de treinamento e apoio no processo de organização dos fluxos de saúde que impactam no processo tecnológico;
- 8.4.7 Declaração com endereço online de acesso ao sistema e contrato de uso caso não seja próprio, para comprovação que o licitante possui Ambiente Virtual de Aprendizagem para capacitação dos profissionais.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 81.180,00** (oitenta e um mil cento e oitenta reais), conforme custos unitários já informados neste Termo de Referência.
- 9.2. Os preços de referência deste certame foram definidos conforme a **mínima** dos valores resultantes da pesquisa de preços realizada.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

9.3. As despesas decorrentes da presente contratação serão informadas no edital

### 11. DECLARAÇÃO

Declaramos que este Projeto Básico está de acordo com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Nova Laranjeiras, 01 de março de 2024.

Elaboração:	Solicitante:	Aprovado:
LEISA ALINE HULSE	Raquel Bones dos Reis Mufatto	



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### ANEXO I

#### ROTEIRO DE PROVA DE CONCEITO

Item	Descrição
	<b>Hospedagem</b>
1.	A empresa vencedora deverá apresentar documento detalhando o plano/projeto de hospedagem do sistema, onde conste os todos requisitos técnicos conforme estão estabelecidos no edital;
	<b>Plataforma Web</b>
2.	O sistema deverá funcionar em ambiente WEB, utilizando-se de navegador;
	<b>Instalação</b>
3.	O sistema deverá estar instalado utilizando sistema operacional Linux ou similar, sem interface e de licença gratuita;
	<b>Migração de dados do e-SUS</b>
4.	O sistema deverá importar as alergias relacionadas ao cidadão para dentro do prontuário do sistema licenciado, mostrando em campo específico destacado no prontuário;
5.	O sistema deverá importar as comorbidades relacionadas ao cidadão para dentro do prontuário do sistema licenciado, mostrando em campo específico destacado no prontuário;
6.	O sistema deverá importar as evoluções de atendimento (registro de atendimento) relacionadas ao cidadão para dentro do prontuário do sistema licenciado, mostrando em campo específico destacado no prontuário;
7.	O sistema deverá mostrar as evoluções de atendimento (registro de atendimento) em ordem cronológica dentro do prontuário;
8.	O sistema deverá importar os receituários relacionados ao cidadão, permitindo que estes receituários possam ser duplicados para continuidade dentro do sistema licenciado
9.	O sistema deverá importar todas as fichas de vacinação do sistema e-SUS permitindo a continuidade dos atendimentos;
10.	O sistema deverá importar todas as fichas de cadastro domiciliar e cadastro individual corretamente relacionadas;
	<b>Treinamento</b>
11.	A empresa vencedora deverá realizar a apresentação do plano de trabalho de capacitação dos profissionais para aprovação da comissão (A comissão poderá solicitar prazo de até 2 (dois) dias para avaliação;
12.	A empresa vencedora deverá realizar a apresentação da plataforma de aprendizagem online (Ambiente Virtual de Aprendizagem), apresentando sumário de vídeo tutoriais que cumpram o objetivo do edital; A empresa deverá fornecer acesso à plataforma de maneira que seja possível a avaliação pela comissão que o fará em até dois dias úteis;
	<b>Funções Gerais</b>
	<b>Cadastro de estabelecimento</b>
13.	Demonstrar a importação do arquivo do XML do SCNES, detalhando o cadastramento, alteração e inativação de estabelecimentos a partir da importação.
14.	Demonstrar a importação do arquivo XML do SCNES, demonstrando o cadastro de estabelecimento, equipe e profissional a partir da importação
15.	No momento da importação do arquivo, o sistema deve exibir os estabelecimentos profissionais e equipes contidas no arquivo XML do SCNES, permitindo que o usuário selecione quais estabelecimentos, equipes ou profissionais deseja importar.
16.	Demonstrar a alteração dos dados de estabelecimento, equipe e profissional do sistema, a partir da importação do arquivo XML do SCNES
17.	Demonstrar a inativação dos dados de estabelecimento, equipe e profissional do sistema, a partir da importação do arquivo XML do SCNES



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

18.	Demonstrar a geração do LOG de registro de ações de importação de equipe que demonstre o que foi incluído, alterado, inativado a partir da importação do XML do SCNES;
19.	O sistema, no momento da importação do XML do SCNES, quando importar um novo profissional vinculado com alguma unidade municipal, deverá realizar também um cadastro de usuário para uso e acesso ao sistema;
20.	Demonstrar o cadastro manual de estabelecimentos;
21.	Permitir o cadastro de departamentos/setores/blocos de atendimento;
22.	Permitir os cadastros de serviços do estabelecimento (Acolhimento, Vacina, Medicação, Observação), permitindo a configuração da cor que cada serviço será exibida na lista de atendimento;
23.	Permitir que os serviços cadastrados sejam vinculados individualmente por estabelecimento, permitindo que um serviço possa ser configurado para pertencer somente a um ou vários estabelecimentos
24.	Permitir o cadastro manual de equipes de saúde;
25.	Permitir o cadastro manual de profissionais com no mínimo os campos: Nome Completo, CPF, CNS, Data de Nascimento, Sexo, Conselho de Classe, Estado emissor, Registro no Conselho de classe, CBO (classificação brasileira de ocupação), e-mail, telefone, endereço residencial (Tipo De Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Cidade, Estado, CEP)
26.	Permitir a configuração de agenda de atendimento do profissional para divulgação no portal de transparência;
27.	Permitir a inclusão de foto do profissional para divulgação no portal de transparência
28.	Permitir a inclusão de salário do profissional para divulgação no portal de transparência
	<b>Cadastro de usuários</b>
29.	O sistema deve permitir o cadastro de usuários através de identificador único (CPF/CNS)
30.	O sistema deve impedir cadastro de usuários com o mesmo tipo de identificador (CPF/CNS)
31.	O sistema deve vincular um usuário a perfis de acesso, permitindo que o mesmo usuário possa possuir vários perfis de acesso
32.	O sistema deve permitir a mudança de perfil de acesso sem necessidade de logout do sistema
33.	O sistema deve permitir a confirmação de e-mail no momento do cadastro do usuário, enviando e-mail de confirmação, confirmando o e-mail a ser vinculado;
34.	O sistema deve permitir a confirmação de telefone no momento do cadastro do usuário, enviando código de confirmação ao telefone informado, confirmando se o telefone a ser vinculado está correto;
	<b>Perfil de acesso e segurança</b>
35.	O sistema deve permitir a configuração de padrão de critério de senhas (Letras, números, caracteres especiais, quantidade de caracteres);
36.	O sistema deve permitir a configuração de quantidade de dias inativo (sem acesso ao sistema) para que o bloqueio do usuário aconteça automaticamente após o período selecionado;
37.	O sistema deve permitir a configuração de quantidade de vezes que um usuário pode errar a senha no momento do login para que o sistema bloqueie seu usuário;
38.	O sistema deve permitir a recuperação de senha via e-mail ou WhatsApp informados no cadastro do usuário;
39.	O sistema deve possuir o uso de CAPTCHA para login de acesso, configurável;
40.	O sistema deve permitir a dupla verificação de usuário por meio de mensagem via e-mail ou SMS ou WhatsApp com código de verificação aleatório;
41.	Quando o sistema for bloqueado por tentativas excessivas de senha o sistema deverá informar via WhatsApp ou e-Mail a tentativa malsucedida de acesso, orientando a troca de senha no mesmo e-mail;
	<b>Padrão de Interface do município</b>



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

42.	O sistema deverá permitir o carregamento do logo de seu município para identificação do estabelecimento no portal de transparência;
43.	Permitir que cada estabelecimento do sistema faça upload de seu arquivo de logotipo de identificação, utilizando-o em suas telas do sistema, utilizando-o nos seus arquivos impressos;
44.	O sistema deve permitir o cadastramento de logo por estabelecimento para que seja possível o cadastramento de logo específico do estabelecimento (ex: logo de práticas integrativas), para que o mesmo seja exibido nas páginas do sistema quando logado naquele estabelecimento e também que seja impresso nos relatórios impressos daquele estabelecimento para relatórios específicos;
45.	O sistema deve permitir demonstrar a possibilidade de utilização de modelos próprios do município, demonstrando para comissão ao menos 3 modelos de diferentes do mesmo documento, seja qual for, desta forma comprovando a possibilidade de customização;
	<b>Cadastro de cidadão</b>
46.	O sistema deve permitir que o cadastro do cidadão possua ao menos os seguintes campos: Nome completo; CNS; CPF; RG com data de expedição, UF, órgão emissor; Nome Social; Data de nascimento; Sexo; Raça/Cor; Estado Civil; Nome da mãe, com opção de marcação "desconhecido"; Nome do pai, com opção de marcação "desconhecido";
47.	O sistema deve permitir a inclusão de mais de um telefone por cidadão no momento do cadastro;
48.	O sistema deve permitir a marcação de qual telefone recebe mensagens por Whatsapp;
49.	O sistema deve permitir a inclusão de mais de um e-mail no momento do cadastro;
50.	O sistema deve permitir a criação da ficha de cadastro individual no momento do cadastro do cidadão, sem necessidade de sair da tela de cadastro caso o usuário seja um Agente Comunitário de Saúde;
51.	O sistema deve acusar no momento da inclusão do CPF ou CNS se já existe este cadastro no sistema, perguntando se deseja carregar para atualizar;
52.	O sistema deve permitir a configuração de campos obrigatórios de cadastro do cidadão por estabelecimento, permitindo que seja selecionado quais campos são necessários para realização do cadastro do cidadão naquele estabelecimento;
53.	O sistema deve permitir a seleção do chefe de família no cadastro do paciente por meio de campo autocompletar;
54.	O sistema deve exibir o núcleo familiar (pessoas relacionadas ao mesmo chefe) do paciente na tela de cadastro de cidadão após relacionar um chefe de família;
55.	O sistema deve permitir a alteração de núcleo familiar do cidadão na própria tela do cidadão, de forma que não seja necessário em caso de mudança de chefe ou de mudança do cidadão do núcleo familiar entrar em todos os cidadãos para alteração, o sistema deve fazer automaticamente as mudanças neste caso;
56.	O sistema deve acusar no momento da inclusão do paciente em lista de atendimento em qualquer setor, se o paciente possui cadastro desatualizado em relação a telefone e endereço. O tempo de verificação de telefone e endereço deve ser definido em função específica no sistema, indicando a cada quanto tempo o sistema faz a verificação e cobrança de atualização no momento de inclusão de paciente em lista de atendimento.
57.	Quando no momento do cadastro do cidadão o tipo de cadastro for definido como R/N (Recem Nascido) usado para informar um recém nascido que ainda não possui documentação, o sistema deve desobrigar algumas informações como CPF e CNS, e obrigando o preenchimento (vínculo) com nome da mãe;
58.	Quando no momento do cadastro do cidadão o tipo de cadastro for definido como viajante, usado para informar que o cidadão não possui endereço no município, o sistema deve desobrigar o preenchimento de informações relacionadas a equipe de saúde e endereço local;
59.	O sistema deve permitir no momento do cadastramento do cidadão, sem que haja necessidade de navegação ou mudança de tela, de realizar o cadastro individual simplificado - Ficha CDS do cidadão, complementando informações da ficha que não foram preenchidas no cadastro e não obrigando preenchimento de informações já



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

	preenchidas no cadastro do cidadão, desta forma consolidando as informações em um só lugar.
	<b>Busca de cidadão</b>
60.	O sistema deve permitir a personalização dos critérios de busca em campos de pesquisa de cidadão por método autocompletar, utilizando a configuração em todos os módulos do sistema;
61.	O sistema deve permitir a personalização dos resultados de busca, que ficam disponíveis nas colunas ao lado do nome do paciente quando se busca nos campos autocompletar, permitindo a exibição de no mínimo, nome do paciente, nome da mãe, data de nascimento, CPF, CNS, Equipe e Microárea, e permitindo a configuração.
62.	O sistema deve permitir que sejam inseridos nos campos de busca do tipo autocompletar quando o mesmo se trata de paciente, informações mistas de consulta no mesmo campo, trazendo os resultados das informações referidas, por exemplo-1 "Pedro 01/01/2000" ou "01/01/2000 Pedro" em ambos os casos, após o usuário inserir as informações, o sistema listado deve listar todos os pacientes que contenham Pedro no nome, nascidos em 01/01/2000 quando configuração estiver por NOME e DATA NASC, ou por exemplo-2 "Pedro 01/01/2000 Luiza" listando todos os pacientes que contenham dentro do nome próprio ou da mãe, Pedro e luiza que nasceram na data de 01/01/2000 quando configuração estiver por NOME, NOME DA MÃE, DATA NASC; facilitando o processo de busca do paciente e diminuindo processos de erro e duplicidades de paciente;
	<b>Farmácia básica e judicial</b>
63.	O sistema deve possuir em sua estrutura de cadastro as opções de cadastro de item e subitem. O item ou item "Pai", é utilizado para agrupar subitens e facilitar o uso em outras funcionalidades como por exemplo vínculos com alergias de pacientes, como por exemplo Dipirona. O subitem ou item filho é utilizado para detalhar e especificar informações de um item, como por exemplo, Dipirona 500 MG comprimido (Cartela c/20 unidades), Dipirona 250 MG/ML Ampola, ambos os exemplos são subitens do item Dipirona.
64.	O sistema deve permitir a separação de itens por grupo;
65.	O sistema deve permitir a criação e separação de estoques por setor/departamento/bloco de saúde, permitindo que um setor contenha mais de um estoque;
66.	O sistema deve limitar o acesso aos estoques por usuário;
67.	O sistema deve permitir que seja configurado de qual estoque a informação de disponibilidade de medicamentos no prontuário será utilizada, configurando por setor/departamento/bloco de saúde, e exibindo no momento da criação de receita ou criação de prescrição em tempo real relacionado ao estoque;
68.	O sistema deve permitir que a entrada de medicações seja realizada além do modo manual, também através de arquivo XML da nota fiscal, importando informações das medicações e código de barras quando disponível (deve demonstrar a importação de arquivo que contenha código de barras);
69.	O sistema deve permitir a geração de etiquetas com códigos de barras em no mínimo 3 tipos de códigos diferentes, necessário para adaptação aos equipamentos municipais;
70.	O sistema deve permitir a vinculação de outros itens para realização de diluição, permitindo relacionar por exemplo uma água destilada, e de materiais (como por exemplo agulha, seringa etc.);
71.	O sistema deve permitir a saída de medicamentos de maneira simples, permitindo a dispensação por meio de leitura de código de barras previamente cadastrado;
72.	O sistema deve possuir mecanismo na tela de saída que mostre as receitas recém-criadas em consultório, para que seja possível a preparação da medicação e dispensação através de uma simples seleção;
73.	O sistema no momento da dispensação deve avisar caso o paciente ainda possua medicação em sua casa;
74.	O sistema deve permitir a realização de pedidos e transferências entre estabelecimentos e setores/blocos de saúde/departamentos;
75.	O sistema deve permitir no momento da solicitação de pedido de abastecimento (pedido de transferência), que o sistema gere a sugestão da demanda a ser solicitada



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

	automaticamente conforme configuração de requisitos
76.	O sistema deve permitir no momento do atendimento da solicitação de transferência (pedido), visualizar a quantidade disponível na unidade solicitante de cada item solicitado;
77.	O sistema deve permitir o atendimento parcial de pedido, ou seja, realizar a transferência de 5 dos 10 item solicitados na mesma transferência
78.	O sistema deve permitir a criação de listas de abastecimento que são padrões de pedidos entre as unidades;
79.	O sistema deve permitir a vinculação do item a localização do estoque (prateleira);
80.	O sistema deve possuir mecanismo de pedido que permita criar pedidos de itens através de geração automática baseada no consumo e estoque atual, no qual o sistema sugestionar um pedido com base nas informações de média de consumo informadas no momento do pedido, e na média de dias de reabastecimento que será informada;
81.	O sistema deve permitir a saída para uso próprio, gerando uma saída para um estabelecimento;
82.	O sistema deve permitir a configuração por estabelecimento se permite transferência para uso próprio ou não;
83.	O sistema deve possuir funcionalidade de transferência para uso próprio, que gera saída para um estabelecimento e não para um cidadão;
	<b>Controle de insumos da saúde</b>
84.	O sistema deve permitir utilizar todas as funções de controle de estoque de farmácia também para controle de insumos (Gaze, atadura, esparadrapo etc)
	<b>Gestão de transporte de pacientes</b>
85.	O sistema deve permitir o cadastramento de veículos contendo placa, chassi, categoria de habilitação necessária para condução, capacidade máxima, marca, modelo, tipo de combustível;
86.	O sistema deve permitir o cadastramento de motoristas contendo nome, Nº da CNH, data validade CNH, categoria da CNH;
87.	O sistema deve permitir o cadastro de local de embarque ou ponto de embarque/espera;;
88.	O sistema deve permitir o cadastro de destinos;
89.	O sistema deve permitir a criação de lista de necessidade de transporte onde, o usuário do sistema cadastra o paciente a qualquer tempo futuro numa lista de necessidade de transporte, onde a lista deve agregar os dados do paciente e da sua viagem necessária.
90.	A lista deve armazenar todas as informações de todos os pacientes que têm necessidade de transporte futuro agrupado por data e cidade destino;
91.	A lista deve permitir que no momento da criação da viagem sejam selecionados pacientes por meio de caixa de seleção para incluí-los em uma viagem;
92.	O sistema deve permitir criar viagens incluindo o veículo, motorista compatível com veículo e cidade destino;
93.	O sistema deve permitir que uma viagem possua mais de um motorista e mais de um destino;
94.	O sistema deve permitir que os pacientes sejam adicionados à viagem a partir da lista de necessidade de transporte ou manualmente pelo usuário;
95.	O sistema deve realizar a geração de roteiros que deve conter no mínimo: data e hora de saída da viagem, veículo e placa, motorista, origem da viagem (cidade), campo para marcação de km inicial e final, identificação dos passageiros por nome, idade, CPF, telefone celular, local de embarque, local destino, hora de consulta no local destino, permitir a inclusão de acompanhante (o sistema deve permitir a inclusão de mais de um acompanhante por passageiro);
96.	O sistema ainda deve ter módulo de custos por viagem e veículo, sendo na viagem permitido relacionar despesas de viagem como por exemplo, combustível, alimentação, diária, e veículo sendo manutenções, mão de obra, lavagens documentações etc.;
97.	O sistema deve realizar validação de CNH por veículo, só permitindo a seleção de motoristas para a viagem de acordo com a CNH exigida pelo veículo;
98.	O sistema deve permitir a gestão das viagens podendo rastrear internamente as informações de: Pacientes por viagem, motoristas por viagem, veículo por viagem,



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

	veículos por motoristas, motoristas por viagem,
99.	O sistema deve realizar o gerenciamento de horas de viagem conforme os horários de saída e chegada dos veículos;
	<b>Sala de Vacinas</b>
100.	O sistema de gestão de vacinação deve permitir o cadastramento de fabricantes de imunobiológicos;
101.	O sistema de vacinação deve permitir o cadastramento de lotes de imunobiológicos;
102.	O sistema de vacinação deve permitir o cadastro de aplicação de vacinação no padrão da ficha CDS atualizada;
103.	Para aplicação do imunobiológico o sistema deve permitir a seleção do cidadão, deve permitir a marcação de gestante e puérpera quando cidadão for do sexo feminino, deve permitir informar o local de atendimento qual está realizando a aplicação da vacina, deve permitir selecionar o imunobiológico, a estratégia, grupo de atendimento, dose, lote e fabricante;
104.	O sistema deve permitir o cadastro de registro anterior, utilizado para registrar vacinas realizadas em outros estabelecimentos ou em datas anteriores;
105.	O sistema deve permitir a marcação de viajante para identificar aplicações de imunobiológicos em viajantes;
106.	O sistema deve possuir calendário vacinal identificando na cor vermelha as vacinas atrasadas do paciente, em verde as realizadas;
107.	O sistema deve permitir através do atendimento do prontuário do paciente verificar o histórico de vacinação;
	<b>Gestão de Filas de Espera do SUS;</b>
108.	O sistema deve possuir mecanismo de controle de filas de espera do sus permitindo a criação de filas de consultas, procedimentos e cirurgias;
109.	O sistema deve permitir informar se a fila é municipal ou estadual;
110.	O sistema deve permitir informar se a fila é regulada ou não regulada;
111.	O sistema deve permitir informar se a fila tem pré-requisito de arquivo de fila (função que carrega todos os encaminhamentos e solicitações de exame para ser relacionados à na fila);
112.	O sistema deve permitir configurar se a fila aparece no portal da transparência ou não;
113.	O sistema deve permitir informar quais procedimentos fazem parte da fila, permitindo o sistema vincular vários procedimentos a uma mesma fila
114.	O sistema deve realizar a inclusão do paciente na fila a partir da criação do encaminhamento ou solicitação de exame do profissional médico no uso do prontuário eletrônico;
115.	Cada encaminhamento/solicitação de exame quando criado deve gerar um código de encaminhamento único;
116.	Caso a fila seja regulada todos os pacientes incluídos na fila deverão aguardar em ordem cronológica até a sua regulação por profissional;
117.	Caso a fila não seja regulada todos os pacientes deverão ser incluídos na fila em ordem cronológica de atendimento;
118.	O sistema deve permitir realizar o agendamento do encaminhamento ou solicitação de exame ou cirurgia de qualquer paciente que esteja na fila, mesmo desrespeitando a ordem cronológica;
119.	O sistema deve armazenar registros de ações dos profissionais Log de todas as ações realizadas na fila de espera;
120.	O sistema deve informar no momento de inclusão de um paciente na fila, se o mesmo já estiver na mesma fila;
121.	A demonstração da fila no portal da transparência deve respeitar os preceitos da lei geral de proteção de dados;
122.	O portal de transparência deve permitir o acesso do paciente com protocolo e senha, permitindo a visualização da sua posição na lista de espera e o prazo estimado de execução;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

123.	O sistema deve possuir módulo de regulação, permitindo regular o paciente na fila de espera, indicando o grau de risco de sua condição de saúde;
124.	O sistema após regulado deve reordenar a fila com base na ordem de classificação de risco, idade, e data de inclusão;
125.	O sistema deve permitir que a regulação seja realizada mais de uma vez para o mesmo paciente;
126.	o sistema deve permitir a inclusão de observações no momento da regulação;
127.	Após incluído na fila pelo solicitante, o sistema deve permitir que o regulador devolva ou negue o encaminhamento para a unidade solicitante, informando os motivos em campo de descrição;
128.	Quando devolvido, o solicitante deve receber por meio do sistema, um aviso informando que possui encaminhamentos devolvidos;
129.	A unidade de saúde, deve possuir junto a sua agenda, uma lista de encaminhamentos devolvidos, para que possam ser acompanhados e devolvidos;
130.	No momento do agendamento o operador do sistema deve indicar a entidade executora;
131.	Caso um paciente seja agendado fora de ordem o sistema deve solicitar a justificativa do agendamento fora de ordem;
132.	O sistema deve permitir a inclusão de documentos por meio de arquivo PDF ou imagem;
133.	O sistema deve possuir fila do tipo vaga em tela, permitindo o próprio profissional solicitante de selecionar um horário para execução do procedimento;
134.	O sistema deve permitir o cadastramento de estabelecimentos prestadores de serviço, chamados de executantes
135.	O sistema deve permitir o cadastramento de profissionais prestadores de serviços vinculados a estabelecimentos, chamados de executantes
136.	O sistema deve permitir a criação de agenda de execução de exames ou de consultas, vinculadas aos estabelecimentos e profissionais prestadores de serviço, chamados de executantes
<b>Sistema de gestão de cadastros - ACS</b>	
137.	O sistema deve permitir realizar o controle e gestão dos cadastros de individuais e domiciliares disponibilizando as fichas padrão do Ministério da Saúde;
138.	O sistema deve permitir a criação da ficha de cadastro individual atrelada ao cadastro do cidadão;
139.	O sistema deve permitir a criação da ficha de cadastro domiciliar atrelada a ficha de cadastro individual;
140.	O sistema deve vincular o cadastro do imóvel ao chefe da família.
141.	O sistema deverá obter o cadastro do imóvel a todos os dependentes da família;
142.	O sistema deverá automatizar o processo de mudança de domicílio de maneira que, caso o chefe se mude, o próprio sistema deve perguntar qual a ação realizar com os demais indivíduos, fornecendo opções e permitindo que após a escolha das opções pelo usuário o próprio sistema realize a mudança nos outros indivíduos;
143.	O sistema deve possuir aplicativo móvel que permita o cadastro e imóveis e indivíduos como também utilize a relação entre eles;
144.	O sistema deverá possuir painel demonstrativo de porcentagem de visita dos agentes comunitários de saúde, que permita ao coordenador acompanhar o trabalho dos ACS, exibindo total de cadastros de indivíduos e domicílios, total de pacientes por grupo de acompanhamento (detalhando cada grupo), porcentagem de visitas relacionadas ao total de famílias, como também porcentagem de visitas relacionadas ao total de indivíduos, separando ainda famílias que necessitam de visitas periódicas e famílias que necessitam de acompanhamento;
<b>Aplicativo de gestão de visitas domiciliares</b>	
145.	O sistema aplicativo deve possuir função de realização da visita domiciliar;
146.	O sistema aplicativo deve no momento da criação de um domicílio capturar a geolocalização por satélite do domicílio ou local onde se encontra o ACS;
147.	O sistema aplicativo deve registrar a localização por satélite do local onde foi realizado a



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

	atualização do indivíduo e do domicílio;
148.	O sistema aplicativo deve registrar a localização por satélite do local onde foi realizado a visita domiciliar do ACS para com o indivíduo, ou visita periódica;
149.	O sistema aplicativo deve funcionar sem necessidade da utilização da internet, permitindo a sincronização das informações com servidor;
150.	O sistema deve ter função de visualização de inconsistências na sincronização;
151.	O sistema deverá possuir relatórios de inconsistência de cadastros;
152.	O sistema deve permitir a descrição da evolução da visita do agente comunitário de saúde e encaminhamento da notificação para o enfermeiro da equipe responsável pelo indivíduo;
153.	O sistema deve mostrar avisos de vacinação atrasada no momento da visita do agente comunitário de saúde;
154.	O sistema deve permitir a captura de foto do imóvel;
155.	O sistema deve permitir a captura de foto do indivíduo;
156.	O sistema deve permitir a captura de foto de situações necessárias no momento da evolução da visita;
	<b>Comunicação com o cidadão</b>
157.	O sistema deve permitir o disparo de mensagens via WhatsApp;
158.	O sistema deverá permitir a configuração e personalização das mensagens utilizando textos personalizados e variáveis fixas que permitem automatizar a inclusão do paciente e outras características específicas de cada módulo;
159.	O sistema deverá permitir a confirmação de agendamentos de consulta dos pacientes por meio de mensagem disparada no WhatsApp;
160.	O sistema deverá realizar o aviso de cancelamento de agendamento em todos os estabelecimentos configurados;
161.	O sistema deverá realizar o aviso de alteração do agendamento em todos os estabelecimentos configurados;
162.	O sistema deverá realizar o aviso de proximidade do término de medicações de uso contínuo retirados na farmácia municipal;
163.	O sistema deverá realizar o aviso de proximidade do vencimento da receita de uso contínuo criada no sistema;
164.	O sistema deverá realizar o aviso de inclusão em viagem para execução de tratamento, informando o local de saída e horário;
165.	O sistema deverá realizar o aviso de alteração ou cancelamento de viagem;
166.	O sistema deverá realizar o aviso de visita com situação ausente, realizada pelo agente comunitário de saúde;
167.	As mensagens deverão ser realizadas por meio de WhatsApp, podendo ser configuradas no caso do transporte, agendamento vários avisos, mediante configuração pelo próprio usuário específico para cada situação, podendo configurar para envio de x dias antes do evento, e x horas antes do evento;
168.	Nos casos de agendamento o sistema deve permitir enviar a mensagem com indicação do estabelecimento, profissional e horário do agendamento de forma automática;
169.	O sistema deve permitir a criação de mensagens personalizadas e envio por grupos personalizados de cidadãos, podendo buscar por grupo de acompanhamento de comorbidades, por sexo, faixa etária, bairro, microárea ou a junção de um filtro utilizando todos;
170.	O sistema de comunicação, deve possuir plataforma de conversação entre profissional da saúde e paciente, de forma integrada ao whatsapp, permitindo que através do sistema licenciado o paciente se comunique com os departamentos utilizadores.
171.	O sistema de comunicação, deve armazenar registro de conversas através da plataforma de comunicação, juntamente com o prontuário do paciente, como arquivo de extensão do prontuário;
172.	O sistema de comunicação, deve possuir mecanismo de chatbot autônomo que realize a identificação do paciente através de perguntas relacionados aos dados do paciente,



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

	permitindo assim a identificação e vinculação do paciente de forma automática ao sistema licenciado.
173.	Após a identificação do paciente pelo chatbot, a conversa do paciente deverá ser incluída em uma lista de atendimento de todas as conversas aguardando por atendimento;
174.	Na lista de conversas aguardando atendimento na plataforma de comunicação, o sistema deve permitir que o profissional de saúde, abra o prontuário do paciente das conversas com cidadãos identificados;
175.	O sistema de comunicação deve permitir que o paciente e profissional de saúde troquem arquivos de mídia do tipo fotos e documentos.
176.	O sistema de comunicação deve possuir integração com o sistema licenciado de forma que possua função de procurar arquivos do paciente vinculado a conversa, permitindo que o profissional de saúde possua acesso a todos os arquivos como, prontuário, receituário, encaminhamento, atestado, de forma que possa selecionar e enviar por meio da plataforma;
177.	O sistema de comunicação deve permitir que no momento que um profissional emita um arquivo novo, por exemplo, receituário, este arquivo apareça no repositório de arquivos do paciente disponível dentro da plataforma de comunicação com objetivo de realizar o envio;
178.	O sistema deve possuir mecanismo de contabilização do total de tipos de arquivos enviados detalhando por tipos, total de pacientes atendidos, total de pacientes identificados pelo boot e identificados pelo profissional de saúde, tempo por atendimento e tempo médio de atendimento por profissional;
179.	O sistema deve possuir mecanismo de avaliação do atendimento
180.	O sistema deve permitir a transferência de conversas entre profissionais ou grupos de profissionais/setores;
181.	O sistema deve permitir selecionar os tipos de arquivos que cada grupo de profissional tem acesso;
	<b>Portal da transparência</b>
182.	O sistema deve possuir página Web de livre acesso à população contendo:
183.	O sistema deve possuir Ouvidoria on-line para cadastramento de dúvidas, denúncias, reclamações;
184.	O sistema deve possuir local para divulgação de notícias, informes, portarias, galeria de fotos;
185.	O sistema deve possuir local para consulta de medicamentos da farmácia em tempo real;
186.	O sistema deve possuir local para consulta de viagens da saúde em tempo real;
187.	O sistema deve possuir local para consulta de profissionais e seus horários de atendimento;
188.	Local para consulta de filas de espera de consultas procedimentos e cirurgias;
189.	O sistema deve possuir local para divulgação da vacinação do COVID-19, local para divulgação da testagem e vacinação da COVID-19 conectada com o sistema e-SUS AB para disponibilização das vacinações em tempo real;
	<b>Pesquisa de Satisfação</b>
190.	O sistema deve permitir a Criação de pesquisas personalizadas por estabelecimento/setor que serão enviadas por WhatsApp juntamente com link de pesquisa;
191.	O sistema de pesquisa deve ser utilizado em ambiente web compatível com dispositivos mobiles;
192.	O sistema de pesquisa deve ser fácil e intuitivo;
193.	O sistema deve permitir o envio automático de pesquisas por WhatsApp ou sempre que algum cidadão terminar o atendimento no estabelecimento configurado;
194.	O sistema deve disponibilizar os resultados em tempo real por meio de Dashboard dentro do sistema;
195.	O sistema deve permitir filtrar os resultados por período, estabelecimento, equipe e profissional;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

	<b>Gestão de atendimento</b>
	<b>Prontuário UBS/Policlínica/CAPS/CEO</b>
	<b>Lista de atendimentos</b>
196.	Possuir tela de inclusão do paciente que permita selecionar o serviço que o paciente procura no momento da inclusão, selecionando os serviços cadastrados no estabelecimento;
197.	Possuir tela de inclusão do paciente que permita selecionar a origem do paciente (conta própria, ambulância do município, SAMU, Bombeiros, outro serviço de resgate, encaminhado de outra unidade);
198.	Possuir tela de inclusão que permita buscar paciente por nome, CPF/CNS ou data de nascimento;
199.	Possuir tela de inclusão que permita no momento da busca visualizar os resultados de busca minimamente: Nome do paciente, CPF, CNS, Data de Nascimento, Nome da mãe, Equipe e Microárea;
200.	Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se o mesmo é munícipe, caso não for, deverá exibir a mensagem "Paciente não munícipe)
201.	Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se os dados mínimos obrigatórios cadastrados no estabelecimento estão preenchidos no cadastro, caso contrário o sistema deve acusar "Cidadão com informações pendentes no cadastro"
202.	Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se o telefone e endereço estão atualizados conforme a regra de tempo de atualização de telefone e endereço no sistema, e caso esteja desatualizado o sistema deve solicitar a atualização que deverá ser na mesma tela, sem necessidade do usuário ter que sair da tela;
203.	A lista de atendimento deve exibir as informações dos pacientes incluídos possuindo as seguintes informações mínimas, Nome do cidadão, horário de inclusão do paciente na lista de atendimento, serviço, tempo de espera entre o acolhimento e o primeiro atendimento médico, profissional responsável, profissional que está realizando atendimento, setor, situação do atendimento, característica do paciente (Adulto, idoso, criança, PNE, Gestante);
204.	O sistema deve possuir função de exibir ou ocultar as informações da lista de atendimento a critério do usuário, ficando salvas suas preferências;
205.	A lista de atendimento deve exibir, no caso de pacientes com utilização de nome social, o nome do paciente em cor diferenciada na lista de atendimento, e quando levado o mouse em cima, mostrar a seguinte mensagem (paciente optante por utilização de nome social);
206.	O sistema, na lista de atendimento deve possuir botão de chamar o paciente no painel de chamadas diretamente na lista de atendimento;
207.	O sistema na lista de atendimento deve exibir em destaque de cor, cidadãos visitantes (não residentes no município), e exibir a informação na lista de atendimento;
208.	O sistema, na lista de atendimento deve possuir botão de acesso rápido ao histórico de atendimentos do dia do cidadão;
	<b>Acolhimento</b>
209.	O sistema deve possuir na lista de atendimentos botão exclusivo para realização do acolhimento;
210.	Na tela de acolhimento o sistema deve possuir campo específico que traga o histórico de acolhimentos anteriores, sinalizando data, horário, estabelecimento e profissional;
211.	Na tela de acolhimento, o sistema deve possuir grid que contenha informações do histórico de sinais vitais anteriores (dos últimos 6 meses), exibindo-os em ordem decrescente de data;
212.	O sistema deve possuir campo para registro de queixa que permita a formatação do texto com pelo menos (Estilo de letra (Negrito, itálico e sublinhado e criação de tópicos));
213.	O sistema deve permitir o cadastramento de textos pré-cadastrados para utilização no campo queixa;
214.	O sistema deve permitir que o usuários possa alterar entre o campo único de registro de queixa ou os campos do método SOAP (com campos divididos para cada opção). A



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

	mudança deve ser realizada sem necessidade de sair da tela, e ser tem impacto nos próximos atendimentos
215.	O sistema deve possuir campo de indicação de no mínimo 3 (três) CIAP2 para motivo da consulta padrão (CIAP2)
216.	O sistema deve permitir que seja incluso arquivos de imagem ou PDF no momento do acolhimento (imagens de exames, lesões etc.). O método de inclusão deve ser realizado por: carregamento do computador ou utilização celular que permita realizar o carregamento de imagens diretamente para dentro do acolhimento, sem que seja necessário o download de aplicativos ou metodologias complexas.
217.	O sistema deve permitir no momento do desfecho do atendimento, agendar consulta para o paciente, sem necessidade de sair da tela de atendimento;
218.	O sistema deve exibir as alergias no topo da página de atendimento, de maneira destacada sempre que houver registro;
219.	O sistema deve permitir o cadastramento de alergias ou comorbidades na própria página de atendimento sem necessidade de sair da tela de atendimento principal para o cadastro;
220.	O sistema deve exibir as comorbidades no topo da página de atendimento, de maneira destacada sempre que houver registro;
221.	O sistema deve possuir campo para registro de sinais vitais com no mínimo (Peso, Altura, Pressão Arterial, Frequência Respiratória, Frequência Cardíaca, Temperatura, Saturação e glicemia);
222.	O sistema deve trazer no campo devido de registro de altura, o registro do último atendimento;
223.	O sistema deve possuir campo para registro de classificação de risco, permitindo utilizar o da atenção básica nos estabelecimentos da atenção básica (com 4 situações (azul, verde, amarelo e vermelho)) e podendo utilizar o da atenção especializada (com 5 situações (azul, verde, amarelo, laranja, vermelho)), configurável por setor;
224.	Permitir a impressão de declaração de comparecimento dentro do acolhimento;
225.	Quando preenchido os sinais vitais como Aferição de Pressão, Peso e Altura, Aferição de Temperatura, o sistema deve gerar automaticamente os procedimentos de faturamento do SUS;
	<b>Atendimento</b>
226.	O sistema deve possuir campo específico na tela principal do atendimento, que traga o histórico de acolhimentos anteriores, sinalizando data, horário, estabelecimento e profissional;
227.	O sistema deve possuir campo específico na tela principal de registro do atendimento para visualização do histórico de sinais vitais anteriores;
228.	O sistema deve possuir no campo de visualização dos sinais vitais, função que permita visualizar as informações de sinais vitais de maneira separada e gráfica;
229.	O sistema deve possuir campo para registro de queixa que permita a formatação do texto com pelo menos (Estilo de letra (Negrito, itálico e sublinhado e criação de tópicos));
230.	O sistema deve permitir o cadastramento de textos pré-cadastrados;
231.	O sistema deve possuir alterar sem necessidade de sair da tela entre os modelos de registro SOAP (com campos divididos para cada opção), ou campo único de evolução;
232.	O sistema deve permitir que seja indicado mais de um CID10 no campo diagnóstico;
233.	O sistema deve permitir que seja incluso arquivos de imagem ou PDF por meio de carregamento do computador, ou por meio de inclusão por foto de celular diretamente por página auxiliar aberta no celular do usuário, permitindo que o mesmo faça o registro fotográfico de algum exame ou condição do paciente, envie por meio da página auxiliar ao atendimento, e que fique relacionado ao acolhimento ou atendimento em questão;
234.	O sistema deve exibir as alergias no topo da página de atendimento, de maneira destacada sempre que houver registro;
235.	O sistema deve permitir o cadastramento de alergias na própria página sem necessidade de sair da tela de atendimento;
236.	O sistema deve exibir as comorbidades no topo da página de atendimento, de maneira destacada sempre que houver registro;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

237.	O sistema deve permitir o cadastro de comorbidades no momento da inclusão do CID10/CIAP2 no campo diagnóstico, permitindo que após inserido o diagnóstico indique quais são comorbidades;
238.	O sistema deve possuir automação, de maneira que se possa indicar previamente quais CID 10 ou CIAP2 são considerados comorbidades ou passíveis de acompanhamento, para que quando inseridos no campo diagnóstico, recebam destaque e sejam incluídos automaticamente no campo comorbidades, sem necessidade de ação do usuário;
239.	O sistema deve permitir que o usuários possa alterar entre o campo único de registro de evolução ou os campos do método SOAP (com campos divididos para cada opção). A mudança deve ser realizada sem necessidade de sair da tela, e ser tem impacto nos próximos atendimentos
240.	O sistema deve permitir o cadastramento de textos pré-cadastrados para utilização no campo evolução;
241.	O sistema deve permitir que seja incluso arquivos de imagem ou PDF no momento do acolhimento (imagens de exames, lesões etc.). O método de inclusão deve ser realizado por: carregamento do computador ou utilização celular que permita realizar o carregamento de imagens diretamente para dentro do acolhimento, sem que seja necessário o download de aplicativos ou metodologias complexas.
242.	Possuir campo conduta, permitindo a indicação da conduta do atendimento, dispondo de no mínimo as seguintes opções: Retorno para consulta agendada, Retorno para cuidado continuado programado, Agendamento para grupos, Agendamento para NASF, Alta do episódio;
243.	O sistema de registro de atendimento deve seguir a ordem de informações mínimas na tela de registro, conforme raciocínio clínico sendo: Informações de cadastro do cidadão, Campo de Alergias, Campo de Comorbidades, Campo de histórico completo, Campos de queixas e anamnese/evolução do paciente, Campo de registro de procedimentos, Campo de condutas, Campo de desfecho do atendimento (com possibilidade de indicar participação de outro profissional no atendimento). Esta ordem obedece ao raciocínio clínico ágil dos profissionais sugerido pelos profissionais municipais;
244.	O sistema deve possuir configuração de ordem de exibição e registro de informações do atendimento, permitindo que se configure a ordem, exibição e obrigatoriedade dos campos acima conforme necessidade de cada unidade de saúde (deverá demonstrar);
245.	O sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o agendamento do paciente na própria tela de atendimento;
246.	Receituário: O sistema deve possuir tela específico de receituário, onde no topo é obrigatório campo destaque que exiba as alergias do paciente
247.	Receituário: O sistema deve possuir campo de seleção do medicamento que deve estar integrado ao módulo de farmácia e deve exibir se o medicamento está disponível ou não na farmácia para retirada de maneira destacada (sistema deve estar integrado ao estoque, consultando em tempo real);
248.	Receituário: O sistema no momento da criação da receita deve realizar a junção dos itens por tipo de receitas e exibi-las na tela, e ainda, separar os itens de uso contínuo em receitas separadas também por tipo de receita;
249.	Receituário: O sistema deve permitir a duplicação das receitas;
250.	Receituário: O sistema deve permitir a criação de receita digital dentro dos padrões ICP-Brasil, obtendo validação através do processo de validação no site <a href="https://validar.iti.gov.br/">https://validar.iti.gov.br/</a> (deve demonstrar aprovado);
251.	Receituário: O sistema deve permitir que a receita digital seja consultada através de portal próprio da empresa emitente, como também que seja possível realizar a dispensação dos itens e escrituração pelo estabelecimento dispensador;
252.	Receituário: O sistema deve permitir que a receita digital seja encaminhada via WhatsApp e e-mail ao paciente já no momento da consulta;
253.	Receituário: A receita digital já deve ficar disponível para consulta e dispensação na farmácia através do cadastro do paciente, sem necessidade do paciente possuir em mãos ou apresentar qualquer informação;
254.	Receituário: O sistema deve possuir mecanismo de renovação de receita, em campo externo ao prontuário, que demonstre receitas de uso contínuo prestes a vencer e permita



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

	realizar a renovação;
255.	Encaminhamento: O sistema deve permitir a criação de encaminhamentos, com a opção de impressão de BPA-I quando necessário;
256.	Encaminhamento: O sistema deve possuir configuração que indique qual procedimento é padrão BPA-I, realizando a impressão do BPA-I automaticamente quando este for selecionado;
257.	Encaminhamento: Quando o exame for do tipo BPA-I o sistema deve separar automaticamente por grupo de procedimento, evitando imprimir um BPA-I que misture por exemplo Ultrassom e Tomografia;
258.	Solicitação de exames: O sistema deve permitir a solicitação de exames, permitindo a criação de grupos de exames que facilitem o processo de solicitação.
259.	Solicitação de exames: O sistema deve permitir o registro de resultados de exames em local específico, que facilite a busca por exame ou por profissional solicitante;
260.	Solicitação de exames: O sistema também deve informar em cada exame qual a última vez que o mesmo foi solicitado;
261.	Solicitação de exames: O sistema deve realizar a separação de solicitações de exame por subgrupo de procedimento conforme tabela SIGTAP, separando os mesmos em tela após solicitação para fácil visualização do profissional.
262.	Solicitação de exames: O sistema deve imprimir separadamente os exames conforme subgrupo de procedimento segundo tabela SIGTAP, separando por exemplo ultrassonografia de exames laboratoriais;
263.	Solicitação de exames: O sistema deve separar os exames de BPA-I conforme subgrupo da tabela SIGTAP automaticamente, permitindo que seja impresso até 3 (três) exames do tipo BPA-I por requisição do mesmo subgrupo;
264.	Solicitação de exames: Na tela de registro de resultados o sistema deve permitir a inclusão de arquivo de imagem, podendo ser carregado arquivo do computador ou por meio de utilização de celular na função de carregamento semelhante a do acolhimento
265.	Puericultura: O sistema deve possuir campos de puericultura para registro dos atendimentos de crianças; esta ficha deve abrir automaticamente de acordo com a idade do paciente;
266.	Puericultura: O sistema deve possuir ficha de puericultura para registro do acompanhamento de saúde da criança, contendo campos específicos de marcos de desenvolvimento da criança, permitindo o acompanhamento do desenvolvimento da criança no período de 15 dias ao 30º Mês;
267.	Puericultura: O sistema deve destacar automaticamente quando um marco de desenvolvimento não foi atingido conforme o preenchimento da ficha;
268.	Puericultura: O sistema deve destacar automaticamente quando o atraso no desenvolvimento é informado através da avaliação fenotípica;
269.	Pré-Natal: O sistema deve possuir campos específicos para registro de pré-natal e antecedentes obstétricos;
270.	Pré-Natal: O sistema deve habilitar campos de pré-natal quando for incluído CID10 ou CIAP2 sugestivo para tal no campo diagnóstico, como deve esconder tais campos e lançar o desfecho de gestação quando CID10 e CIAP2 sugerirem tal situação)
271.	O sistema deve permitir o cadastro de procedimentos sugeridos vinculados ao CBO do usuário, estando as opções cadastradas em função específica que facilite o registro dentro do prontuário;
272.	O sistema deve possuir em todos os seus módulos de atendimento campo de registro de procedimentos que deve permitir o registro de procedimentos conforme o CBO vinculado ao seu usuário;
273.	O sistema deve permitir a configuração de procedimento automática vinculado ao CBO do usuário, sendo assim, quando este usuário portando o CBO configurado abrir o atendimento, o sistema automaticamente deve lançar o procedimento configurado;
274.	O sistema deve permitir o cadastro de formulários personalizados, estes formulários devem estar disponíveis dentro do prontuário. Os formulários devem possuir configuração que permita a geração de produção conforme o tipo de formulário.
275.	O formulário deve permitir configuração para ser vinculado à comorbidade, ou faixa etária, ou sexo do paciente, sendo visível quando alguma das situações é atingida;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

276.	O sistema deve possuir painel de chamados, que chame o paciente por nome completo, por voz e direcione o mesmo para o consultório que está chamando;
277.	O sistema deve permitir a criação de grupos acompanhamento de cid10 ou CIAP2 para acompanhamento, permitindo que tire relatório das pessoas que contenham alguns destes CID10 ou CIAP2 em seus históricos de atendimento;
278.	O grupo de acompanhamento também deve possuir função de configurar quais os CID's ou CIAP's são de inclusão automática em condição ou comorbidade e quais são de exclusão automática, fazendo que quando sejam inseridos no prontuário se tornem condições ativas ou inativas do paciente conforme configuração
279.	O sistema deve permitir o registro de procedimentos conforme tabela sigtap, com regra de CBO para registro, impedindo que um procedimento seja lançado para um CBO que não tenha permissão. O sistema deve exigir o CID10 para os procedimentos que são de inclusão obrigatórias;
280.	Prescrição: O sistema deve permitir que o usuário crie prescrições de medicação, cuidados e rotinas do paciente;
281.	Prescrição: O sistema deve possuir configuração do item, permitindo a criação do vínculo de materiais e diluição a uma medicação, trazendo a diluição e os materiais quando selecionado o item na prescrição, permitindo que o profissional mude a diluição se necessário;
282.	Prescrição: O sistema deve possuir tela de aplicação de medicação prescrita. A tela deve estar em formato de tabela, exibindo o nome dos pacientes e mostrar a linha do tempo de medicação prescrita para o paciente, informando qual está em atraso e qual está em aberto conforme a hora da prescrição; O sistema deve permitir selecionar vários horários de diferentes medicações para que se execute a aplicação.
283.	Prescrição: O sistema deve permitir que usuários do sistema anotem a realização de prescrição e que a prescrição seja sinalizada como finalizada quando o total de realização foi executada;
284.	Prescrição: Os itens de prescrição devem ser vinculados com o estoque da unidade ou do posto de enfermagem (estoque configurado), permitindo o profissional médico visualizar o que possui em estoque;
	<b>Configurações de prontuário</b>
285.	O sistema deve possuir mecanismo de configuração de layout de prontuário que permita minimamente, organizar a ordem das funções no prontuário (Atendimento, histórico geral, receituários, prescrição, solicitação de exames, encaminhamentos, checklist, Atestados, encaminhamentos). A ordem deve poder ser configurável por departamento ou CBO;
286.	O sistema deve possuir mecanismo de configuração de layout que permita organizar a ordem e também a disponibilidade de campos dentro do prontuário, configurado por CBO, permitindo a configuração de campos minimamente de (Alergias, Comorbidades, Evolução, Sinais Vitais, Procedimentos, Exames solicitados, Conduta)
	<b>Integrações</b>
	<b>Integração do e-SUS</b>
287.	O sistema deve realizar a exportação de dados de atendimento (produção) automaticamente para o sistema e-SUS, sem necessidade de interferência do usuário
288.	O sistema deve realizar a comunicação com o sistema e-SUS de forma a extrair os dados para composição de dashboards e relatórios, permitindo validar o processo de trabalho executado em sistema próprio.
289.	O sistema deve possuir dashboard gráfico que possibilite visualizar a quantidade de atendimentos mensal das fichas do e-SUS.
290.	O sistema deve possuir dashboard gráfico que possibilite visualizar a quantidade de procedimentos das fichas do e-SUS.
291.	O sistema deve possuir dashboard gráfico que possibilite visualizar a quantidade de atendimentos por profissional das fichas do e-SUS.
292.	O sistema deve possuir dashboard gráfico que possibilite visualizar a quantidade de atendimentos por equipe do sistema e-SUS.
293.	O sistema deve possuir dashboard gráfico que possibilite visualizar a quantidade de famílias e domicílios por microárea e equipe das fichas do sistema e-SUS.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

294.	O sistema deve possuir integração com o sistema e-SUS garantindo a importação de cadastros com informações completas.
295.	O sistema deve possuir integração com o sistema e-SUS garantindo a atualização automática diária de informações de pacientes.
	<b>Integração CADWEB</b>
296.	O sistema deve possuir integração por meio da plataforma CADWEB que permita realizar as pesquisas de dados dos pacientes por meio de CPF ou CNS na base de dados do CADWEB, permitindo que seja importado os dados disponíveis para dentro do sistema;
	<b>Integração WEBSERVICE WSBNDAF</b>
297.	O sistema deve possuir integração com o sistema O Webservice da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica (WSBNDAF), permitindo gerar o envio de dados de entradas, saídas, transferências e estoque.
298.	O sistema deve permitir visualizar o protocolo de envio e ter capacidade de demonstrar inconsistência no envio caso haja.
299.	O sistema deve permitir configurar uma data de envio, e o sistema deve realizar o envio automaticamente na data programada.
300.	O sistema deve mostrar as inconsistências de envio e permitir o ajuste de inconsistências quando possível para reenvio;
	<b>Integração com e-mail</b>
301.	O sistema deve permitir a programação de geração de relatórios do sistema, indicando data e hora, e período de repetição para envio do relatório para o e-mail informado;
	<b>Dashboard do e-SUS</b>
302.	O sistema deve possuir dashboard de informações do e-SUS, ligadas em tempo real ao banco de dados que facilite a visualização dos dados enviados, garantindo o acompanhamento de produção do município com no mínimo:
303.	Informações sobre condições de saúde da população, relacionadas às fichas de visita domiciliar;
304.	Extrato das fichas de atendimento das agentes comunitárias de saúde, separadas por tipo de visita;
305.	Painel de visitas por dia de cada agente comunitárias de saúde;
306.	Informações relacionadas aos atendimentos, que permita o acompanhamento de quantidade de atendimentos por período, por profissional, por categoria profissional, por tipo de atendimento, por sexo, por turno, por conduta, por ESF,
307.	Painel de Quantitativo de cidadãos com vínculo em equipe;
	<b>Certificação Eletrônica ICP-BRASIL</b>
308.	O sistema deverá submeter o prontuário ao processo de validação do <a href="https://validar.iti.gov.br/">https://validar.iti.gov.br/</a> (deve demonstrar aprovado);
309.	O sistema deverá submeter o receituário ao processo de validação do <a href="https://validar.iti.gov.br/">https://validar.iti.gov.br/</a> (deve demonstrar aprovado);
310.	O sistema deverá submeter o atestado ao processo de validação <a href="https://validar.iti.gov.br/">https://validar.iti.gov.br/</a> (deve demonstrar aprovado);
311.	O sistema deverá submeter o encaminhamento ao processo de validação <a href="https://validar.iti.gov.br/">https://validar.iti.gov.br/</a> (deve demonstrar aprovado);
312.	O sistema deverá submeter a solicitação de exames ao processo de validação <a href="https://validar.iti.gov.br/">https://validar.iti.gov.br/</a> (deve demonstrar aprovado);
	<b>Relatório de indicadores</b>
313.	O sistema deve gerar relatório dos indicadores do Previne Brasil, possuindo relatórios individuais para cada indicador que demonstre quais pacientes necessitam de atendimento para cumprir com a regra do indicador e quais já cumpriram o indicador;
	<b>Suporte Técnico</b>
314.	O sistema deve possuir chat no próprio sistema para comunicação com o suporte técnico, facilitando o processo de suporte e excluindo a necessidade de instalação de softwares auxiliares;



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

	<b>Mapa Digital</b>
315.	O sistema deve exibir em mapa geoespacial para acompanhamento de informações capturadas pelo sistema;
316.	O sistema minimamente deve permitir o da localização das famílias cadastradas, CID's registrados em prontuário, pacientes que usam medicação retirada na farmácia (por medicação), por grupo de condições de saúde, visitas realizadas pelo agente comunitário de saúde (por agente comunitário de saúde);
317.	O sistema deverá exibir pontos de marcação no mapa inteligente conforme a seleção da informação desejada, e o sistema deve ser atualizado automaticamente conforme atualização do endereço dos cidadãos;
	<b>Gestão de benefícios</b>
318.	O sistema deve permitir a criação de orçamentos para dispensação de benefícios
319.	Um orçamento deve possuir Valor Global, Limite Mensal, Data de Disponibilidade (Data Inicial e Final)
320.	O orçamento deve permitir o vínculo com usuários do sistema, onde somente os usuários vinculados ao orçamento tenham permissão de liberação de guias
321.	O orçamento deve permitir a configuração se exibe o valor na guia ou não
322.	O orçamento deve permitir utilizar controle por cota física (quantidades) e financeiro;
323.	Quando o orçamento fica sem saldo (Seja físico ou financeiro), ou fora do período de validade não deve permitir geração de guia;
324.	O Orçamento deve permitir a vinculação de códigos SIGTAP como itens de dispensação
325.	O sistema deverá realizar o faturamento dos benefícios liberados gerando Boletim de Produção Ambulatorial, conforme o código SIGTAP
326.	Um orçamento deve permitir o cadastramento de aditivos (mais de um) de valor, o qual somará deverá somar ao valor total.
327.	Um orçamento deve permitir o cadastramento de cotas (quantitativas) ou limite de valor por fornecedor, limitando a dispensação aos limites configurados;
328.	A guia deve possuir assinatura eletrônica, excluindo a necessidade de impressão e assinatura manual;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### ANEXO 4 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

Prefeitura do Município de Nova Laranjeiras - Estado do Paraná

Pregão Eletrônico nº 13/2024

Processo Administrativo nº 23/2024

Prezados Srs.

(.....nome da empresa....), inscrita no CNPJ sob o nº ....., vêm respeitosamente à Prefeitura do Município de Nova Laranjeiras, apresentar proposta no valor GLOBAL de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), para a **prestação de serviços de licenciamento de software de gestão de saúde pública web, formação profissionais na área de tecnologia para saúde, consultoria em saúde no processo de controle e avaliação e suporte técnico no local**, em observância ao Pregão Eletrônico nº 13/2024, conforme preços unitários a seguir:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Cód	Nome do produto/serviço	Quant	Un	Preço	Preço total
1	33924	CONSULTORIA CONTROLE E AVALIACAO	12,00	UN	78,07	936,84
2	33909	HOSPEDAGEM SISTEMA EM SERVIDOR CLOUD (Valor mensal)	12,00	UN	691,13	8.293,56
3	33911	INSTALACAO, TREINAMENTOS, E CUSTOMIZACAO DO SISTEMA	1,00	UN	3.324,00	3.324,00
4	33910	MIGRACAO DADOS INFORMACOES SISTEMA ATUAL	1,00	UN	8.460,00	8.460,00
5	33915	MODULO ALMOXERIFADO DA SAUDE (valor mensal)	12,00	UN	440,00	5.280,00
6	33923	MODULO COMUNICACAO Automatizada com Cidadão - WhatsApp e e-Mail. (valor mensal)	12,00	UN	509,30	6.111,60
7	33922	MODULO DASHBOARD Informação de Indicadores Assistenciais e de Gestão. (valor mensal)	12,00	UN	480,00	5.760,00
8	33912	MODULO DE PRONTUARIOS UNIDADES BASICAS DE SAUDE UBS (Valor mensal)	12,00	UN	880,00	10.560,00
9	33914	MODULO FARMACIA BASICA E JUDICIAL (Valor mensal)	12,00	UN	540,00	6.480,00
10	33917	MODULO GESTAO BENEFICIOS (valor mensal)	12,00	UN	144,02	1.728,24
11	33920	MODULO GESTAO DE ATIVIDADES Agente Comunitário de Saúde com Disponibilização de Aplicativo Móvel (APP) para Registro de Visitas. (Valor mensal)	12,00	UN	520,00	6.240,00
12	33919	MODULO GESTAO DE FILAS DE ESPERA E REGULACAO (valor mensal)	12,00	UN	340,00	4.080,00
13	33916	MODULO GESTAO TRANSPORTE DE PACIENTES (valor mensal)	12,00	UN	486,25	5.835,00
14	33921	MODULO PORTAL TRANSPARENCIA DA SAUDE (valor mensal)	12,00	UN	120,00	1.440,00
15	33913	MODULO PRONTUARIO para Unidades de Atendimento Especializado - Policlínica. (Valor Mensal)	12,00	UN	880,00	10.560,00
16	33918	MODULO SALA DE VACINAS (valor mensal)	12,00	UN	230,61	2.767,32
TOTAL						87.856,56

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

local e data



# **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**

## **ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

---

(Identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal ou  
Procurador, neste caso encaminhar procuração)



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### ANEXO 5 - MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 232024**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.587.648/0001-12, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, CEP 85350-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. FABIO ROBERTO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 787.832.829-68, portador da cédula de identidade civil RG nº 10.127.108-0 SESP/PR, e \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 23/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 13/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA** **OBJETO (art. 92, I e II)**

Constitui objeto deste contrato, **a prestação de serviços de licenciamento de software de gestão de saúde pública web, formação profissionais na área de tecnologia para saúde, consultoria em saúde no processo de controle e avaliação e suporte técnico no local**, conforme características, quantitativos e demais exigências a seguir.

§ 1º Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I - o edital do Pregão Eletrônico nº 13/2024;

II - o termo de referência do edital;

III - contrato nº \_\_\_\_/2024;

IV - a proposta do CONTRATADO;

V - eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA** **VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura.

Parágrafo único. Este contrato é de fornecimento contínuo, portanto, poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA** **PREÇO (art. 92, V)**



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

Pela execução do objeto o contratante pagará ao contratado até o valor global de até R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), em moeda corrente nacional, de acordo com as características, preços unitários, e marcas a seguir e em compatibilidade com os quantitativos efetivamente fornecidos:

.....

### CLÁUSULA QUARTA DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (art. 92, V e XI)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano da data da realização do certame.

§ 1º Havendo necessidade comprovada, o contrato poderá ser revisado para restabelecer a sua exequibilidade perdida em razão de eventos posteriores, cujos riscos não tenham sido assumidos pelo contratado.

§ 2º A variação positiva ou negativa ocorrida no período de referência (30 dias) será aplicada tendo como base de cálculo o preço aquisitivo do período anterior.

I - A decisão sobre a revisão será proferida pelo gestor do contrato no prazo de até 10 (dez) dias, contados do pedido formal do contratado, instruído de justificativas, planilhas, memória de cálculo e todas as evidências capazes.

§ 3º Estando em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pelo órgão competente e enviados ao setor financeiro do Município para o pagamento devido.

### CLÁUSULA QUINTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2024, fonte de recursos próprios do Município, nas seguintes funcionais programáticas:

Exercício da Despesa	Funcional Programática	Conta	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa
2024	10.301.0008.2067	03350	00303	3.3.30.40.00.00

### CLÁUSULA SEXTA DA SUBCONTRATAÇÃO

É expressamente vedado a subcontratação total ou parcial do objeto, sob pena de rescisão do contrato e aplicação e outras penalidades cabíveis.

### CLÁUSULA SÉTIMA DA FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)

O serviço do quantitativo contratado será prestado de forma contínua, e deverá ser realizado conforme o Termo de Referência e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### CLÁUSULA OITAVA MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (art. 92, VII)

#### **Prazo, local e condições de entrega/execução:**

Poderá o contratante, emitir a requisição de compra com a estimativa do quantitativo que possivelmente será necessário em um dado período.

§ 1º O(s) serviço(s) de migração/installação e demais serviços necessários ao bom funcionamento do sistema, deverão ser prestados junto as unidades de saúde e nos locais previamente indicados pelas Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º Os serviços deverão ser prestados de forma contínua ininterrupta, 24 horas/dia, 7 dias por semana, bem como o treinamento e acompanhamento das equipes para implantação.

§ 3º A prestadora de serviços será responsável, pelas despesas de deslocamento, equipamentos de trabalho, insumos, e demais despesa correlatas à execução dos serviços.

§ 4º O recebimento dos produtos será realizado pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, nomeada pelo Decreto Municipal nº 30/2023, por membros vinculados à secretaria que realizou a despesa.

§ 5º O fornecimento/execução deverá ser realizado conforme a orientação e acompanhamento da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de requisição de empenho e/ou nota de empenho.

#### **Das Atividades:**

Para atender às necessidades, serão considerados os seguintes elementos mínimos:

I - Realizar a migração das informações completas do sistema atual e sistema contratado atual a fim de não haver perda de informações;

II - Disponibilizar a hospedagem dos sistemas em servidor “*na nuvem*” garantindo a disponibilidade, integridade, segurança e confiabilidade aos sistemas;

III - Mapear os processos e adaptar o software utilizando da customização para atender as necessidades municipais;

IV - Capacitar os profissionais para utilização dos sistemas de saúde com foco na diminuição do esforço profissional, eficiência nos processos de trabalho da saúde com uso de tecnologia, qualidade no registro de informações e economia dos insumos da saúde;

V - Disponibilizar licença mensal de softwares de gestão de saúde pública web customizável, buscando maior agilidade, eficiência e eficácia nos processos de trabalho da saúde, conforme quantitativos e especificações mínimas expostas no Estudo Técnico Preliminar;

VI - Disponibilizar de mão de obra especializada, com a utilização dos meios específicos, visando a realização de um trabalho seguro, confiável e que atenda prontamente às necessidades apontadas neste Termo de Referência;



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

VII - Responsabilizar pela perfeita execução dos serviços, devendo prestar suporte técnico remoto por 24 horas/dia, inclusive finais de semana, bem como o treinamento e acompanhamento das equipes para implantação.

### **CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, XIV)**

São obrigações do contratante, além das previstas no termo de referência:

- I - supervisionar e fiscalizar a execução e obrigações contratuais;
- II - comunicar o contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço, para que sejam tomadas todas as medidas necessárias para adequação ou substituição;
- III - efetuar o pagamento no valor, prazo e forma estabelecidos neste contrato.

### **CLÁUSULA DECIMA OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. XIV, XVI, XVII)**

O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

- I - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação no edital da licitação;
- II - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III - arcar com todas as responsabilidades decorrentes da execução do objeto, nos termos do código civil e do código de defesa e proteção do consumidor;
- IV - indenizar o contratante ou a terceiros por quaisquer danos causados, em decorrência de imprudência ou imperícia ou inabilidade;
- V - arcar com a reparação dos danos causados ao contratante ou à terceiros, por culpa/dolo de seus funcionários, na medida de suas responsabilidades apuradas por procedimento próprio, ou pelo fornecimento de produtos inadequados ou adulterados;
- VI - assumir a responsabilidade pelos atos ilícitos (penais, administrativos e civis) que seus funcionários venham a causar, promovendo-lhes a responsabilização pelas normas que adotar;
- VII - cumprir rigorosamente os prazos e obrigações fixados no edital e seus anexos e contrato;
- VIII - executar e cumprir fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo pelas consequências da inexecução;
- IX - disponibilizar profissionais capacitados para o atendimento com agilidade e qualidade;
- X - se responsabilizar pela eventual violação às normas vigentes, inclusive pelo pagamento de multas decorrentes da inobservância.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA MEDIÇÃO, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

#### Recebimento do Objeto

O fechamento da fatura e medição ocorrerá uma vez por mês, para tanto, até o dia 30 de cada mês, o contratado deverá encaminhar ao Setor de Compras, a(s) cópia(s) da(s) nota(s) fiscal(is), devidamente assinadas pelo servidor, para verificações e deliberação quanto aceitação do objeto.

§ 1º O objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do termo de referência e contrato.

§ 2º Após recebimento provisório, será autorizado a emissão da nota fiscal correspondente, cujo faturamento poderá ser em nome do MUNICÍPIO ou dos FUNDOS MUNICIPAIS, conforme determinação da Secretaria Planejamento, Obras e Serviços Públicos.

§ 3º O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, na eventualidade de constatação de defeito, avarias ou desconformidade com o termo de referência ou contrato ou ainda:

I - o serviço não esteja formalmente autorizado, ou haja incompatibilidade entre a autorização e a prestação de serviços;

§ 4º O recebimento definitivo ocorrerá em até 7 (sete) dias, a contar do recebimento provisório, por comissão formada pelo fiscal e, no mínimo, 2 (dois) servidores efetivos, ou pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

#### Liquidação

§ 5º Recebido a nota fiscal em conformidade e atestada pela Secretaria Municipal de Saúde, o setor competente fará a liquidação.

§ 6º Deverá constar, em campo apropriado da nota fiscal, os dados bancários para pagamento, e referência à licitação, ao contrato, à requisição de compra ou nota de empenho e número da medição.

§ 7º Havendo erro na apresentação da nota fiscal, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

#### Prazo de Pagamento

§ 8º O pagamento será realizado no prazo máximo de até **10 (dez) dias**, do mês subsequente da comprovação do serviço, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

§ 9º No caso de atraso motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

### **Forma de Pagamento**

§ 10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

§ 11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária do ISS previsto na legislação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

§ 1º Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

§ 2º É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

§ 3º O contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo contratado.

§ 4º Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

§ 5º É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

§ 6º O contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

§ 7º O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

§ 8º O contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

§ 9º Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

I - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo contratante nas hipóteses previstas na LGPD.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

§ 10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 92, XVIII)

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 1º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

§ 2º A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 3º A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal o Sr. **Bruno Schafranski** (Decreto nº 248/2023).

§ 4º O fiscal acompanhará a execução do contrato, nos termos do para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

§ 5º No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§ 6º O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, quando for o caso.

§ 7º Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

§ 8º O gestor deste contrato será o secretário responsável pela pasta da Secretaria de Saúde, o(a) Sr(a). **RAQUEL BONES DOS REIS MUFATTO**, ou outro que vier à substituí-lo, que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, com observância ao Art. 2º do Decreto Municipal nº 249, de 27 de dezembro de 2023.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - der causa à inexecução total do contrato;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do *caput*, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do *caput*, bem como nos incisos II, III e IV, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - multa:

a) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) compensatória, para as infrações descritas nos incisos V ao VIII do *caput*, de 1% a 10% do valor do contrato;

c) compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III do *caput*, de 0.5% a 5% do valor do contrato;

d) para infração descrita nos demais inciso do *caput*, a multa será de 0.5% a 3% do valor do contrato.

§ 2º A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 3º Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

§ 4º Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 5º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 6º Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§ 7º A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 8º Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para o contratante.

§ 9º A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

§ 11. Os débitos do contratado para com o contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo contratante decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com contratante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

O contrato será extinto de ofício, na data prevista na sua cláusula segunda.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

§ 1º O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

§ 2º A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§ 3º O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I - balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II - relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - indenizações e multas.

§ 4º A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

A comunicação entre as partes contratantes, será preferencialmente via protocolo digital do contratante, entregue através de e-mail, produzindo assim, total validade jurídica.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 3º Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS (art. 92, III)



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

A legislação aplicável à execução deste contrato, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

As Partes contratantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

§ 1º - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

§ 2º - Os contratantes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento.

§ 3º - A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

a) Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

b) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;

c) Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil;

d) Obedecer e garantir que a prestação de serviços ora contratada se dará de acordo com todas as normas internas da CONTRATANTE;

e) Zelar pelo bom nome comercial da CONTRATANTE e a abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação da CONTRATANTE. Em caso de uso indevido do nome da CONTRATANTE, ou de qualquer outro nome, marca, termo ou expressão vinculados direta ou indiretamente à CONTRATANTE, responderá a CONTRATADA pelas perdas e danos daí decorrentes;

f) Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas da CONTRATANTE, bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta desta.

§ 4º - A CONTRATADA declara que não esteve envolvida com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno.

§ 5º - A CONTRATADA concorda em notificar prontamente à CONTRATANTE, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus colaboradores ou terceiros por estar contratados.

§ 6º - A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral motivada deste Contrato, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e das demais penalidades previstas no presente instrumento.



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO

Após assinatura das partes, o extrato deste contrato será publicado no Diário Oficial do Município Jornal Correio do Povo do Paraná <http://www.jcorreiodopovo.com.br> e disponibilizado e no sítio oficial da Prefeitura <https://novalaranjeiraspr.equiplano.com.br:7076/transparencia/licitacoes>.

Parágrafo único. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA FORO (art. 92, § 1º)

Fica eleito o foro da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, assim, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Nova Laranjeiras/PR, xx de xxxx de 2024.

\_\_\_\_\_  
**FABIO ROBERTO DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### ANEXO 6 - DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado do licitante)

À

Prefeitura do Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná

Pregão Eletrônico nº 13/2024

Processo Administrativo nº 23/2024

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., através de seu representante legal subscrito:

1) Declara nos termos do Art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que de tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação do Pregão Eletrônico nº 10/2024;

2) Declara, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação previsto no edital;

3) Declara nos termos do Art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

4) Declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

5) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6) Declara que não possui em seu quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente da Prefeitura de Nova Laranjeiras-PR ou responsável pela licitação, nos termos Art. 9º § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

7) Declara que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura de Nova Laranjeiras ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e que deles não somos cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8) Declara que o responsável pela assinatura do instrumento contratual é o Sr(a) ....., inscrito no CPF nº ..... e-mail [informar e-mail para envio do contrato.....], telefone [informar telefone para contato.....] ocupante do cargo de ..... nesta empresa. **(Se for procurador, encaminhar anexo a procuração);**

9) Declara que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, todas as comunicações, inclusive envio de requisições de compra, nota de empenho, notificações, citações e etc., poderão ser feitas através do e-mail ....., produzindo para todos os fins, total validade jurídica.

local e data



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

---

(identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal  
ou Procurador, neste caso encaminhar procuração)



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

### ANEXO 7 - DECLARAÇÃO DE QUE SE ENQUADRA NO CONCEITO LEGAL DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (papel timbrado do licitante)

À

Prefeitura do Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná

Pregão Eletrônico nº 13/2024

Processo Administrativo nº 23/2024

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., através de seu representante legal subscrito:

DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de ( ) **MICROEMPRESA**, ( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** ou ( ) **COOPERATIVA**, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

(\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa).

( ) **DECLARA**, para fins de obtenção do benefício disposto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que, nos termos do Art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, **no ano-calendário da realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

(\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte).

local e data

(identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal ou  
Procurador, neste caso encaminhar procuração)

(identificação, CRC e assinatura do contador da empresa)



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

### ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

#### **ANEXO 8 - MODELO DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO AS NORMAS DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO (papel timbrado do licitante)**

À

Prefeitura do Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná

Pregão Eletrônico nº 13/2024

Processo Administrativo nº 23/2024

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº .....,  
através de seu representante legal subscrito:

DECLARA, conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto 11.129/2022 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

local e data

(identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal  
ou Procurador, neste caso encaminhar procuração)